



PUC RIO

ANGELINA DE BELLI BORGES DO CARMO

**Mulheres profissionais/crianças profissionais - um estudo da
subjetivação da mulher e da criança na contemporaneidade"**

Departamento de Psicologia

Rio de Janeiro, setembro de 1996

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO**

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea

CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil

<http://www.puc-rio.br>

N.Cham. 150 C287 TESE UC
Título Mulheres profissionais/crianças profissionais



Ex.2 PUCB

0135531

ANGELINA DE BELLI

**MULHERES PROFISSIONAIS/CRIANÇAS PROFISSIONAIS — UM
ESTUDÔ DA SUBJETIVAÇÃO DA MULHER E DA CRIANÇA NA
CONTEMPORANEIDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

AGOSTO 1996

ANGELINA DE BELLI

**MULHERES PROFISSIONAIS/CRIANÇAS PROFISSIONAIS — UM
ESTUDO DA SUBJETIVAÇÃO DA MULHER E DA CRIANÇA NA
CONTEMPORANEIDADE**

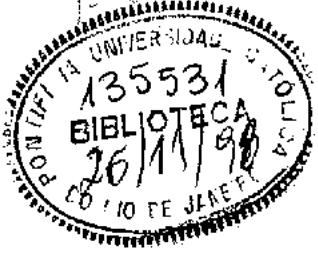
**Dissertação apresentada ao Departamento de
Psicologia da PUC/RJ como parte dos
requisitos para obtenção do Título de Mestre
em Psicologia Clínica.**

Orientadora: Lúcia Rabello de Castro

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

92153



150
C287
TELE UC
EX. 2

*Ao Calvão, Eduardo e Pedro Henrique,
cada um representando,
parte importante de um celeiro,
onde eu me abasteci,
produzi e cresci,
a cada momento, dessa trajetória,
que nós quatro conhecemos.*

AGRADECIMENTOS

- À Lúcia Rabello de Castro, pela orientação desde os primeiros passos desta carreira, pela amizade e confiança depositadas que criaram as condições para o pleno desenvolvimento deste trabalho;
- Aos professores do Departamento de Psicologia da PUC/RJ — graduação e pós-graduação, em especial às professoras Anamaria Ribeiro Coutinho e Monique Augras, em cujos cursos, os conceitos de ciência e cultura, respectivamente, me trouxeram reflexões valiosas e fundamentais para a pesquisa em ciências humanas e sociais;
- À Maria Inácia D'Avila Neto e Tânia Maria Barros Maciel, pelo que tenho aprendido, pelo incentivo e por me lembrarem, que no processo do "tornar-se" é importante também reconhecer o que "existe" ;
- À Marize, pelo estímulo e a amizade em todos os momentos, à Verinha, pela atenção sempre carinhosa, e à Val , Dudu e Chico, pela convivência amiga ao longo dos anos;
- À Magda Bouças e ao Prof. Edgar Flexa Ribeiro, pelo apoio, o incentivo e a oportunidade de vivenciar na prática questões fundamentais para o desenvolvimento de minhas idéias;
- À CAPES pelo apoio financeiro recebido durante o curso;
- À minha mãe, pelo estímulo sempre carinhoso, e ao meu pai, que me mostrou a importância da profissão na vida de uma mulher;
- À Maria Helena, parceira de caminhos reais e imaginários;
- À Jose e Jovana, companheiras fiéis na administração do cotidiano doméstico;
- Às mulheres entrevistadas, pela atenção recebida, pela disposição em partilhar parte de suas vidas, trazendo com isso, contribuições significativas para a realização deste trabalho.

RESUMO

O objeto deste estudo centrou-se na análise dos aspectos da subjetivação da mulher e da criança na contemporaneidade. Partindo-se de uma retrospectiva histórica, procurou-se compor um cenário pontuado pelas grandes transformações sócio-culturais que resultaram, entre muitos efeitos, na problematização da vida privada, estabelecendo novos lugares sociais para a mulher, e focalizando a primeira infância como um novo objeto pedagógico. Através da análise de entrevistas com um grupo de mães profissionais, de segmentos médios do Rio de Janeiro, procurou-se articular o discurso da "competência infantil" com as novas imagens e representações que a mulher faz de si mesma, da maternidade e do seu papel profissional. Constatou-se que a adequação da primeira infância à sociedade do capitalismo de consumo tem levado ao enquadramento precoce da criança, baseado em critérios de aprendizagem e eficiência, através de conhecimentos científicos, onde se configura uma "profissionalização da infância". A normatização da infância parece vir a reboque das mudanças em relação ao papel da mulher que deseja para si, principalmente, um lugar no mundo do trabalho, assim como assumir a maternidade como uma opção na sua trajetória de vida.

ABSTRACT

The focus of this study has been the analysis of subjectivation processes of the woman and the child in contemporary society. From a historical perspective, the impact of socio-cultural changes were investigated, centring round the issue of transformations of the private sphere, which brought about new social roles for women, and the constitution of childhood as a new paedagogical object. A group of professional mothers, of medium social strata of the city of Rio de Janeiro, were interviewed. Mothers' discourse about the children's social competences was articulated with the images and social representations they held about themselves and as mothers and professionals. It was to the culture of consumer capitalism has engendered an earlier adaptation of the child to a model of "professionalization", based upon scientific criteria of efficiency and learning. The normatization of the child runs parallel to the changes in the way that women come to aspire for a place in the professional sphere, as well as to conceive motherhood as a choice along their life cycle.

PALAVRAS CHAVES:

- Mulher;
- criança;
- contemporaneidade;
- processos de subjetivação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I — ANTECEDENTES HISTÓRICOS DAS TRANSFORMAÇÕES NA CONDIÇÃO FEMININA - A mãe, personagem central da família	7
1.1. A mulher colonial e seu isolamento no espaço doméstico	9
1.2. O projeto da mãe ideal: a chegada dos higienistas	15
1.3. A mulher no século XX - a mãe psicologizada, trabalho, movimentos feministas	27
CAPÍTULO II — ANTECEDENTES HISTÓRICOS DAS TRANSFORMA- ÇÕES NA CONDIÇÃO DA INFÂNCIA - A criança, de coadjuvante à protagonista de um novo enredo	68
2.1. A medicina social e sua intervenção na infância	69
2.2. As estratégias de proteção à infância no Brasil	80
2.3. A criança brasileira e a educação - uma perspectiva histórica	88
2.4. O atendimento à criança em idade pré-escolar	101
CAPÍTULO III — INFÂNCIA EM TEMPO DE MEGABYTES - Uma reflexão sobre a mídia e a tecnologia na sociedade moderna	112
3.1. A criança e o brinquedo - ontem e hoje	116
3.2. A família e a socialização da reprodução	123

CAPÍTULO IV — ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	132
4.1. Procedimento	132
4.2. Análise dos resultados	137
4.2.1. Profissionalização da maternidade	141
4.2.2. Profissionalização da infância	160
4.2.3. Trabalho	178
4.2.4. Auto-imagem feminina	195
4.2.5. Infância em tempo de megabytes	211
CONCLUSÃO	228
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	236

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar os aspectos de subjetivação da mulher e da criança na contemporaneidade, destacando como vem sendo delineada uma nova concepção de criança atrelada a mudanças culturais e ideológicas do lugar da mulher, que se desenvolvem no interior de transformações mais amplas na sociedade.

Os aspectos mais significativos, que parecem exercer influência nesse processo, são as crenças, os mitos e as aspirações da vida moderna, onde o progresso tecnológico e a tecnologização da esfera pública, têm sua repercussão no espaço privado, legitimando um projeto amplo de "administração" social e política.

A problemática que se estabelece na definição da primeira infância como objeto pedagógico, através da precoce introdução criança no mundo institucional, é tematizada ao nível de mudanças mais gerais nos conjuntos das classes médias, (no caso específico, zona sul carioca). Neste segmento social, têm lugar situações nas quais a educação infantil se configura como um dos pontos característicos e indicadores de mudanças, numa sociedade permeada pela ideologia do progresso e pela racionalidade técnico-científica.

Na vida cotidiana cada vez mais técnica e "administrada", o exercício da maternidade se associa ao discurso científico, que através dos especialistas estabelece normas e regras, transformando a primeira infância

no objeto pedagógico mais recente.

O desenvolvimento e a difusão de conhecimentos psicológicos e pedagógicos acerca da criança, se expandiu para além da atuação dos profissionais especializados, penetrando no espaço privado através de livros e revistas especializadas, de matérias regulares em jornais, enfim, no crescimento da literatura especializada em conselhos de educação infantil.

Exercer a maternidade nos dias atuais, torna-se uma tarefa em que a competência exige o aprimoramento de conhecimento, a observação de regras e normas, reservando pouco espaço para "amadorismo", e levando as mães à busca de uma verdadeira "profissionalização" do papel materno.

Assim, a partir do momento em que a mulher moderna descobre-se grávida, inicia-se um processo de formação da futura mãe, que participa de cursos para gestantes se informa através da literatura especializada sobre as questões principais acerca do desenvolvimento infantil, desconsiderando a experiência tradicional de mães ou avós, como pertinente ao momento atual, e buscando na ciência, através do trabalho dos especialistas (médicos, psicólogos, pedagogos, entre outros), os parceiros adequados para a criação dos seus filhos.

A adequação da primeira infância à sociedade moderna, leva à busca de graus de aprendizagem e eficiência onde se aposta numa verdadeira "profissionalização" do papel da criança. Esta, desde muito cedo, desfruta dos cuidados de uma instituição especializada, onde as capacidades psicomotoras e intelectuais recebem a suposta estimulação adequada, levando a

expectativas de um melhor desenvolvimento, que é então avaliado em função de parâmetros normatizados cientificamente.

Esse enquadramento da primeira infância a um sistema de cuidados especiais estão presentes no discurso das mães, mulheres, que ocupando um novo espaço social, conseguido através de mudanças culturais e do exercício profissional, têm procurado adequar suas atividades à educação de seus filhos.

A normatização da primeira infância, parece vir à reboque das mudanças na sociedade, mais especialmente da posição da mulher, cujas transformações estão na origem de uma problematização da vida privada.

Nesse sentido, procurou-se neste trabalho, examinar como a participação das mulheres no espaço público, ou sua inserção a um novo espaço social, se apresenta no atendimento a demandas e aspirações próprias da sociedade capitalista consumista, que estabelecem suas expectativas para além do "privado". Inserida no discurso da ideologia do progresso, a família, e no caso em especial, a mulher e a criança se incorporam a uma nova ordem social que se constitui através de uma maior institucionalização do curso de vida.

As transformações da condição da mulher e da criança no interior da sociedade moderna foi marcada por um binômio recorrente e constante de exclusão/inferioridade. Na verdade, a multiplicidade de significações apreendidas na dinâmica destas relações, estabeleceu-se para nós, como aspecto relevante, apontar o contexto histórico e os diversos discursos que se

realizaram em relação à condição feminina e a infância.

Assim, no primeiro capítulo destacamos as condições de subjetivação da mulher, da época colonial aos tempos atuais. Procurou-se enfatizar, como desde os princípios do séculos XIX, vem sendo passada uma condição de natureza feminina ligada ao exercício da maternidade, com a atuação da medicina higiênica que contribuiu para tornar a mãe o personagem central da família. O século XX, acentuou, com o discurso psicanalítico, a importância da mãe no desenvolvimento emocional infantil, assegurando à mulher seu compromisso com a maternidade, ao mesmo tempo em que esta começa a ocupar o espaço público, tendo em vista as transformações econômicas, sociais e culturais ocorridas na sociedade.

No segundo capítulo, ainda dentro de uma perspectiva histórica, procurou-se examinar os processos subjacentes ao surgimento de uma nova concepção de infância, destacando o nascimento da medicina social e seu discurso normalizador. Assim, através da intervenção da ciência, trazida com os especialistas, privilegiaram-se as causas da mortalidade infantil utilizando estratégias que moldaram o perfil da família burguesa contemporânea, onde o lugar da "criança saudável", e do "indivíduo do futuro", foi progressivamente sendo esculpido através de procedimentos relacionados por novos conceitos, como os de desvio e norma.

Com a utilização destas afirmações foram se legitimando as relações de preocupação e cuidado na família, onde a educação dos filhos não era mais considerada como obrigação, mas como ato espontâneo de amor. Como

conseqüência, surgem em meados do século XX, as tendências pedagógicas da educação pré-escolar, através de programas especiais dirigidos a crianças de 0 a 6 anos, que constituíram o embrião dos atuais métodos modernos cientificamente referenciados, cujo objetivo é "aprimorar o desenvolvimento infantil".

De posse da análise e dos questionamentos levantados em relação à condição feminina e da infância, procedemos à uma reflexão dos caminhos da sociedade moderna e do novo perfil da infância atrelado aos ditames do consumo, que chamamos de "infância em tempo de megabytes", onde a medida de aceleração dos novos jogos infantis, foi simbolicamente apropriada, para destacar a urgência do "desempenho" e das "performances" como um todo, na sociedade contemporânea, onde o que também se coloca como questão, é a emergência de uma dominação técnico-científica produzindo uma nova subjetividade apropriada ao novo sistema social.

A escolha da metodologia da análise de discurso se justificou para nós, como o fator mais expressivo deste trabalho, na medida em que trouxe o discurso das mães, como registro dos elementos envolvidos no contexto que pretendemos problematizar.

Ao nos utilizarmos de premissas teóricas, baseadas na revisão bibliográfica, foram se constituindo as categorias, que nos orientaram na compreensão do "movimento" que estávamos investigando. Como conseqüência, a riqueza de significações apreendidas nos relatos das entrevistadas nos surpreendeu, confirmou e revelou questões que perpassam

as imposições de um estilo de vida na sociedade moderna, que reclama o desempenho de papéis, cada vez com maior eficiência e adequação. A experiência subjetiva nas relações na família, em especial as que cercam a mulher e a criança, estão transformando a esfera do privado.

Nosso trabalho pretende ser uma reflexão, uma tradução, deste espaço de transformação que parece ocupar as relações na família, numa sociedade "eficaz". Se as questões que levantamos puderem auxiliar a emergência, no campo da psicologia e ciências afins, para adequação de nossa prática, e os caminhos que a não problematização do privado implica, consideramos de alguma forma, o nosso "pequeno passo", como dado.

CAPÍTULO I

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DAS TRANSFORMAÇÕES NA CONDIÇÃO FEMININA - "A mãe, personagem central da família"

Entre as muitas transformações que vem ocorrendo na sociedade em nosso século, uma das mais importantes diz respeito à condição feminina. Comparando com gerações passadas, podemos verificar maior atuação da mulher nas atividades econômicas que estariam vinculadas às mudanças na estrutura político-social, provocando alterações nos aspectos culturais e ideológicos da socialização da mulher, que vem desta forma, progressivamente ocupando um novo espaço social.

No entanto ao longo do tempo, observa-se que a condição de mãe é um papel reservado e mantido à mulher, uma vez que biologicamente somente ela é capaz de conceber. A partir desta evidência, a sociedade vai criando mitos, exigências e formas de comportamento que vão variando segundo os diferentes contextos histórico-sociais. Assim, no correr de séculos passados temos a participação de mulheres de diferentes idades, classes e raças de forma diferenciada na sociedade, mas constata-se que a "maternação"¹ da mulher é um dos poucos elementos universais e duráveis na divisão social do

¹ O termo "maternação" aparece no livro de Nancy Chodorow (1990), "Psicanálise da Maternidade", como tradução da palavra inglesa "mothering" que significa cuidados maternos. A editora justifica a criação do novo termo em vista "os progressos dos estudos da mulher constituírem uma área nova ainda não trilhada pelo conhecimento tradicional. Decidimos pela utilização do termo, por considerarmos que este engloba os cuidados maternos exercidos pela mulher de forma bem mais definida.

trabalho por sexos. Pesquisas como as realizadas por Badinter (1985), a partir do exame de dados históricos desde o século XVII, examinaram a questão da maternidade e constataram que o comportamento materno sofreu alterações com o correr dos séculos. Mesmo verificando que o cuidar das crianças era realizado por mulheres, mostraram que nem sempre o foram pela mãe. Nesse sentido, dentro do processo de transformação social, desde os princípios do século XIX, vem sendo passado, uma condição de natureza feminina, ligada ao exercício da maternidade, primeiramente através da atuação dos higienistas, Costa (1979), e mais recentemente, o discurso psicanalítico, que através de Freud (1905), e seus seguidores, têm reforçado a importância da mãe na estruturação emocional da criança.

Neste capítulo, pretendemos através de uma perspectiva histórica, problematizar os movimentos da sociedade que fundamentaram as transformações na família e conseqüentemente, no papel da mulher, com o advento do "amor materno" e do "amor conjugal", que funcionando como instrumento cultural, estimularam novos modelos de feminino e masculino, e onde as técnicas normalizadoras representantes de novos conceitos como o desvio e a norma, propiciaram o nascimento da família nuclear, da forma como é vista hoje, íntima, privada e o colocada como o centro legitimador da formação emocional do indivíduo.

Assim, em virtude das questões que pretendemos abordar, procuraremos descrever as diferentes maneiras em que se estruturou a família e a condição feminina no Brasil segundo as épocas. Nesse sentido, serão examinadas as mudanças que ocorreram nas famílias patriarcais e burguesas

do período colonial até nossa história mais recente, examinando também, os aspectos subjetivos que influenciaram a identidade feminina, e o lugar da mulher/mãe no século XX.

1.1. A mulher colonial e seu isolamento no espaço doméstico

O princípio da colonização brasileira não se deu com a participação da mulher como mãe de família, definida em termos de uma união legalizada. Os primeiros colonizadores que aqui chegaram estavam sós, haviam deixado suas famílias em Portugal e se relacionavam esporadicamente com índias e escravas. Até esse momento, a maioria das mulheres eram trabalhadoras, escravas na lavoura ou nos serviços domésticos conferindo um certo equilíbrio entre homens e mulheres na força de trabalho no Brasil.

Com o início do cultivo da terra e a concessão das sesmarias é que foram se formando as primeiras famílias que se configuravam como unidades autônomas de produção, centradas na figura do "pater-famílias", autoridade máxima sobre empregados, escravos, agregados bem como sobre mulher e filhos. Esse primeiro momento da colonização brasileira foi estabelecendo especificidades à mulher na sociedade que aqui se formava. Descrevendo esse momento Vaitsman (1994) ressalta:

"Nas grandes propriedades agrárias, as mulheres tinham diferentes papéis para a reprodução social da unidade doméstica: como escravas, encarregavam-se tanto de trabalhos na lavoura quanto das inúmeras atividades cotidianas das fazendas como lavagem de roupa, cozinha, fabrico

de sabão e vela, *costura, cuidados das crianças e velhos, etc.*; como senhoras, administravam o trabalho das escravas e muitas vezes no caso de viuvez ou de incapacidade do marido, geriam os negócios da família. Como, mulheres livres, mas pobres na organização social formada por tropeiros, comerciantes, artesãos, agricultores de subsistência, aventureiros, mineradores, que existia fora das grandes propriedades, nas vilas, povoados, cidades, podiam ser vendedoras ambulantes de produtos artesanais feitos por elas mesmas, empregadas nos armazéns de beira de estrada, agricultoras de subsistência, costureiras, doceiras, prostitutas etc..." (pp. 53-54)

O contingente feminino da época, foi marcado pelo encontro de *costumes e crenças diversas, trazidas com as índias, escravas e pela mulher branca que chegava de Portugal*. O poder do catolicismo, representado pela Igreja e os desígnios do Estado Português, recomendava o casamento e a constituição de família, objetivando a consolidação do projeto demográfico que se implantava na terra recém-descoberta.

É em torno deste panorama cultural que Del Priore (1993), ressalta todo um processo de "domesticação da mulher", onde o corpo feminino foi apropriado com o objetivo do povoamento da Colônia, restringindo seu espaço *ao privatismo doméstico e a submissão à autoridade masculina*. No entanto, como ressalta a autora, mesmo vivendo numa sociedade androcêntrica, com o Estado e a Igreja lhe reservando somente o papel de esposa e mãe, as mulheres encontraram na maternidade, um espaço de autonomia, onde as questões sobre o corpo, o parto, o aleitamento, constituíram um saber feminino onde o conhecimento sobre ervas, frutas e poções curativas lhe conferiam um tipo de poder, fruto de um saber popular, que sempre foi mais feminino do que masculino

É interessante observar que nesse momento histórico era a mulher como mãe, a figura única e absoluta no que se referia ao nascimento, saúde e educação dos seus filhos. O cabedal de poderes e fazeres em relação a seus corpos e os de seus filhos passavam somente por suas mãos, ao contrário do que hoje acontece quando se tem uma série de "profissionais da saúde" atuando.

A sociedade que então se formava foi importando da metrópole um discurso a respeito de padrões ideais de comportamento e teve nos pregadores e confesores os seus principais porta-vozes. Dessa forma, havia uma ambiguidade no discurso patriarcal, conforme ressalta D'Ávila- Neto, (1994), onde ao mesmo tempo em que, o patriarca detinha todos os direitos sobre a mulher, restringindo sua ação aos seus interesses mais diretos, enaltecia a sua figura de mãe, através do reforçamento de qualidades ideais femininas ligadas ao culto da Virgem Maria. Como consequência, a autora destaca:

"De fato, sendo o País de tradição católica o culto à Virgem impregnou fortemente essa idealização feminina, embora ele não explique o fenômeno no todo. A associação da mulher com poderes mágicos, e quase sempre maléficos, que se processou na Idade Média foi retomada, em especial, com o tipo mestiço, descendente de escravos, a que se atribuiu e se atribui, curiosamente ainda, uma série de poderes mágicos, feitiços e encantos especiais profundamente ligados a tabus de ordem sexual."
(p.54)

Dessa maneira, as escravas negras prestavam "serviços sexuais" ao senhor, nascendo assim muitos filhos ilegítimos, entre eles as "mestiças" que

foram associadas às crenças de seus "poderes mágicos" e "afrodisíacos", mito aliás, até hoje explorado pelos nossos espetáculos de exportação turística.

No Brasil Colônia, o confinamento da mulher ao espaço doméstico foi uma situação bastante observada e a descrição desse modo de vida é um consenso entre os historiadores. A mulher tinha como função básica a procriação, considerada natural, sem que houvesse grandes preocupações afetivas na relação da mãe com seu filho. O casamento acontecia por volta dos 12 aos 15 anos de idade e a relação com os maridos era basicamente de dependência e subordinação. A vida econômica, política e social era regida pelo homem-patriarca, pai e senhor dos escravos e a casa-grande e a senzala formavam um todo, conferindo a família da época um perfil marcado pela falta de intimidade entre seus membros. Na casa-grande, senhores e escravos conviviam sem grandes preocupações com limites e privacidade, cabendo às escravas o cuidado e o aleitamento das crianças pequenas. A vida dessas mulheres era assim toda centrada no lar, suas compras, objetos pessoais, alimentos e quaisquer outras mercadorias eram trazidas ou vendidas na porta da casa. Como se casavam muito jovens, essas mulheres eram mães muito cedo, ficavam grávidas seguidamente e envelheciam precocemente, e como ressaltava Freyre (1961),

"Quase todos os viajantes que nos visitaram durante o tempo da escravidão contrastaram a frescura encantadora das meninas com o desmaiado do rosto e o desmazêlo do corpo das matronas de mais de dezoito. De Mrs. Kindersley já vimos a opinião: as senhoras "ficavam com ar de velhas muito depressa" ("They look old very early in life"). Seus traços perdiam a delicadeza e o encanto." (p. 483)

Submetida que estava à uma situação de jugo em relação a seu marido, a mulher colonial era reconhecidamente possuidora de status inferior, pois no direito civil vigente era considerada “menor perpétuo”, situação que só foi alterada com a promulgação do Código Civil em 1916. Assim, embora por um lado houvesse uma pouca valorização da sua figura no plano social, no plano econômico a sua atuação tornava-se bastante relevante. Tomando para si a gerência da casa, zelando pelo patrimônio doméstico do marido, providenciando o fornecimento e a manutenção de bens e serviços, as mulheres contribuíam significativamente para a multiplicação das riquezas da família. Nesse sentido, o que se observa é que o isolamento da família colonial refletia a prática existente de um sistema político, econômico e social extremamente opressivo. Essas práticas garantiam os casamentos de interesse, a transmissão de patrimônio, a garantia de alianças entre as famílias assegurando o poder do patriarca.

Embora essa situação fosse a preponderante na época colonial, havia também as senhoras de engenho que na morte ou afastamento do marido administravam as fazendas, davam ordens, tratavam com escravos, fiscalizavam com energia os serviços, com um respeitável poder de mando. O que se pode constatar daí é que a questão da “fragilidade” da mulher estava muito mais relacionada ao contexto social existente. Assim, Freyre (1968), descreve o engajamento dessas mulheres nas atividades de comando da época:

[...] matriarcas houve, no Brasil patriarcal, apenas como equivalentes de patriarcas, isto é,

considerando-se matriarcas aquelas mulheres que, por ausência ou fraqueza do pai ou do marido, e dando expansão a predisposições, ou características masculinoides de personalidade, foram às vezes os 'homens de suas casas'. (pp. 86-87).

O que se observa, é que a forma de atuação dessas matriarcas nunca teve uma repercussão mais significativa no universo feminino da época, uma vez que, mesmo salvo preconceitos quanto ao fato de serem elas mulheres masculinizadas, suas maneiras de agir eram identificadas com o estilo do patriarca. Curiosamente nos dias de hoje questionamentos quanto a atuação das mulheres no mercado de trabalho seguindo padrões masculinos de realização pessoal, ainda se convertem em impasses e divisões que não ultrapassam os limites da igualdade pretendida.

Uma grande preocupação da sociedade colonial, era relativa a honra feminina, onde procurava intervir nos comportamentos, de forma a que as mulheres, não ficassem expostas aos "perigos" que poderiam advir pelo não enquadramento aos padrões morais e as expectativas da sociedade. Nesse sentido, é interessante destacar, o trabalho de Algranti (1993), onde traz à tona a vida nos conventos e recolhimentos femininos do Brasil-Colônia, apontando mais um aspecto do cotidiano feminino.

Assim destaca, que os conventos foram também uma "saída", uma outra forma de vida, para algumas mulheres, consistindo em opção para além do casamento. A reclusão portanto, poderia servir à três aspectos fundamentais: a honra, a educação e a devoção. A primeira vista, no entanto, tinha predominantemente um caráter de sujeição involuntária para aquelas,

cuja conduta moral era condenada, tais como: esposas infiéis e filhas insubmissas. A autora enfatiza, que os conventos e recolhimentos recebiam mulheres de várias origens, que procuravam uma opção de vida mais definitiva sem no entanto negar as solicitações de estadias passageiras, como nos casos de viagens dos maridos, observando:

"O receio de muitos maridos de que suas esposas pudessem agir contra a própria honra e a de suas famílias, quando eles estivessem ausentes em viagens de negócios, induzia os mais ciumentos a manterem-nas enclausuradas até a sua volta. Em São Paulo e Minas Gerais, capitânicas onde o tipo de vida e a atividade mineradora levava os chefes de família para longe de casa por tempo indeterminado, o recurso à reclusão era utilizado não só para zelar pela virtude das esposas, mas também das filhas. Longe dos "perigos do mundo", e sujeitas a permanente fiscalização, as mulheres chegavam a passar grandes temporadas nos recolhimentos femininos, isoladas do contato direto com a sociedade. Saíam da tutela dos maridos, para se submeterem à autoridade da regente, da porteira, e demais dirigentes da casa." (p.144)

1.2. O projeto da mãe ideal: a chegada dos higienistas

A partir da segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira vai passando por um processo de transformação, acentuado com a chegada da Corte. A família colonial sai de seu isolamento, aristocratizando-se. Para isso não bastava ter dinheiro, escravos ou terras, mas participar de um novo modo de organização da vida social e do relacionamento familiar. Inicia-se assim, um processo de diferenciação entre seus membros em função da sociabilidade imposta, e a urgência em igualar-se nas aparências à nobreza ou à burguesia

européias. Surgem as festas, as mudanças nos hábitos e vestimentas e maior importância é dada à aparência física, ao requinte e às boas maneiras. As mulheres começam a perceber a relevância do seu papel nessa nova sociedade. A promoção de festas, a forma de receber ou hospedar, eram de sua competência e a melhor forma de desincubar-se dessas tarefas valorizavam seu papel e a projeção social do seu marido. A organização dessa nova modalidade de vida vai resultar numa fragmentação da solidariedade familiar, uma vez que agora os desejos individuais passam a ter maior autonomia. Essa mudança no estilo de vida levou a família a uma certa desorganização interna, onde os novos comportamentos acabavam por desequilibrar antigos costumes e propiciaram o aparecimento de uma nova ordem, descrita por Costa (1979) :

"Foi esse período de anomia interna que favoreceu a aceitação da medicina como padrão regulador dos comportamentos íntimos. A higiene ajudou a família a adaptar-se à urbanização, criando, simultaneamente, normas coerentes de organização interna. O objetivo higiênico de recondução dos indivíduos à tutela do Estado redefiniu as formas de convivência íntima, assinalando, a cada um dos membros da família, novos papéis e novas funções". (p. 109)

Assim o discurso médico do século XIX contribuiu com o fundamento científico à nova ordem do Estado, passando a definir os novos comportamentos. A figura do médico ganha importância, pois fazendo aliança com a mulher propõe ajudá-la dando-lhe espaço para libertar-se do jugo patriarcal ou clerical. É dessa forma, que ao entrar na casa estabelece o afastamento dos escravos pois estes seriam perpetuadores de hábitos incultos

e maneiras rudes nas senhoras, além de transmissores de doenças.

O trabalho dos higienistas se encarrega de impor as novas técnicas de regulação do contato entre indivíduos e família, cidade e Estado. É nesse momento que também se faz necessário remodelar as habitações antigas. Essas, anteriormente construídas de modo a ocultar a mulher de estranhos e protegê-las do excesso de sol, eram úmidas e precárias em vários aspectos inclusive no que se referia às instalações de água e esgoto. A orientação dos higienistas reforçava a necessidade de promover estas mudanças em nome da saúde ou de "status". Nesse momento já podemos observar os primeiros sinais de consumo numa sociedade que buscava nos ditames da ciência higiênica, as normas que definiriam progresso e melhoria, mesmo que dissociadas de necessidades mais reais como por exemplo uma melhor adequação ao nosso clima. Costa (1979), ressalta:

"A consequência imediata das exigências higiênicas foi a prosperidade da indústria européia e o progresso material dos técnicos imigrantes. A medicina engrossou a pressão da aculturação fazendo com que a casa brasileira consumisse vidraças, grades de ferro, louças e instalações sanitárias. E, com estes materiais, toda a massa de acessórios e ornamentos que compunham o ambiente interno de uma casa européia: objetos de metais, tapetes, cortinas, estiques etc..." (p.113)

Paralelamente à mudanças externas, é no interior da família que se acentuam novos procedimentos. As mulheres são convocadas a olhar para a família de forma mais plena e a maternidade é enaltecida. Os médicos apontavam que a excessiva preocupação com a vida mundana, as festas, a

moda tornava as mulheres relapsas e irresponsáveis, esquecidas de deveres fundamentais como zelar pela saúde física e moral dos seus filhos. A vocação para a maternidade é valorizada, e o amor da mãe pelos filhos transformado em ato espontâneo e instintivo. Assim, seu espírito altruísta de amor e dedicação se reflete na obrigação primeira de proporcionar felicidade aos seus, ou seja, sempre em função dos outros ou para os outros e nunca para si.

Os argumentos para garantir a amamentação transcendiam a questão da mortalidade infantil. Com a mudança nos hábitos, como a diminuição dos afazeres domésticos e maior escolarização das crianças, as mulheres passaram a dispor de um tempo livre maior. Amamentando até cerca dos 18 meses, elas se manteriam mais ocupadas estreitando as relações familiares e menos disponíveis para se ater à "passatempos nefastos".

A ênfase que era dada à amamentação também pretendia um certo controle sobre a sexualidade feminina. Justificava-se através da limitação do ato sexual na gravidez porque poderia causar dano ao feto por ser um contato "impuro", ou o perigo de uma nova gravidez, incompatível com um bom aleitamento.

O controle da sexualidade vai se constituindo num espaço de contradição para a mulher pois ao mesmo tempo que acena com a sexualidade ligada ao amor e ao casamento, limita a possibilidade de sua concretização, não oferecendo condições de usufruir dela. A amamentação enaltecida e a relação mãe e filho plena de responsabilidades justificaram a colocação do sexo a serviço da família. A mulher que estava amamentando deveria ser

muito cuidadosa e contavam-se histórias de que sob o domínio de forte emoção o leite poderia fazer mal a criança a ponto de ocasionar a morte. Por outro lado, os higienistas mostravam a possibilidade do "orgasmo da amamentação" um momento de prazer que a mãe tinha com o filho, abrindo espaço para a concentração do interesse sexual da mulher sobre a prole. Havia um certo ar de aprovação desta atitude pois o controle da infância e da família conjugal se achavam garantidos. Del Priori (1993), comentando esse momento, destaca:

"O isolamento desta mulher, desta mãe e desta que deveria tornar-se "santa" no interior do lar engendrou mecanismos de resistência a tal situação, mas também uma certa confusão de papéis. Fazer filhos, tê-los e criá-los tornou-se um poder. Mas a maternidade e a feminilidade acabaram por sofrer um processo de imantação. A mãe passou a ser uma auxiliar do sacerdote e uma representante da legislação. Devota, obediente, dessexualizada e destituída de paixões, faz-nos pensar em quantas mulheres teriam de fato se sentido mulher, sob essa norma".
(p.122)

A fabricação da imagem de uma mulher idealizada, concedia rigidez aos comportamentos e povoava de preconceitos qualquer atitude que se afastasse da norma. Nesse sentido, a prostituta era energeticamente combatida. Não exercia controle sobre sua sexualidade, afastava o homem do lar, trazia consigo doenças e perversidades. Era um mau exemplo para as mulheres pois vivia o lado mundano da vida, não se envolvendo com a maternidade e ficando assim exposta as mais diversas doenças, inclusive a loucura.

Esse lado "mundano", foi ressaltado por Leite (1984), que através da antologia de textos de viajantes estrangeiros no século XIX, descreveu muitos costumes da época. A autora destaca, que as prostitutas mais belas, eram chamadas de "francesas", pois as mais consideradas pelos homens brasileiros, eram aquelas que chegavam da França, levando o termo, "francesa", a ser praticamente sinônimo de meretriz, o que desagradou a muitos franceses. Um correspondente, Leithold, em 1819, compara a diferença de tratamento entre as prostitutas do Brasil e da Europa, onde a meretriz brasileira era menos valorizada, constatando entretanto aqui, um grande número delas, "Branças, pretas e de todas as categorias(...) De noite, entre oito e dez da noite, invadem elas as ruas vestidas de tafetá preto ou lã e envoltas em mantos." (p. 115)

A busca de explicações que justificassem o mau uso da liberdade feminina aparecia em vários momentos. Costa (1979), relata que em uma tese apresentada em 1847 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Agostinho José C. Figueiredo atribuía a loucura ao tipo de costumes, à educação, ao mundanismo. Destacava que o comportamento alienado observado em muitas mulheres francesas era justificado pela forma de sua educação que promovia o gosto pelas artes, por leituras, músicas, espetáculos, que despertavam desejos e idéias para as quais "não estavam preparadas". Em contrapartida citava as inglesas, que por terem uma "educação mais forte", tinham a vida mais voltada para o lar e seriam assim mais "recatadas".

O que se observava daí, é que o "mundanismo" era divulgado pelos higienistas como fonte de "nervosismo" e outras possíveis doenças.

O "nervosismo feminino" foi amplamente utilizado pelos médicos. Eles o reconheciam, medicavam e mantinham assim o controle com sua presença científica. Na mulher casada, era explicado por conta do "excesso social" e a cura estava na sua "retirada do mundo" garantindo assim um comportamento mais recolhido. Na mulher solteira, as explicações a respeito do nervosismo histérico, dos "vapores", das "palpitações", estavam relacionadas ao fator sexual. A orientação era que os pais se apressassem em providenciar um bom casamento para as filhas, para que breve elas tivessem estabilidade emocional com a realização da maternidade.

A ciência da época vai construindo a identidade da mulher, naturalizando o instinto materno fundado sob o signo da doação, da submissão e do destino. A maternidade não é um desejo, mas algo "a priori" e faz parte de sua natureza.

A remodelação da família no final do século XIX, parece atingir o objetivo dos higienistas. A nova mãe se distanciou do poder patriarcal e se constituiu num dos pilares dos novos poderes da sociedade, entre eles o poder médico. O aburguesamento das elites, seguem então as normas já consagradas na Europa de disciplina médico-higiênica. A família se preserva do mundo cheio de vícios e maus hábitos, aproxima seus membros e intimiza suas relações. A sexualidade e o amor entre homem e mulher no casamento transformam-se em normas de saúde. As escolhas de marido e mulher devem ser livres e cuidadosas no que diz respeito às condições físicas e morais, e o amor apresenta-se como um estandarte da moral regido por um código rígido de regras estabelecidas para o homem e a mulher. Nessa nova proposta de

família dividem-se as responsabilidades. Ao pai cabe a responsabilidade material de sustento e a mãe a responsabilidade da educação da criança, não sendo mais apenas a guardiã dos bens do marido. Assim, as transformações político-econômicas da sociedade se distanciam da produção gerada no seio da antiga família extensa e as funções domésticas e sociais se separam vindo a se constituir no que se chamou âmbito privado e âmbito público. Vaitsman (1994), ressalta:

"O trabalho, ou melhor, as atividades que a partir de então passaram a ser definidas como trabalho foram fundamentalmente aquelas exercidas na esfera regida pelo princípio universalista do mercado, segundo o qual qualquer indivíduo podia concorrer livremente ali para vender sua força de trabalho, seus produtos ou serviços. Esfera da qual as mulheres foram oficialmente excluídas, através da ideologia que legitimou a dicotomia entre público e privado segundo o sexo. Elas passaram a ser definidas socialmente segundo os requisitos de um mundo público ao qual não tinham acesso, porque o seu lugar era numa esfera privada definida pelos princípios particularistas e hierárquicos das relações atribuídas com certos homens, como filhas e esposas, e não numa esfera pública definida pelos princípios universalistas e igualitários do mercado e, mais tarde, da cidadania". (p.30).

Os novos papéis sociais do homem e da mulher se inscrevem em espaços diferentes, cabendo ao homem o espaço público da produção, do vigor, da racionalidade e menor amorosidade. A mulher tem sua condição como "reprodutora" naturalizada, e a vida toda voltada para o seio da família que deve proteger — mas que também a protege — em virtude da fragilidade e debilidade da sua constituição moral.

Dessa forma, o século XIX acentuou com o discurso científico,

concepções negativas e estigmatizantes sobre a condição feminina promovendo a difusão de conceitos que atestavam sua inferioridade física e mental em relação ao homem. A ambiguidade destas proposições se faziam notar quando eram usadas ora, para reforçar os estereótipos da feminilidade instituídos e assim justificar a exclusão da mulher dos espaços masculinos de atuação e ora para defender direitos de cidadania e participação em condições de igualdade com os homens.

As idéias que serviam de base a este duplo discurso eram na maioria das vezes fundamentadas pelos positivistas liderados por Augusto Comte e pelos evolucionistas seguidores de Herbert Spencer.

Segundo, destaca Rago (1991), as teorias científicas do período, que acentuavam a inferioridade física e mental da mulher, eram baseadas nas idéias de Augusto Comte, de Herbert Spencer, do médico vienense Krafft - Ebing e de Cesare Lombroso, sendo aqui divulgadas através de seus discípulos positivistas brasileiros tais como: Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, o médico Tito Livio de Castro e o jurista Viveiros de Castro, entre outros.

Nesse sentido, era defendido vigorosamente o ideal da Mãe assegurando assim uma descendência sã e a subordinação da mulher, fator incontestável para a garantia e unidade na direção do lar. Comte, baseava-se em descobertas científicas, como as demonstrações biológicas de Gall para reforçar a questão da inferioridade feminina e desconsiderar as reivindicações das mulheres que aconteciam na França na década de 1820. Comte, defendia

a tese de que provada a inferioridade feminina, a lei geral da evolução social excluiria a mulher de qualquer participação mais ampla que não fosse a de dedicação ao lar e a vida doméstica.

Com discurso semelhante, os seguidores de Herbert Spencer, discordavam das idéias positivistas, protestando em relação ao conteúdo misógino e conservador, no entanto seus apertes eram igualmente preconceituosos. Rago (1991), relata que em 1877 o Dr. Tito Livio escreveu o livro "A Mulher e a Sociogenia" onde apontava para a necessidade de se tirar a mulher do altar em que a queriam colocar possibilitando sua participação mais efetiva na vida social. Ele foi bastante citado e tornou-se uma referência do pensamento progressista e liberal do momento, apoiado por Maria Lacerda de Moura e pelas feministas da revista "A Mensageira", que aparecia na época como um espaço de contestação. No entanto, mesmo defendendo a educação da mulher e a sua atuação na sociedade e na família em cooperação com o homem, ele seguia e defendia as idéias de seu mestre inglês Herbert Spencer. Acreditava que a inferioridade biológica da mulher constatada através da craniometria, da organometria e da etnologia não era natural mas um produto da evolução social. Como um "menino de 10 anos" (um menino!), a mulher havia parado na evolução mental e essa tendência vinha se acentuando nos tempos atuais, já que cada vez mais se exigiam do homem respostas, atividade e rapidez, enquanto a mulher se acostumava na passividade atrofiando-se. Assim, com o objetivo de propor alternativas que auxiliassem este quadro, ele sugeria algumas possibilidades, entre elas a de educar a mulher que seria tarefa fundamental da sociedade, para assim intervir na

evolução da espécie e na seleção humana. Ao retirar seu cérebro do atraso secular em que se encontrava ele cresceria de tamanho, ela então se dinamizaria e transmitiria valores mais modernos à sociedade industrialista. Esse processo a seu ver seria longo, mas seria um passo no sentido de se escapar da sub-raça que existia até então.

O século XIX, se utilizou de métodos supostamente científicos que fundamentaram a teoria da diferença biológica dos sexos, para provar a inferioridade física e mental da mulher em relação ao homem, reforçando assim, sua exclusão da vida pública, num momento em que começavam a aparecer os debates sobre os direitos de cidadania na sociedade. As mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, levaram a mulher a um maior cuidado com o seu corpo, com a forma de vestir e de se portar. Ela procurava se instruir, lia mais, encontrando muitas vezes nestas leituras opiniões favoráveis à libertação feminina. Tendo maior consciência da sua importância na promoção social do marido, reivindicava para si maiores poderes sociais que foram rapidamente desestimulados.

Dessa forma, Herbert Spencer (citado em Rago, 1991), influente pensador da época, ponderava que apesar daquele momento, estar sendo aceito um progresso no relacionamento entre os sexos, com a admissão da igualdade diferenciada no casamento, não deveria ser deixado de lado, o fato de que as naturezas masculinas e femininas tinham direções opostas. A mulher não poderia jamais participar do poder político e da vida pública, pois despenderia uma energia tal, que a tornaria incapaz de reproduzir, comprometendo assim a perpetuação da raça. A "passividade" da mulher,

assim era explicada pelo fato dela armazenar a energia vital fundamental e responsável pela reprodução, cabendo ao homem o movimento e a atuação no mundo exterior. O argumento da fragilidade feminina, mostrava dessa forma às mulheres que a saída do “doméstico”, era uma violação às leis naturais.

Essa divisão foi marcada por conceitos valorativos. Legitima-se socialmente o trabalho do homem, pois se considerado produtivo é valorizado. O da mulher, executado restritamente no âmbito doméstico é desvalorizado. A separação das características tidas como femininas e masculinas foram, nesse sentido, delimitando territórios. A boa mãe identificada com a feminilidade e seus “subprodutos” como, docilidade, dedicação e abnegação se inscreve no espaço doméstico que é afirmado como o lugar dos sentimentos e da intimidade. A família, se estabelece agora como unidade de consumo uma vez que a produção ocorre externa à ela, ou seja, no âmbito público. O trabalho é realizado fora dos espaços do lar, e a família torna-se a sede dos sentimentos, da reprodução biológica e da vida social. A divisão sexual do trabalho e a consequente sexualização das profissões, foi se constituindo através do tempo em fato relevante no discurso normatizador que formulou as novas políticas de controle da sociedade.

1.3 - A MULHER NO SÉCULO XX — A mãe “psicologizada”, trabalho, movimentos feministas

1.3.1 - A mãe “psicologizada”

As idéias dos higienistas amplamente difundidas no século XIX, convenceram a mulher da importância de sua presença e participação na educação dos filhos. No século XX, com a crescente industrialização, cresceu o número de mulheres solteiras e de classes sociais menos abastadas, que trabalharam em fábricas para se sustentarem ou completarem o orçamento doméstico. Rocha-Coutinho (1994), relata que em inquérito do Departamento Nacional do Trabalho de 1931, foi ressaltada a importância da participação feminina, principalmente no comércio (como vendedoras) e nos escritórios (como secretárias). O documento afirma que as qualidades naturais das mulheres que seriam, “mais dóceis, mais pacientes, mais dedicadas ao serviço; não têm aspirações ou são mais modestas nas mesmas” (p. 94), as qualificavam de forma positiva no mercado de trabalho que se constituía naquele momento. No entanto, este fato era visto como necessário somente em casos específicos, como para aumentar a renda familiar, cobrir “déficits” pela falta de mão de obra masculina, se constituindo dessa maneira como uma espécie de “reserva de mercado”. O trabalho feminino não era reforçado como possibilidade de realização pessoal ou autonomia econômica, e não diminuía a importância da mulher nos cuidados com a casa e a educação dos filhos, bem como a responsabilidade pelos velhos e doentes da família.

Entretanto, a importância que era dada à maternidade até então vai sofrer alguma modificação, por conta de acontecimentos ocorridos no exterior cuja influência repercute no cenário brasileiro. Dessa forma, as sociedades européias e americanas com o término da guerra precisando reorganizar o mercado de trabalho, se incumbem de afastar as mulheres para com isso ceder espaço aos homens que retornavam.

É assim que, em meados do século XX, a mulher se defronta com um novo discurso, de base científica, apoiado nas formulações das ciências sociais e psicológicas, onde também começam a ser mais divulgadas as idéias freudianas que apontavam a importância da figura materna no desenvolvimento psíquico da criança. Nesse sentido, as mulheres além de atender e se ocupar dos cuidados e necessidades físicas rotineiras de seus filhos, passam a se responsabilizar pela criação da criança psicologicamente saudável.

As idéias preconizadas pelas ciências "psi" e seus profissionais (psiquiatras, psicanalistas, psicólogos), e outros trabalhos tendo como referencial teórico este saber, defendiam a permanência integral da mãe nos primeiros anos de vida da criança, como fator que assegurava um desenvolvimento emocional sadio e a responsabilizava pela delinquência juvenil e mesmo a separação dos casais, como decorrentes da sua falta de atenção e cuidado para com a família. Rocha-Coutinho (1994) cita as palavras de Betty Friedam (1963) descrevendo a situação americana, que imputava ao fracasso da maternidade os desajustes sociais da época,

"Edificou-se em torno da mãe toda uma mística. Descobriu-se de repente que ela podia ser considerada responsável por tudo, ou quase tudo. Em todos os dossiês de crianças problemas, em todos os casos de adultos neuróticos, psicopatas, esquizofrênicos, obcecados pelo suicídio, alcoólatras, de homens homossexuais ou impotentes, de mulheres frígidas ou atormentadas, entre os asmáticos ou portadores de úlceras, encontrava-se sempre a mãe" (p. 97)

Para fundamentar estas idéias foram desenvolvidos estudos psicológicos que ressaltavam os efeitos adversos da "privação materna" (J. Bowlby, 1976; R. Spitz, 1979), e que se baseavam na constatação da importância da figura materna no desenvolvimento emocional da criança, para quem o relacionamento é fundamental, não apenas para a sobrevivência física, mas também, como fonte de contato com a realidade externa, através da qual a criança será capaz de construir uma imagem coerente de seu mundo.

Como precursora de todo o arcabouço de conhecimentos que privilegiou a relação com a mãe e a importância dos primeiros anos para a vida emocional do indivíduo, a psicanálise, teoria oriunda da experiência clínica de Freud, antecipou-se a outras teorias de cunho acadêmico, que estabeleceram as bases do desenvolvimento psicossocial do ser humano.

Dessa maneira, foi através da elaboração dos conceitos relativos às primeiras formas de organização psíquica, que foram veiculadas as noções de identificação, relações objetais e outras que estabeleceram a gênese do desenvolvimento emocional do indivíduo.

Ao publicar em 1905, o "Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade", Freud acentuou que "as manifestações infantis da sexualidade

não determinavam apenas os desvios, mas também a estrutura normal da vida sexual do adulto" (p. 212). Assim, são divulgadas as primeiras idéias acerca da importância das primeiras experiências para o desenvolvimento da personalidade, além de examinar (nesta mesma publicação), as implicações da relação mãe e filho que considerou como a primeira relação objetal do indivíduo. Outros trabalhos científicos que focalizavam aspectos fundamentais do desenvolvimento da relação mãe e filho, como os de J. Bowlby (1976) e R. Spitz (1979).

Bowlby (1976) destacou a importância da ligação afetiva que une a criança à mãe. Baseado em teorias dos etologistas, que acreditavam na existência de padrões de comportamento específico em cada espécie e em estudos sobre as conseqüências desestruturantes das carências maternas, afirmava que a ligação da criança com a mãe resultava de uma necessidade primária dispondo de mecanismos inatos para sua realização.

Bowlby (1976) trouxe o que ele chamou de noção de vinculação ou "attachment" que substituiu a noção de dependência emocional que se fundamentava no estado de desamparo em que se encontra o bebê humano, e que expressa mais claramente a importância dos mecanismos inatos. Assim ele refuta as teorias que explicavam a ligação emocional do bebê à mãe como decorrente de um impulso secundário, provindo da satisfação de necessidades fisiológicas tais como a fome e a sede. Ele relacionava cinco pautas de conduta que contribuíam para estabelecer o vínculo de afeto da criança com a mãe, e que seriam, sugar, agarrar-se a, seguir, chorar e sorrir, que devidamente organizadas iriam acabar por estabelecer o comportamento de

vinculação entre eles. Para Bowlby (1976), estas cinco respostas, parte do repertório filogenético, manifestam-se porque permitiam a criança sobreviver, provocando desta forma os cuidados maternos e, ao bebê a possibilidade de um contato íntimo com a mãe. Este autor relata na sua observação, que bebês de 4 meses já começam a desenvolver a conduta de "vinculação", respondendo de forma diferenciada à mãe em comparação com outras pessoas. Ele afirmava que: "A criança no primeiro ano de vida, desenvolve uma clara preferência pela pessoa que cuida dela e que é chamada de mãe. Esta preferência permanece mesmo no caso em que o bebê inclui outras pessoas como suas possíveis opções no caso da mãe faltar" (p. 228).

Em seus estudos sobre carências maternas, Bowlby (1976), procurava frisar os malefícios da ausência da relação mãe e filho, chamando a este estado de "Privação Materna", que abrangia tanto os casos em que a mãe, apesar de viver no mesmo local que o filho, não tinha condições emocionais para propiciar-lhe os cuidados necessários, bem como aqueles casos em que o bebê era privado de qualquer contato. A privação parcial provocaria ansiedade, sentimentos de vingança, com culpa e depressão. A privação total poderia ter conseqüências mais amplas como a incapacidade de adaptação social. Esta privação seria decorrente da perda da mãe por morte, enfermidade ou abandono, ficando essas crianças sem uma figura substituta adequada às suas necessidades emocionais.

Spitz (1979), em seu estudo sobre a gênese das primeiras relações objetais, utiliza o termo "díade", para referir-se à relação que se estabelece entre mãe e filho. Afirma que: "Para o recém-nascido, o meio ambiente

consiste, por assim dizer, em um único indivíduo, a mãe ou um substituto dela, o qual não é percebido como uma entidade distinta de si mesmo, denominando este estágio de pré-objetal” (p.49).

Dessa maneira, vão se estabelecendo as primeiras interações da mãe com seu bebê e “a relação da díade vai caracterizar-se por uma “retroalimentação” recíproca, onde ambos estão em contínua interrelação circular” (p.97). Nesse papel, a mãe desempenha as ações do bebê e satisfaz seus desejos como os entende e, por sua vez, suas ações comunicam suas intenções ao bebê.

É essa comunicação mãe filho que lançará as bases para a formação do psiquismo infantil, permitindo o seu desenvolvimento em todas as áreas, e no primeiro ano de vida criando as bases para as relações objetais e as relações com as coisas. Assim, as relações interpessoais posteriores têm sua matriz na relação mãe-filho, e o desenvolvimento psíquico normal da criança está na dependência da qualidade, da constância e da estabilidade de sinais afetivos emitidos pela mãe, que desta maneira seria considerada “normal”,

“... se a relação mãe-filho é normal não deverão existir transtornos ou desordens no desenvolvimento psicológico da criança, salvo as intervenções acidentais de caráter físico, como as enfermidades intercorrentes. Definiremos a relação normal mãe-filho dizendo que deve satisfazer tanto a mãe quanto ao filho” (p. 79).

Spitz (1979), realizou estudos onde destacou as repercussões da privação afetiva materna no primeiro ano de vida, distinguindo duas categorias: a privação afetiva parcial e a privação afetiva total. A primeira ele

denominou de "depressão anaclítica", uma síndrome mais ou menos delimitada, que seria desencadeada após uma separação do bebê de sua figura materna e de duração mínima de três meses. O termo depressão, foi empregado em razão da semelhança deste quadro clínico com a depressão do adulto, excetuando o fato de terem estruturas dinâmicas diferentes. Este distúrbio pode ser revertido quando a mãe é restituída à criança, ou se consegue encontrar um substituto adequado. A privação total, também chamada "hospitalismo", se enquadraria nos casos em que há o afastamento definitivo da mãe. Essa situação, implicaria em sérias conseqüências levando a criança, a princípio para um período com características de depressão anaclítica, seguindo-se de uma passividade e um marasmo tal que poderiam ocasionar até a morte. Spitz (1979), assinala também, as dificuldades no estabelecimento do que seriam relações objetais normais, na medida em que as relações possuem sempre múltiplas nuances, são sutis, algumas vezes encobertas e nem sempre perceptíveis.

No entanto, é através da boa relação mãe-filho, do contato corporal que a mãe possibilita ao bebê através de sua ternura, de sua atitude afetiva, de sua estimulação tátil, que são estabelecidas as primeiras experiências consideradas vitais para o desenvolvimento emocional da criança. Esse processo, segundo Spitz é fundamentalmente reconhecido pela mãe, que é dotada segundo ele de uma "sensibilidade quase mágica" com relação ao bebê,

"... Estou convencido de que a mulher que cria seu filho ao peito percebe inconscientemente sinais

que nos escapam, e, sobretudo, reage de maneira imediata, sem a intervenção da consciência" (p. 43).

É conferindo a mãe essa qualidade única, que transcende o registro comum, que alcança a linguagem inconsciente, que o saber "psi" vai sobrecarregando a função da mãe, que assim se responsabilizará pelo equilíbrio emocional de seu filho no futuro.

Apesar da importância dos estudos da relação mãe e filho desenvolvidos por J. Bowlby e R. Spitz, não foi devidamente relativizada a questão de que mesmo no caso da presença materna, esse relacionamento poderia não se desenvolver dentro das bases ideais e únicas preconizadas pelos autores desprezando a questão da qualidade da resposta materna. Não sendo problematizados esses aspectos, e a presença da mãe apresentada de forma idealizada, levaria a crença natural de que o cuidado materno é único e insubstituível.

Os trabalhos sobre privação materna, tiveram sua origem na observação de crianças que na época da Segunda Guerra foram separadas das mães precocemente e por longo período, sofrendo com isso sérios prejuízos em termos de saúde emocional.

A preocupação básica destas pesquisas foi principalmente chamar a atenção do mundo para a situação precária dos orfanatos, instituições de caridade para a primeira infância e dos hospitais, e conseguir com urgência que se procedesse a uma reorganização nos procedimentos aplicados até então. Estes trabalhos tiveram esse mérito, mas, no entanto, a questão foi

amplamente generalizada ao ponto de serem veiculadas afirmações simplistas, e de caráter geral do tipo "toda criança deve ter uma mãe que a ame", deixando de considerar situações particulares de ordem social e cultural.

Os estudos realizados a respeito da relação mãe-filho, tem sido ampliados sendo empreendidas novas pesquisas, para redimensionar as perspectivas e permitir uma compreensão mais ampla da situação.

A questão do contexto cultural e o enfoque antropológico, observados nos trabalhos de Margareth Mead (1969), apontam diferenças psicosssexuais entre culturas diferentes e a nossa sociedade ocidental. Assim, ela constatou que as características psicológicas que nossa sociedade associa à masculinidade e à feminilidade existem independentemente do sexo. Observando por exemplo a tribo dos Arapesh na Nova Guiné, concluiu que a maternidade é dividida pelo casal e que ambos os pares apresentam um caráter passivo, não-agressivo e cooperativo. Uma situação completamente diferente foi observada entre os Mundugumor, povo selvagem, que era tempos atrás, canibal e caçador de cabeças. Ali, tampouco reconhecem distinção psicológica entre os dois sexos, e tanto o homem como a mulher demonstram coragem, agressividade e rejeição violenta às crianças.

Foi a partir da observação dos padrões de comportamento sexual dessas sociedades que Mead (1969) constatou a evidência de um condicionamento cultural fundamentando as atitudes masculina e feminina. A questão de evitar generalização das condições ideais de maternagem, acentuada por Mead (1971), foi apresentada num estudo feito para a OMS em

1962. Em "A necessidade de cuidados maternos: reavaliação dos seus efeitos", Mead ressalta a importância dos trabalhos de J. Bowlby que chamaram a atenção das perniciosas conseqüências dos cuidados pessoais dados aos recém-nascidos em instituições de caridade e para os traumas derivados desta internação. No entanto, considerou falha a ampliação destas evidências, fundamentando princípios universais e chamou de "etnocêntricas" as observações fundadas somente na nossa sociedade ocidental. Ela cita os "kibbutz" em Israel onde crianças são criadas num ambiente extrafamiliar porém com cuidados similares aqueles propiciados pelos pais. Neles, as crianças apresentam desenvolvimento normal, são amadas e aceitas e as técnicas de grupo apresentam ótimos resultados apresentando a vantagem de deixar a criança numa situação que permita uma maior possibilidade de intercâmbio e ofereça maiores perspectivas de relacionamento.

No mesmo relatório para a OMS (Genebra, 1962) Lorenz, levanta a questão de que mesmo se o cuidado materno não fosse prestado pela própria mãe, ele deveria ser feito por uma única pessoa, "como se a natureza houvesse disposto uma série de mecanismos que só são possíveis no sentido de uma relação bilateral exclusiva". Lorenz, indaga a este respeito, refletindo se a instauração de uma relação estrita e exclusiva entre mãe (ou substituta) e filho não seriam uma das condições indispensáveis à formação de estruturas caracterológicas necessárias ao nosso tipo de sociedade, ressaltando que teria sido observado que crianças educadas em "kibbutz" são muito dependentes do grupo e mal preparadas para afirmarem-se como indivíduos.

Esta questão tem sido amplamente debatida, desde que a sociedade

ocidental se deu conta da importância da mãe na formação emocional da criança, e ao mesmo tempo, por conta das transformações econômicas, sociais e culturais, já não tinha assegurada de forma absoluta, a sua presença em tempo integral.

Mead (1971), no grupo de estudos sobre o desenvolvimento psicobiológico da criança, promovida pela OMS em 1954, fez um apelo para que no Ocidente sejam feitas modificações no estilo de vida, de tal forma, que a criança possa se dar conta de que há muitas pessoas em que pode confiar ressaltando: "As observações feitas em diversos contextos culturais nos fazem pensar que a adaptação da criança é muito mais fácil quando numerosas pessoas se ocupam dela e a envolvem com calor e afeto" (p. 96).

No entanto, são em grande número os trabalhos de importantes autores de referência psicanalítica que enfatizam a importância da figura materna no desenvolvimento emocional do indivíduo.

Klein (1975), salienta que a atitude da mãe em relação aos seus objetos, introjetados, durante as primeiras relações objetais, é o que vai determinar sua atitude para com o filho. Se em seu relacionamento afetivo com a mãe, ela tiver internalizado uma "boa" imago materna, são os elementos positivos desta relação que ela transferirá para o filho, sendo esta também a base de um desenvolvimento sexual satisfatório (p. 308).

Dolto (1977), ressalta que todos os momentos de prazer do bebê como: amamentação, banho, embalo, estão ligados à presença da mãe que assim se converte em objeto de amor para o bebê. Para a autora esse modelo

de relação "subsiste a vida toda" mesmo frente a outras relações.

Winnicott (1978) atribui a mãe um importante papel no desenvolvimento emocional do filho. A essência da experiência infantil, reside na sua dependência do cuidado físico que se mostra vinculado ao fator psicológico. O bebê vai assim percebendo o cuidado de forma satisfatória, que gratifica suas necessidades físicas, mas também as psicológicas. Para que isso ocorra, é necessário que o bebê tenha uma mãe, ou uma substituta, que lhe atenda adequadamente, tanto no que concerne aos cuidados físicos, quanto que estabelece com ele uma relação afetiva consistente, ou seja, a possibilidade para a criança de uma boa maternagem.

É assim que surge na teoria de Winnicott (1978) os conceitos de "mãe suficientemente boa", ou seja a que pode perceber e adaptar-se às necessidades do bebê, respondendo a elas de forma adequada e no tempo certo. Isto pode ser conseguido, através de um estado de relaxamento tal, que permitiria o aumento da sensibilidade, considerada como "doença normal", e que não é atingida por todas as mulheres. É assim que Winnicott (1978), nomeia como "preocupação materna primária" essa condição psicológica que se desenvolve na mulher durante, e especialmente, no final da gravidez, continuando por algumas semanas após o nascimento da criança, sendo depois reprimida. Este estado de sensibilidade vai permitir que a mãe possa se sentir como se estivesse no lugar do bebê e, deste modo responder às suas necessidades. As mães que não conseguirem atender ao bebê em sua fase mais inicial, terão como consequência a "aniquilação do self do bebê" (Winnicott, 1978), com uma posterior necessidade de compensação, e a

transformação da mãe no símbolo de frustração.

Nesse sentido, fica dependendo da mãe a criação e manutenção de um ambiente estável para a criança do ponto de vista físico e emocional. A concepção de "holding" exprime com clareza todo o ciclo evolutivo em que participam igualmente mãe e filho, ocorrendo em ambas transformações recíprocas. Na realidade para Winnicott (1978) o que na verdade acontece, não é um "intercâmbio", mas sim uma "vivência em comum" — o bebê se alimenta de um seio que é parte dele e a mãe alimenta um bebê que é parte dela. Dessa forma o autor acredita que a mãe que pode dar o seio a seu filho encontra uma experiência muito mais rica para si mesma, e o bebê, através do ato de mamar, encontra uma maior facilidade para a formação das relações iniciais entre dois seres.

O atendimento às necessidades iniciais do bebê e a constância da mãe permitindo a criação de sua imago, vão permitir que ele vivencie uma experiência de continuidade, de ilusão, que mais tarde, possibilitará a sua capacidade de fantasiar. Progressivamente, é importante que esse atendimento se dê de forma mais relativa com a criança podendo vivenciar alguns fracassos, para mais tarde reconhecer, que ela e a mãe podem sobreviver a eles. Winnicott (1978), afirma que o amor da mãe não significa apenas um atendimento às necessidades de dependência, mas vem a significar a concessão de oportunidade que permita ao bebê passar da dependência para a autonomia. É importante, que a mãe esteja apta para responder intuitivamente às necessidades do filho, quando ele vem ao mundo, mas deve também aprender a desprender-se disso, a responder menos às

suas necessidades, a fim de não satisfazê-lo em demasia. Assim, cabe a mãe a tarefa de desiludir o bebê, ir lhe mostrando gradualmente que algumas vezes pode ser atendido, e que em outras não, e que a mãe mesmo sem o atender sempre e completamente, não o abandonou. Uma das etapas da vida do bebê em que fica mais característico o aspecto da desilusão, é o desmame.

A experiência de continuidade é básica para o estabelecimento do ego, fazendo com que o bebê possa construir positivamente "a idéia de uma pessoa na mãe", bem como uma relação segura com a realidade externa. Portanto, a boa mãe é aquela que se adapta ativamente às necessidades do bebê, e depois a medida que sente que o bebê vai desenvolvendo sua capacidade de tolerar frustrações, retira gradualmente essa "prontidão" mais imediata. Neste ponto, Winnicott e Spitz apresentaram argumentos semelhantes no que se refere a importância do desprazer no desenvolvimento emocional do bebê. Winnicott (1982) destaca:

"O bebê fica triste em momentos como o desmame, porque as circunstâncias fizeram surgir a raiva e estragaram algo que era bom. Nos sonhos do bebê, os seios maternos, deixaram de ser bons, foram detestados e agora são apreendidos como coisa má, até perigosa. Esta é a razão porque existe um lugar para a mulher perversa, nas histórias de fadas, que dá a comer maçãs envenenadas. Para o bebê recém-desmamado, trata-se realmente da boa mãe cujos seios se tornaram maus, de modo que se deve conceder algum tempo para a recuperação e o reajustamento. Mas uma boa mãe normal não deixa de enfrentar mesmo essa possibilidade. Muitas vezes, durante as vinte e quatro horas, ela tem de ser a mãe ruim por alguns minutos e habitua-se a isso. Com o tempo, ela será vista de novo como a boa mãe. Finalmente a criança cresce e acaba por conhecê-la tal como realmente é, nem um ser ideal nem uma bruxa de fato."

(Grifo meu), (p. 94).

Como foi dito por Winnicott (1978), a mãe comum é em sua maioria "suficientemente boa", no entanto, a quantidade de saberes acerca da educação infantil, resultado de uma prática cada dia mais atuante, que envolve psicólogos, pediatras, pedagogos, fonoaudiólogos entre outros, além dos conhecimentos regularmente divulgados nos jornais e revistas, acabam por submeter à mãe, conforme ressalta Moraes (1979), à uma "espécie de tribunal de última instância, pronto a distinguir o bem do mal, o certo do errado." (p. 80)

Encontrar a medida certa na função materna para não "sufocar" ou não "rejeitar", diante de tantas práticas consideradas "as mais corretas", ou "as mais atuais", acabam por deixar a mãe muito insegura, para seguir sua própria intuição na relação com seu filho. No entanto, da mesma forma que a sociedade moderna vem afirmando a importância da mãe na vida emocional do filho, a mulher cada vez mais, ocupa o espaço profissional, surgindo a partir daí, novas formulações no discurso dos especialistas, como por exemplo, o aspecto do "tempo qualitativo". Assim, o importante é a qualidade da presença da mãe, e não a quantidade, e da mesma forma, a mídia veicula um comportamento idealizado, onde a super-mãe dá conta de todos os papéis. Esta questão, acaba por se tornar problemática, pois encobre um questionamento mais efetivo do espaço privado, no caso específico da educação dos filhos, num momento em que a mulher juntamente com o homem, vem frequentando a esfera pública.

1.3.2 - Trabalho Feminino

O trabalho feminino nas camadas médias da sociedade brasileira, esteve no início do século quase que unicamente associado a vida no lar e à educação dos filhos. As mulheres viviam na dependência socioeconômica dos pais e depois com o casamento na do marido. Como foi visto anteriormente, as transformações ocorridas nas sociedades européias e americanas na época da 2ª Guerra, iniciaram uma maior participação da mulher no mercado de trabalho, mas a predominância de suas tarefas eram as consideradas femininas (atividades de escritório e comércio, professoras, enfermeiras).

O marco na divisão do trabalho, ocorrido com a industrialização, separando a unidade de produção da unidade doméstica, se encarregou de fortalecer a divisão do trabalho por sexos, de forma "natural" associado portanto as diferenças biológicas. Assim, como enfatiza Bruschini (1990), "a mistificação do papel de esposa e de mãe concretizou-se mais facilmente na medida em que casa e família passaram a significar a mesma coisa, apesar de na verdade não o serem: enquanto a casa é uma unidade material de produção e de consumo, a família é um grupo de pessoas ligadas por laços afetivos" (p. 46).

É em função dessa mistura entre casa e família, que o trabalho doméstico, vai ser considerado sem valor, ou melhor dizendo, não é um trabalho e sim uma expressão dos atributos femininos como lavar, passar, cozinhar, educar. Nesse sentido, é importante considerar o levanta Chauí (citado em Bruschini, 1990) "a contradição entre a vida doméstica e a vida em

família pode, no caso das mulheres, legitimar a naturalidade do trabalho doméstico como se ele fosse um trabalho para a família e não um trabalho de casa e, portanto, um trabalho que já é social" (p. 46).

As considerações a respeito do valor atribuído ao trabalho doméstico tem sido mais amplamente problematizadas em função da maior inserção da mulher no mercado de trabalho. Anteriormente, pouco se questionava a respeito da naturalidade do trabalho doméstico para a mulher, que era vivido como fazendo parte de um destino do qual ela não tinha como escapar. Seria uma herança da sua condição feminina, não sendo portanto buscado ou desejado. Com isso reforçou-se através do tempo a desvalorização social deste tipo de trabalho, que até a primeira metade do século XX, foi visto pela mulher como sua mais importante forma de realização, e o bom desempenho das tarefas domésticas aumentava seu prestígio junto ao marido e filhos. Com o incentivo do trabalho para a mulher fora do lar, através de um discurso moderno que o colocava como fator de realização pessoal e condição indispensável para sua libertação da dependência masculina, o trabalho doméstico passou a ser desvalorizado, e interiorizado desta forma pelas mulheres que se consideram "menos importantes", "não participantes", quando se dedicavam somente a essas tarefas.

O ingresso da mulher no mercado de trabalho e seu acesso às universidades, tem delineado as mudanças da sua participação nos setores econômicos da vida social. A divisão entre carreiras masculinas (mais relacionadas às ciências exatas) e femininas (relacionadas às ciências humanas) tiveram forte conotação até os anos 70, mas em virtude de

mudanças na educação feminina começam a sofrer algumas modificações, já sendo observado um contingente maior de mulheres em profissões antes consideradas de natureza essencialmente masculina. O crescimento da participação feminina na educação se seguiu ao da força de trabalho, e nos últimos 20 anos as mulheres tem buscado profissões na área técnica, antes consideradas tipicamente masculinas, com maior prestígio e/ou renda, como as áreas de engenharia, medicina, arquitetura, economia, ensino superior, direito, odontologia etc. Dados publicados por V. Faria (1986) e citados por Vaitsman (1994), divulgam que o número de mulheres nas profissões de nível superior nas áreas técnica, científica e acadêmica, com maior prestígio e renda, aumentou de 19 mil, em 1970, para 95 mil em 1980.

A ampliação das oportunidades de trabalho feminino não se configuram, no entanto, numa igualdade no que se refere a remuneração e prestígio na carreira. Barroso (1982), acentua que quase sempre o salário da mulher é inferior ao do homem, mesmo em profissões onde o número de mulheres é maior que o de homens (como a categoria de professores), e os cargos de chefia ainda são preferencialmente destinados aos homens. A autora considera que a menor oferta de trabalho, os baixos salários e outras restrições feitas à mulher profissional, ocorrem em função de que a mulher ainda é considerada a maior responsável pelo "doméstico", restringindo assim sua participação mais ampla, pois é ela quem se responsabiliza pelo bem estar de toda família. Dessa maneira, a questão profissional é quase sempre vivida pela mulher de forma ambígua quando, com o casamento, ou com filhos para criar, acaba por ter que restringir sua atuação no mercado de trabalho.

Os discursos mais recentes que tematizam a importância da independência feminina, a auto-realização através da atividade profissional esbarram na manutenção de funções exclusivamente femininas como o desempenho do papel materno. A mulher por conta de suas outras atribuições tais como, a maternidade, a criação de filhos pequenos, acompanhar a criação de filhos pequenos, acompanhar a profissão do marido nos casos em que, por força desta, há necessidade de mudança domiciliar, (muitas vezes até para o exterior), retira da "pauta" suas aspirações de realização profissional, ou as coloca de forma secundária, muitas vezes pela própria incorporação de valores sociais que vêem estas atitudes como naturais e próprias da natureza feminina.

Dados² mais recentes a respeito da participação da mulher no mercado de trabalho, foram apresentados por Cristina Bruschini (1995), em texto elaborado para o Seminário, "Equidade entre os sexos: uma agenda para a virada do século" (Fundação Carlos Chagas - São Paulo, agosto 1995), onde a autora relata a ampliação e diversificação do contingente feminino no mercado de trabalho, e faz menção ao atual perfil da trabalhadora brasileira, onde ocorreram mudanças, como o ingresso mais acentuado de mulheres com responsabilidades familiares, o que a seu ver, aponta para a necessidade cada vez maior de investir em políticas sociais que possibilitem aos trabalhadores conciliar o trabalho com a família.

² Os dados estatísticos utilizados tem como base as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios/PNADs, do IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para 1981 e 1990, e na Relação Anual de Informações Sociais/RAIS, do Ministério do Trabalho, para 1988.

Os dados estatísticos apresentados no estudo, salientam que o crescimento e a diversidade da participação feminina nos anos setenta foi intenso não retrocedendo nos anos 80, apesar das sucessivas crises econômicas ocorridas no país. No entanto, tendo em vista a ausência de dados disponíveis para os anos noventa não permite que se afirme que o quadro tenha se mantido inalterado, mas permite que sejam analisadas hipóteses que indiquem os rumos tomados pelas trabalhadoras no atual panorama econômico.

Assim, foi constatado que em 1990 era de 22,9 milhões o número de trabalhadoras brasileiras, 18 dos quais, concentrados na área urbana. Mesmo que se considere que apesar de expressivo esse número não chegue a representar 40% do conjunto da força de trabalho brasileira, as taxas femininas de atividade estão até esta data em constante ampliação. Comparando que, em 1970, somente 18,2% das brasileiras de mais de 10 anos de idade eram economicamente ativas, vinte anos depois, constata-se que, a taxa de atividade feminina atingiu cerca de 39,2%. Na década de oitenta, o crescimento da força de trabalho feminina foi da ordem de 54%. Os dados trazem ainda, números relativos ao campo, onde se chegou a uma taxa nacional de atividade de 36%, sendo ainda a zona urbana superior com taxas de atividade de 40,1%. A incorporação de cerca de 7 milhões de novas trabalhadoras, na década de 80, levou a um crescimento relativo da ordem de 59,7%. Em relação as diferenças regionais, conclui-se que aumentou significativamente o número de trabalhadoras urbanas no Nordeste, quase 70%, sendo que na região Sudeste constatou-se um aumento percentual

semelhante no campo e na cidade.

Os estudos mais recentes também informaram que o aumento da população feminina de trabalhadoras se refere principalmente as representantes das camadas médias e escolarizadas. Este fato já vem sendo constatado desde os anos setenta, onde a maior demanda do mercado se operou em função da expansão da economia, a crescente urbanização e o ritmo acelerado da industrialização. Os anos setenta, dessa forma foram marcantes no que tange a entrada do número maior de mulheres no mercado de trabalho, o que foi definido em grande parte pelo momento de grande crescimento econômico. A situação entretanto nos anos oitenta, retratada por períodos largos de recessão e desemprego, leva a constatação que o trabalho feminino se desloca, agora para o setor de terciarização da economia.

A expansão das atividades econômicas pela terciarização do mercado, levou as mulheres à uma maior participação num período economicamente difícil, mas que abarcou a mão de obra feminina, que ao encontrar um espaço de inserção, ligado principalmente à prestação de serviços, ao comércio, às atividades administrativas e sociais e também ao aumento significativo do emprego na administração pública, principalmente no Nordeste.

As mudanças ocorridas nos anos setenta com o maior impacto dos movimentos feministas, a expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades, bem como a queda da taxa de fecundidade ocorrida com a adoção de práticas anticoncepcionais, foram progressivamente aumentando a

oferta de trabalhadoras e criando novos valores relativos ao papel social da mulher. São vários os mecanismos facilitadores que têm ampliado a participação da mulher para o trabalho produtivo. Nesse sentido, é importante destacar a adoção de métodos anticoncepcionais, que limitando o número de filhos ou até mesmo a sua existência definem um aspecto marcante como a questão da reprodução na subjetividade feminina. Esse fator torna-se ainda mais evidente, nas classes média e média alta, onde mulheres instruídas e de nível socioeconômico mais elevado, passam a ter menor número de filhos tornando-se assim mais disponíveis para o trabalho.

Embora o trabalho tenha ampliado os horizontes da mulher, permitido outras formas de realização pessoal, e reduzido o seu confinamento ao espaço do lar, a manutenção de um modelo de família no qual lhe cabem as responsabilidades domésticas e socializadoras, além da persistência de uma identidade construída com forte referência ao mundo doméstico e ao espaço privado, observamos que a sua disponibilidade ao mercado de trabalho fica muitas vezes condicionada a outros fatores e não somente a questão de sua qualificação ou a oferta de emprego, que se estabelecem no caso dos homens.

A necessidade de possuir a estrutura adequada que lhe permita articular papéis familiares e profissionais, vai depender de uma série de fatores que vão determinar a saída da mulher para o trabalho "fora". O estado conjugal, a presença de filhos e a idade destes, questões referentes à sua escolaridade e idade, bem como as necessidades econômicas, são fatores decisivos no ingresso, retorno ou parada no mercado de trabalho.

Uma outra questão que se estabelece nesse momento é que para sair de casa para trabalhar, a mulher precisa criar uma infra-estrutura particular que vai desde a contratação de uma empregada doméstica à ajuda de familiares (quase sempre mulheres como mães, sogras, tias etc). Nesse sentido, o que acontece é que ela delega a uma outra mulher as atividades de sua esfera doméstica, principalmente o cuidado com a casa e os filhos estabelecendo assim, um vínculo de dependência e a criação de situações conciliatórias que não colaboram para que essa situação seja tratada de maneira mais efetiva no âmbito familiar, com uma maior divisão de tarefas entre homem e mulher, nem no âmbito público, com a reivindicação de creches no local de trabalho (por exemplo, exigindo o cumprimento da lei que obriga o funcionamento de creches nas empresas a partir de 30 funcionárias).

Bruschini (1995), destaca ainda os diferentes cenários que se configuram no momento em que a mulher busca definir sua melhor adequação ao trabalho, favorecendo ou não à conciliação entre as responsabilidades familiares e profissionais.

"Atividades formalizadas, que requerem maior deslocamento de casa para o trabalho e contam com horários rigidamente demarcados, são de conciliação mais difícil, ao contrário das atividades informais, rurais ou domiciliares, que favorecem a atenção concomitante à casa e à família. Em contrapartida, no primeiro caso encontra-se em geral, o trabalho mais bem remunerado, que garante à trabalhadora benefícios previstos na legislação. Enquanto isso nas atividades não formais, embora a conciliação de papéis seja mais fácil e prevaleça a autonomia no uso do tempo, os rendimentos são inferiores e a instabilidade é acompanhada pela inexistência de garantias trabalhistas" (p. 15).

O relatório apresentado por Bruschini (1995), leva ainda a constatações importantes, como as que, apesar das dificuldades de conciliar trabalho e família, foram as mulheres mais velhas e com responsabilidades familiares que nos anos oitenta aumentaram sua participação no mercado de trabalho.

Assim em 1981, o maior número de trabalhadoras era entre as idades de 20 a 24 anos (correspondendo à 45,8%), e as taxas femininas de atividade declinavam nas faixas etárias subsequentes, coincidindo com o casamento e a maternidade. Nos anos oitenta, além de crescer o número de trabalhadoras, as taxas mais altas de atividade (mesmo levando em conta as diferenças regionais) foram de mulheres de 30 a 39 anos (54,7% em 1990), o que configura uma mudança no perfil do trabalho feminino. Esse aspecto, levou também a uma outra variação, o aumento do ingresso das mulheres casadas no mercado de trabalho, assim enquanto em 1980, 20% das cônjuges eram ativas, em 1990, esse número chega a 37,6%.

Considerando que esse crescimento tenha se dado em função do aumento da pobreza e da necessidade de complementar a renda familiar, conforme constaram Oliveira (1990) e Jatobá (1990), citado em Bruschini (1995), esse fato se deveu também as respostas das mulheres às transformações da sociedade.

No momento político-econômico porque passa o Brasil é inegável a constatação do empobrecimento da classe média brasileira, e a mulher por conta das transformações socioculturais se encontra mais preparada para o

exercício de atividades profissionais cresce a participação da mulher casada desta classe no mercado de trabalho, procurando corresponder as demandas impostas pela nova sociedade. Assim, em função da maior diversificação das pautas de consumo, o aumento dos encargos escolares e relativos aos gastos com saúde (por conta da precariedade dos sistemas públicos de atendimento), chega-se à constatação de dados, como os divulgados pelo IBGE, que enfatizam o crescimento do trabalho das cônjuges nos níveis mais altos de renda e sobretudo na zona urbana. "Nas cidades, 50% das cônjuges em famílias com rendimento per capita superior a 3 salários mínimos trabalham, em comparação a 23,3% daquelas que fazem parte de famílias cujos rendimentos são inferiores a 1/4 de salário - FIBGE, 1992 (citado em Bruschini, 1995).

Assim, com as novas funções que emergem ou se multiplicam em função da nova divisão do trabalho nacional e internacional, observa-se uma reestruturação do sistema de relações de gênero predominante entre as classes médias urbanas até a metade do século. A participação feminina, cresce de forma flagrante, nas áreas da política, da cultura e das atividades profissionais de modo mais amplo, redefinindo a divisão sexual do trabalho e indagando sobre "certezas" anteriormente estabelecidas, tais como a dicotomia público e privado, atrelada à divisão de gênero.

Um outro fator relevante, são os dados analisados por Puppini (1994), citado por Bruschini (1995) que vão apontar indícios de que as mulheres estariam conquistando novos espaços.

Assim, foram observados que cerca de 3,5% dos cargos executivos nos 300 maiores grupos privados nacionais, em 1991, eram ocupados por mulheres. Da mesma forma, uma outra pesquisa realizada na cidade de São Paulo, realizada por Sègnini (1994), revela que as mulheres constituem atualmente 47% dos bancários, uma categoria que até 1960, em mesmo era permitido o seu acesso.

Em que pesem estas considerações, sobre o aumento crescente da força de trabalho feminina, é necessário que se estabeleçam ressalvas, e que sejam apontadas as situações em que elas acontecem.

Nos mais elevados níveis de qualificação e escolaridade, torna-se mais comum encontrar trabalhadoras que por desenvolverem atividades mais gratificantes e bem remuneradas, viabilizaram uma infra-estrutura doméstica que lhes possibilitou à saída do lar. No entanto, isso não se reflete no fato de que em termos de remuneração as mulheres estejam equiparadas aos homens. As bancárias entrevistadas por Segnini, presentes principalmente nos bancos estatais, estão 80% presentes em cargos hierarquicamente inferiores aos masculinos. As executivas, e que ocupam cargo de comando, constituem minoria, sendo ainda acentuada nas pesquisas mais recentes, como os dados presentes no relatório de Bruschini (1995), que a maior parte das mulheres não tem possibilidade de escolha ou ainda opta por trabalhos tradicionais femininos.

Assim, no que diz respeito à relação entre trabalho e família, e prosseguindo a tendência de que as mulheres mais velhas e com

responsabilidades familiares, ingressem cada vez mais num mercado de trabalho definido por jornadas regulares e integrais que conseqüentemente implicam num deslocamento entre casa e trabalho, fica evidente a necessidade de "avanços" (ou seriam "retrocessos?"), ou porque não dizer adequações e rearranjos nas esferas públicas e privadas.

O mercado de trabalho, se estabelece na atual sociedade contemporânea, como um espaço dominado pelo mundo masculino, com valores estabelecidos em torno de competitividade, agressividade, eficiência, profissionalismo, onde a vida pessoal não deve interferir na profissional a não ser implicando em sérios prejuízos para a carreira.

As mulheres, a cada dia, vivenciam as ambigüidades de sua inserção nas esferas pública e privada, defrontando-se assim com muitas contradições. A maternidade, tem se tornado mais um projeto, que carece de um plano bem elaborado em que passam questões como a importância do seu papel na educação dos filhos, acrescidos de questionamentos baseados na difusão de conceitos psicopedagógicos, onde pontificam a incerteza de como educar e o que é melhor para seus filhos.

Deste modo, torna-se cada vez mais urgente ampliar as formas de participação na vida social, incluindo a família, a sociedade, as convenções sociais, as instituições, possibilitando o estabelecimento de ações, escolhas ou alianças que venham legitimar à mulher, sua condição de trabalhadora.

1.3.3 - Movimentos Feministas

O movimento feminista teve ao longo da história determinadas especificidades que variaram segundo a sociedade, o momento histórico ou a classe social onde manifestava-se.

A principal questão dos movimentos feministas baseava-se na reivindicação de direitos iguais para homens e mulheres, que permitissem as mulheres serem vistas em situação de igualdade social, eliminando as discriminações e objetivando mudanças nos papéis tradicionais de homens e mulheres.

Segundo Alves e Pitanguy (1984), o feminismo,

"busca repensar e recriar a identidade do sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados e onde as qualidades 'femininas' ou 'masculinas' sejam atributos do ser humano em sua globalidade" (p. 9).

Beauvoir (1980), destaca que apesar de algumas mulheres terem se destacado no campo intelectual, esse fato não lhes oferecia qualquer possibilidade de mudança na sua condição de inferioridade em relação aos homens.

Segundo a autora, alguns filósofos como Voltaire, Diderot e Condorcet, afinados com os ideais democráticos do século XVIII, manifestavam-se a favor das mulheres, argumentando que a situação de inferioridade que o mundo lhes atribuía, cabia muito mais em função da

educação limitada que recebiam do que propriamente de sua capacidade. Entretanto, contra esses enfoques se insurgiam outros pensadores. Rousseau, nessa mesma época afirmava ser a mulher destinada ao marido e à maternidade, devendo "ceder aos homens e suportar-lhes as injustiças" (Beauvoir, 1980).

Nesse sentido, segundo relatam Alves e Pitanguy (1984), se tem conhecimento de que as primeiras reivindicações femininas como movimento organizado datam da segunda metade do século XVIII e tem lugar nos Estados Unidos, França e Inglaterra. As mulheres questionavam a opressão de que eram vítimas, reclamando igualdade de direitos e deveres, e conclamando à uma educação mais igualitária que não privilegiasse oportunidades e conhecimentos segundo o sexo. Estes movimentos, no entanto foram sustados, como por exemplo, na França onde em 1795, a Assembléia Nacional promulgou decreto proibindo qualquer participação pública ou reunião de mulheres em número maior do que cinco, e ordenando que se mantivessem no lar. Assim, como destacam Alves e Pitanguy (1984), era posta em prática a visão "rousseauiana" que indicava que o lugar da mulher era o recinto privado, dificultando sua possibilidade de ação na esfera pública.

O século XIX, vai propiciar a primeira ruptura neste sistema, pois com a Revolução Industrial, as mulheres enquanto mão-de-obra encontram lugar no mercado de trabalho, ocorrendo a separação da casa do lugar de trabalho e confrontando homens e mulheres a ritmos e exigências de um novo mundo que se esculpia.

No entanto, apesar de um outro rumo trazido para o trabalho feminino, permaneciam situações de discriminação, com o recebimento de menores salários e atribuições de tarefas menos qualificadas que os homens.

Assim, é a partir da constatação das desigualdades ocorridas na esfera pública, que surgem as primeiras lideranças feministas entre as operárias, que rompem o silêncio que envolvia a mulher, se associando gradativamente aos sindicatos, e fundam as primeiras associações femininas no final do século XIX.

Entretanto, é a partir das primeiras décadas do século XX, que as mulheres sistematizam suas reivindicações, principalmente através da luta pelo direito do voto e com isso "quebram um segundo tabu da separação hierárquica entre os sexos ao invadir a *polis*, o espaço político que até então era território privativo dos homens" (Oliveira, 1991, p. 44).

A ampliação às mulheres do voto, se constituiu em movimento político importante (Alves e Pitanguy, 1984) , e iniciou-se em 1848 nos Estados Unidos, mobilizando um grande número de mulheres em vários países do mundo. O direito do voto, foi conseguido pelas americanas em 1920, após uma luta que durou 72 anos. Na Inglaterra, esse direito foi conquistado em 1928, tendo sido travadas várias batalhas, envolvendo episódios de luta, prisões, greves de fome, ao longo de cerca de 60 anos.

Beauvoir (1980), relata que as francesas, se envolveram em longo período de conflitos pela adesão de sua campanha sufragista, tendo em 1932 o Senado rejeitado emenda que dava o direito de voto às mulheres, para só

concedê-lo em 1945.

O reconhecimento da cidadania feminina no Brasil também passou por um processo demorado, em virtude da sua submissão diante do homem, consolidada pelo Código Civil desde 1916, que restringia seu acesso ao trabalho através de vários procedimentos legais e mantinha sua dependência à família.

Pena (1981), destaca que no início do século XX, as mulheres não tinham diretamente acesso ao trabalho e à propriedade, encontravam barreiras que dificultavam a aquisição da educação formal e não votavam. Para salientar esse momento, relata as palavras de Olavo Bilac, que ao afirmar que o cidadão é um homem, prosseguia:

“Mas o que é o cidadão?

Há na multidão das criaturas humanas que povoam um país, quatro categorias progressivamente restritivas; 1) todos os habitantes ou residentes, englobadamente compreendidos; 2) entre os habitantes os homens adultos, que já tem a capacidade jurídica, tendo o direito ao voto; 3) entre os homens adultos, aqueles a quem chamaremos verdadeiramente “homens”, isto é, aqueles que já chegaram a um certo grau de desenvolvimento intelectual, com a consciência da sua razão, dos seus direitos e dos seus deveres; e enfim, 4) entre os verdadeiros homens, os cidadãos, aqueles que investidos de completa cultura moral e intelectual, tendo elevação de espírito, sendo capazes de sobrepor-se aos interesses próprios, aos interesses partidários de classe ou campanário, podem designar-se à sagrada missão de governar e dirigir a multidão.”

A situação de inferioridade feminina era enfatizada culturalmente pelo seu papel de filha e posteriormente de esposa e mãe, e legalmente

reconhecida. O Código Civil de 1916, representou o reconhecimento e legitimação dos privilégios masculinos e foi a afirmação do que já fora estabelecido em 1890, através de um decreto (nº 181) que afirmava a condição da mulher de mera auxiliar do homem na gestão familiar. Ela necessitava da autorização do marido para trabalhar ou obter direito à propriedade.

A constituição de 1934, retirou muitas destas restrições, afirmando que todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo; o “sem distinção de sexo”, no entanto por conta da “febre totalitária” foi retirado, resultando na restauração do direito anterior. Foi somente a partir de 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho que a mulher passou a ter o direito de trabalhar livremente, sem a autorização do esposo, “mas podendo o marido impedi-la, de continuar no emprego, caso o julgasse suscetível de prejudicar os vínculos da família ou se constituir em perigo manifesto às condições peculiares da mulher” (texto sobre legislação do trabalho, “O Trabalho Feminino Revisitado” de Evaristo de Moraes Filho, 1976 - citado em Pena 1981, p.148).

É interessante observar o que Pena (1981), acentua, quando traz a questão de que, se fosse julgado pelo pai ou marido como prejudicial, o trabalho deveria ser interrompido, configurando-se para a mulher uma situação de obediência, e que “nesse respeito (e, em vários outros), a mulher esteve sempre confundida com os/as menores” e cita as palavras de Moraes Filho: “Parece que o destino das mulheres foi o de andar sempre confundida com os menores, em qualquer dos ramos das ciências jurídicas”(p. 148).

Tomando as palavras de Moraes Filho, pensamos sobre a questão de ser destino das mulheres estar sempre muito misturada (e "confundida") com os menores. Primeiro, pelo fato de os gestar e depois os criar e se responsabilizar por eles. Depois porque a sociedade e as leis sociais, foram estruturadas pelos homens, e aí elas tem a forma e a "fórmula" marcadas pelos valores masculinos. O enfoque contemporâneo em termos de relações sociais de gênero começa a mudar. A maior participação da mulher na vida pública, tem permitido que sejam considerados outros aspectos que permitam ultrapassar a dicotomia entre classe e sexo. Com um lugar mais definido ou se definindo, principalmente em termos socioeconômicos, a questão da mulher "confundida" com os menores, seria definida por outros parâmetros e não pelos de nivelamento em termos de "minorais", mas pelos que estabelecem a produção dentro da sociedade de diferentes sujeitos sociais.

A participação da mulher na vida pública nas primeiras décadas do século XX, teve no Brasil, diversos impecilhos. Desde leis rigorosas, à questões de ordem cultural que estabeleciam que a atividade legítima para as mulheres era dar nascimento à criança, educar a prole e executar o trabalho doméstico.

No entanto, algumas mulheres questionavam essas limitações e buscavam por seus direitos de cidadania. No Brasil, a primeira mulher que se destacou, no século XX, em termos de participação num movimento de mulheres foi Bertha Lutz. Ela tornou-se líder participando ativamente do "movimento sufragista brasileiro". Era uma bióloga, graduada em Paris pela Sorbonne. Entrou para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, através de

concurso e ali exerceu alta função.

O "movimento sufragista brasileiro" permitiu o surgimento de outras lideranças. Entretanto, as reivindicações pretendidas, não alcançavam as esferas sociais e políticas de forma relevante, procurando ater-se a questões relativas à saúde, educação e a família.

A campanha pelo voto feminino foi encabeçada pela Federação Brasileira pelo progresso Feminino (FBPF), fundada em 1922, com esse objetivo. Em 1931, o voto das mulheres foi liberado com restrições pelo governo Vargas, que divulgou um código eleitoral provisório onde podiam votar as mulheres solteiras ou viúvas com renda própria, ou mulheres casadas com a permissão do marido. Sendo esta a situação, houve protestos dos grupos femininos e a FBPF, que em 24 de fevereiro de 1932, tiveram essa questão definida com o decreto de um novo código que dava o direito de voto às mulheres, em igualdade de condições com os homens.

Apesar do voto ter sido uma conquista de grupos de mulheres profissionais que se organizaram em torno de um objetivo, elas representavam minoria na população feminina. A grande totalidade, permanecia distante de qualquer tipo de engajamento ou em posições profissionais subalternas ou exclusivas dos cuidados a criação dos filhos e da vida doméstica.

Com o direito do voto conquistado, o principal símbolo do movimento feminino, não foi observada uma participação significativa das mulheres em outras causas, e mesmo no tocante ao voto, poucas se inscreveram, sendo constatado que no Rio de Janeiro em 1933, as mulheres inscritas para votar

representavam apenas 15% do total de inscrições.

A brasileira começou a escrever sua história política, timidamente em 1929. Segundo Hahner (1981), o candidato a governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine de Faria que apoiava o voto feminino, garantiu em 1927 mudanças necessárias no código eleitoral do Rio Grande do Norte. Assim, tornou possível a eleição em 1929, da prefeita do Município de Lajes, Alzira Soriano de Souza, uma fazendeira de 31 anos, filha de um coronel da região. Alzira era viúva, mãe de três filhas e se elegeu com 60% dos votos.

Nas eleições de maio de 1933, Carlota Pereira de Queiroz, de São Paulo, foi a única mulher eleita. Bertha Lutz, em 1934, candidata a deputada pelo Distrito Federal, chegou a suplente em 1936. No entanto, o Estado Novo em 1937, acabou com a participação política das mulheres até 1945.

No final da década de 40, e nos anos 50 e 60, houveram alguns movimentos femininos organizados que participaram de diferentes manifestações como a luta contra a carestia, a sonegação dos gêneros alimentícios, pela anistia aos perseguidos políticos e pelos direitos da mulher. No entanto, com a revolução de abril de 1964, acontece uma desmobilização dos movimentos populares em geral.

A partir de meados dos anos sessenta, a geração de mulheres que entrou para a universidade vai participar de forma mais efetiva do conjunto de transformações nas áreas políticas e econômica, nos códigos de comportamento e nas relações de gênero, que apontavam as conseqüências da modernização brasileira.

Conforme ressalta Vaitsman (1994), a repercussão em 1968 dos acontecimentos no mundo em Paris, Berkeley ou Praga desafiavam as concepções políticas totalizantes e levantavam questionamentos aos valores burgueses combatendo não só a repressão do regime, mas também a da sociedade e da família.

A década de 70, no Brasil foi marcada pelo regime militar, e no plano internacional assistia-se o caminho para a crise do marxismo e a crítica ao totalitarismo, situações que se delineavam com uma maior penetração do socialismo. Conseqüentemente as crenças que alimentavam os grandes projetos políticos universalistas e totalizantes entravam num processo de dissolução.

O mundo passava por um momento em que eram constadas as ambigüidades e os equívocos de concepções políticas e científicas com promessas de desenvolvimento que não conseguiram se concretizar. Ideais e verdades de direita e esquerda se mostravam ineficientes. Em contrapartida, desafiar a ordem estabelecida no plano político e social, foi uma questão que pontificou no final dos anos 60, em termos de crítica feroz aos valores burgueses, implicando numa ruptura aos códigos de comportamento da geração anterior.

Esse procedimento seguiu para os anos 70, constituindo novas formas de participação política, social e cultural.

"Os novos movimentos sociais, as novas linguagens de expressão da subjetividade, inclusive com o apoio da psicanálise, os direitos

das minorias, todos estes eram elementos que levavam à emergência da problemática do 'outro', o que, no âmbito das relações de gênero, expressou-se na constituição das mulheres como sujeitos, indivíduos, desafiando discursos e práticas patriarcais" (Vaistman, 1994, p. 70)

O momento histórico-social foi propício para a irupção dos movimentos que questionavam valores tidos até então como naturais e universais.

Com o apoio da indústria cultural, ultrapassou os limites da vanguarda alcançando grande parte da sociedade brasileira. Foi a vez da "contracultura, o tropicalismo, a poesia marginal, a cultura da droga, da psicanálise, do corpo e o desbunde dos anos 70" (p. 70).

A busca de novos caminhos se expressou nos discursos com enfoques existenciais e culturais que pretendiam trazer uma nova visão que atenuasse a constatação do desmoronamento de sistemas e ideologias que durante décadas sustentaram crenças e valores da sociedade contemporânea.

As soluções universais, os projetos amplos e globalizantes, são considerados ineficientes e passam a ser buscadas outras formas de funcionamento que privilegiam o caráter particular, dando voz as minorias. Foi preciso encontrar um novo modo de viver em sociedade, onde as transformações tecnológicas e científicas não se dessem em detrimento da desvalorização da condição do indivíduo.

E nesse panorama que se estabelecem de maneira mais efetiva os movimentos, feministas, o das associações de bairro das comunidades de base, das favelas, oriundos de uma nova cultura política, que despontaram em

1968, e se seguiram a partir daí procurando soluções para o racismo, à segregação sexual e a questão da ecologia entre outros.

Com a incorporação ampla e progressiva das mulheres dos estratos médios dos grandes centros urbanos no mercado de trabalho e o aumento do nível de instrução são feitas novas interrogações a respeito das pautas de condutas, principalmente no tocante à redefinições práticas e ideológicas na estratificação de gênero.

A eclosão dos movimentos feministas, nos anos sessenta, que no Brasil repercutiu muito em função do que ocorria nos Estados Unidos e Europa levou à conscientização das mulheres, de que sua ida ao mercado de trabalho, acarretou uma "dupla jornada", com o acréscimo das tarefas domésticas. Além disso, os empregos que lhes eram oferecidos eram inferiores e os salários mais baixos situação que se reafirmou nos anos setenta.

Dessa forma, o que se evidencia é que o movimento feminista em função das constatações feitas ao longo dos últimos quarenta anos, passou por diferentes momentos e buscou alternativas que também se transformaram ao longo do tempo.

O feminismo dos anos 60 reivindicava a igualdade e se assentava na denúncia da desigualdade e da discriminação. As mulheres reivindicavam sua participação, de forma a poder provar, que apesar de mulheres seriam capazes de assumir os encargos profissionais e inerentes a vida pública. Elas buscavam a igualdade apresentando-se como iguais e capazes de desempenhar as tarefas masculinas sem exigir uma contrapartida, ou seja, o

acesso dos homens aos papéis femininos. Nesse sentido, como acentua Oliveira (1991), a postura unilateral em que se colocavam, onde o ideal a ser alcançado estava no acesso aos papéis masculinos sem o questionamento da reciprocidade, foi levando a percepção de que esse procedimento só se explicava, pela existência de uma forte crença na sua condição de inferioridade

“Só a percepção de que o universo feminino é sem valor e, quase se poderia dizer, socialmente não existente, só a percepção de si como fazendo parte do polo subalterno de uma relação hierárquica em que o masculino é o paradigma a ser atingido e o feminino o componente inacabado, pode explicar a armadilha na qual esse mal-entendido de base aprisionou as mulheres.”
(p. 60)

Um segundo momento passou a se constituir a partir dos anos 70, período de grande participação quando surgiram os primeiros jornais feministas - Brasil Mulher, Nós Mulheres, Maria Quitéria, sendo também criados o Centro da Mulher Brasileira e Movimento Feminino pela Anistia (Vaitsman, 1994).

A dinâmica da participação feminina nestes movimentos foi gradualmente se caracterizando pela aceitação da diferença entre homem e mulher evitando comparações em termos de inferior e superior, buscando o reconhecimento da diferença sem hierarquia.

Nesse sentido a luta dos movimentos feministas passou a se apoiar no conceito de gênero, que diferente do sexo, é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações (Sorj, 1992). Consequentemente, o processo de formação das identidades sociais à

luz das relações sociais de gênero, amplia a discussão da formação destes sujeitos sociais e traz outros registros para além da questão do gênero. Este fato se torna bastante evidente, pois mesmo quando se cogita uma identidade genérica feminina, segundo ressalta Sorj (1992), nos deparamos com identidades "sobrenomeadas", tais como, mulheres rurais, mulheres sindicalistas, mulheres negras, mulheres católicas etc... "Reconhecer essas múltiplas identidades que coexistem no universo da subjetividade e da política implicaria a relativização do peso conferido ao gênero na explicação da constituição dos sujeitos" (p. 18).

Dessa forma, o que se evidencia é que o movimento feminino em função das constatações feitas ao longo dos últimos 40 anos, passou por diferentes momentos e buscou alternativas que se transformam e trazem a cada dia novos parâmetros e novas perspectivas. E assim, refletindo acerca da "teoria e prática feminista" (Castro, M. G. e Lavinias, L., 1992) enfatizam que o final do século vai encontrar na academia uma discussão mais ampla, referida a emergência de um "pós - feminismo", ou a "virada", nos estudos da mulher, Machado (1992), onde a visão interdisciplinar traria significativo aprofundamento teórico para uma importante questão social como é a das relações de gênero.

Um processo, que supostamente apontasse na direção das palavras de Oliveira (1991)

"Se as mulheres que estão ocupando os lugares mais diversos no mundo dos homens recusarem o mimetismo e afirmarem o que lhes pertencem como maneira de estar no mundo e de perceber

as coisas, essa experiência as irá transformando e àqueles que com elas convivem e trabalham. Redefinir o feminino é não ter mais um passado nostálgico, já repudiado, ao qual se referir, nem tampouco um modelo masculino ao qual aderir. Reconstruir o feminino é o destino do movimento das mulheres". (P.74)

CAPÍTULO II

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DAS TRANSFORMAÇÕES NA CONDIÇÃO DA INFÂNCIA - A criança, de coadjuvante à protagonista de um novo enredo

A infância tem tido ao longo do tempo diversas representações, variando conforme o contexto histórico social em que se situa. Diferentes disciplinas também têm se ocupado da infância a partir de pontos de vista próprios. É assim que uma diversidade de conceitos a respeito da criança povoam a pediatria, a pedagogia, a antropologia, a a psicologia, entre outros. Nesse cenário, a mais antiga seria a puericultura que, como primeira educação, tem a idade da humanidade, pois que, em todas as épocas e de diferentes maneiras, sempre existiu uma forma de se cuidar das crianças. No entanto, a puericultura, como veremos posteriormente, só veio a se tornar científica após a revolução pasteuriana e com a aquisição dos saberes legitimados pela ciências.

Estudos como os desenvolvidos pelo historiador francês Philippe Ariès (1981), tem apontado as transformações da infância e da família ao longo dos séculos. Assim, o exame de pinturas, escritos e registros indicaram que o sentimento de infância foi passando por modificações que auxiliaram a compreensão da criança, não mais de forma abstrata e como uma questão centrada em si mesmo, mas relacionada as formas de organização da

sociedade e do contexto histórico em que esta se inseria. Nesse sentido, o exame da condição da criança através dos tempos é inseparável da história das transformações econômicas e políticas da estrutura social. Um dos fatores mais pregnantes dessas mudanças é a modificação do conceito de infância que tem início no século XVIII, atrelado ao fato de que nesse mesmo momento, a medicina ampliou sua ação passando a ter um caráter social ou seja, a operar de maneira preventiva. Agindo mais diretamente na vida do indivíduo ela intervem na família constituindo a infância em objeto privilegiado da convergência de suas práticas. Dessa forma, ao tematizarmos a infância, somos levados a contar um pouco da história da medicina social, o que faremos, primeiro ressaltando alguns trabalhos mais significativos que descrevem este tema no contexto europeu, para posteriormente problematizarmos essa questão no Brasil, como parte da história da infância brasileira.

2.1- A medicina social e sua intervenção na infância

A origem e a evolução da medicina social nos países da Europa estruturou-se no século XVIII como um dos elementos de controle do Estado moderno que então se formava e que necessitava centralizar o poder sobre as populações que se expandiam, integrando-as às novas formas de produção que se estabeleciam com o capitalismo. Segundo destaca Foucault (1979), o poder até então, centrava-se em duas grandes funções: a de guerra e a de paz. Além dessas funções, somaram-se com o fim da Idade Média, a

manutenção da ordem e a organização do enriquecimento.

Para atender à nova orientação, desenvolveu-se uma centralização das informações relativas às populações, visando colocar a economia e a vida social a serviço dos poderes políticos do Estado que se estruturam de acordo com as bases do mercantilismo do século XVIII. O número de habitantes, as faixas etárias, as taxas de mortalidade, morbidade e natalidade, enfim uma sucessão de informações que direcionaram às novas políticas de incentivo à natalidade e de adequação das populações, resultando numa verdadeira tecnologia da população.

Com o intuito de auxiliar essas transformações surgia a medicina social que, transformada em "medicina de Estado", configurou-se numa verdadeira "polícia médica", como a descrita na Alemanha no século XVIII, em estudos como os de John Peter Frank, cujos primeiros trabalhos foram apresentados em 1779 e que se constituíram como um pontos de partida para os estudos que relacionavam as relações sociais da saúde e da doença.

A "polícia médica" criada na Alemanha do século XVIII se constituiu num conjunto de instituições e regulamentos que visavam assegurar a ordem, vista como função policial contra indivíduos perigosos, vagabundos e mendigos, bem como estabelecer procedimentos adequados em instâncias anteriormente imunes à regularização; no âmbito econômico, regras quanto à forma de fabricação e circulação de mercadorias e obrigações profissionais; no âmbito da higiene, normas relativas ao abastecimento de água, limpeza das ruas e qualidade dos gêneros alimentícios que eram postos à venda. Dessa

maneira, foi se estabelecendo até o final do século XVIII, uma verdadeira estrutura que subordinava a ação da polícia médica ao controle do Estado, passando este a controlar as doenças das populações pobres, que deixavam assim de ficar aos cuidados exclusivos dos socorros de caridade.

A ação da "polícia médica" se estruturou a partir da centralização das informações a respeito da morbidade e mortalidade da população, enfatizando-se a necessidade de obter informações sobre fenômenos epidêmicos ou endêmicos. Assim, vai havendo toda uma regularização da atuação dos médicos a partir da criação de organismos estruturados que subordinavam a prática médica a um poder superior com a criação de funcionários médicos nomeados pelo governo com responsabilidade sobre uma região e com autoridade de saber e domínio de poder. Como conseqüência, consolida-se a regularização do ensino médico com o controle do programa curricular e da atribuição dos diplomas legitimando o surgimento do médico como "administrador de saúde".

Essa sistematização de procedimentos, integrando os médicos à administração, subordinando-os a um poder central e regulamentando a profissão vai marcar o surgimento no final do século XVIII e princípio do século XIX o nascimento daquilo que viria a ser chamado de Medicina de Estado.

A medicina social foi ganhando importância, a medida que, com o início da industrialização, as cidades cresciam e eram cada vez mais procuradas como lugar de mercado e produção. Foi então necessário controlar o desenvolvimento urbano. A ocupação desordenada levava à má

localização, dos cemitérios e matadouros expondo as populações a epidemias freqüentes. Assim, foram criados mecanismos que melhorassem a qualidade da vida nas cidades, organizando a distribuição de água e esgoto, abrindo avenidas e melhorando o arejamento das cidades. Foram-se estabelecendo procedimentos em relação ao ar, à água, às moradias e às condições de vida, surgindo na França no século XVIII, a noção de salubridade como sendo a base material e social que assegurava a melhor saúde aos indivíduos, promovendo no século XIX as condições para ao estabelecimento da técnica político-científica que legitimou o que passou então a se chamar de medicina urbana.

O médico passa a ocupar vários lugares no poder estatal, com ascendência sobre diversos setores da população que seguirão as suas orientações de maneira irrestrita. Assim, ele passa a influir na forma desses indivíduos se alimentarem, se vestirem, disporem de sua sexualidade, controlarem a fecundidade e até organizarem suas habitações (Foucault, 1979).

É nesse cenário, que a infância começa a ser destacada, e a medicalização da família traz à luz, a criança como um "problema" que precisa ser resolvido. As taxas de natalidade, mortalidade e morbidade devem ser controladas, mas as condições de sobrevivência da criança até a fase adulta garantem as boas condições físicas do indivíduo do futuro que deve ser produtivo economicamente. Dessa maneira, são estabelecidas novas regras na relação entre pais e filhos. Surgem novas obrigações de ambas as partes sem, contudo, comprometer a autoridade paterna. Essas regras estabelecem

basicamente os procedimentos de higiene relativos à preocupação com o vestuário sadio, a limpeza, as atenções, a amamentação dos bebês pelas mães, a alimentação adequada. O lugar da família é aquele que privilegia o desenvolvimento da criança deixando de ser apenas um meio de transmissão de bens para se tornar o local onde existe a obrigação de promover sua saúde favorecendo seu crescimento. Como consequência, é a partir da metade do século XVIII que começam a surgir os primeiros manuais sobre cuidados com os bebês, como os relacionados por Foucault (1979, p. 200). As transformações que se realizaram em relação ao conceito de infância demonstram diferenças, como as apontadas por Philippe Ariès (1981), com relação à sociedade medieval onde não havia a consciência da particularidade infantil, fazendo com que o bebê, logo que adquirisse algum desembaraço físico, fosse misturado aos adultos. O sentimento pelas crianças era superficial, sua morte banalizada, pois logo poderiam ser substituídas, sendo também motivo de divertimento para os adultos que as tratavam como pequenos animaizinhos. Os estudos de Ariès (1981) mostraram que foi somente a partir do começo do século XVII que a concepção de infância começou a se modificar. Até o final do século XVII, ainda existia o infanticídio, tolerado apesar de ser crime grave e punível. No entanto, havia práticas mantidas em segredo e camufladas pela sociedade, como, por exemplo, o relato de acidentes com crianças que dormindo na cama dos pais morriam asfixiadas. Nesse sentido o que se pode observar é que o cuidado com a criança não se constituía em preocupação relevante para os adultos. O lugar da família como espaço de solidariedade e afeto entre seus membros, e a criança

como centro do universo familiar começa a se instaurar somente nos meados do século XVIII, com a formação da família burguesa das classes em ascensão. Badinter (1985) aponta que, no início do século, começaram a surgir obras que destacaram os cuidados necessários às crianças. O médico parteiro Philippe Hecquet desde 1708, e o também médico Crousaz em 1722 no "Traité de l'éducation des enfants," já haviam feito "a lista dos deveres da boa mãe", não havendo porém repercussão significativa para suas idéias. Com a maior difusão da medicina na vida dos indivíduos, surge o interesse especial pelas mulheres e crianças. As doenças das crianças, as complicações do parto eram resolvidas pelo saber que centralizava-se nos conhecimentos das vizinhas e das comadres, saber esse que foi soberano durante um longo tempo e que só declinou depois de longas lutas contra suas práticas consideradas perniciosas.

Nos meados do século XVIII, alguns médicos já demonstravam interesse pela etiologia de doenças infantis como a varíola, a varicela, a caxumba, a difteria, a coqueluche, a escarlatina, mas na prática ainda abandonavam o trabalho na mão das curandeiras. Buchan descreve esses procedimentos:

"A medicina foi bem pouco atento à conservação das crianças, e isso por indiferença e desconhecimento da riqueza potencial da infância... Quantos esforços, quantas despesas não se fazem todos os dias para prolongar por algum tempo um velho corpo debilitado e pronto a falecer, enquanto milhares daqueles que podem se tornar úteis à sociedade perecem sem que ninguém se digne ministrar-lhes o menor socorro, ou se digne olhá-los". (Badinter 1985, p. 81)

Foi a partir do reconhecimento pelo poder médico do potencial de “riqueza futura” que representava a criança é que houve interesse da medicina pela infância. A palavra “pediatria” surge por volta de 1872 e a especialidade propriamente dita só se estabelece no século XIX (ver Badinter, 1974).

Assim, os médicos passam a desenvolver um trabalho voltado para a preservação da infância como um todo, e o seu raio de ação vai abranger tanto as classes burguesas, quanto as mais pobres diferindo como veremos posteriormente somente nas estratégias.

Com a publicação do livro “Puériculture ou la science d'élever hygiéniquement et physiologiquement les enfants” em 1865, pelo médico francês Caron, é que aparece pela primeira o termo puericultura, sendo que este só é utilizado mais efetivamente em 1900 pelo professor Pinard. Segundo Orlandi (1985) as obras que divulgaram a puericultura anteriores a 1870 são diferentes das que se seguiram no período entre 1885 e 1890. Nesse momento houve a revolução pasteuriana, trazendo para a prática da cirurgia, os conhecimentos da assepsia e da anti-sepsia. São novas descobertas que vem contribuir para que os puericultores, utilizando-se de informações mais recentes, sistematizassem um corpo de saber mais garantido. Boltanski (1969), relata que as obras de puericultura lançadas depois de 1890, são mais objetivas, ilustradas, abordando temas como a amamentação, regimes alimentares adequados à faixa etária da criança, assepsia, assuntos que se repetem nos livros de puericultura até cerca de 1940. Essas obras trazem o

saber médico para o conhecimento das mães, e são agora reconhecidamente científicas. Os pediatras com a autoridade que lhes confere a ciência, não falam mais de práticas tradicionais, mas de um conhecimento legitimado pela racionalidade científica. É dessa forma que a orientação preconizada por eles é seguida sem restrições, surgindo pequenos manuais de puericultura escritos na forma de catecismo para alcançar as mães de classe baixa, que assim poderiam permitir a entrada do médico em suas vidas com uma fé tão poderosa, como a que antes só tinha sido vista na relação com os padres.

Como relatam os fatos apontados por Badinter (1985), os procedimentos praticados em relação à criança até cerca da metade do século XVIII, destacam o papel secundário que a criança tinha na sociedade, o descaso com que era tratada, culminando com altas taxas de mortalidade infantil. Nesse contexto, a morte de uma criança era um episódio banal. F. Lebrun, citado por Badinter (1985, p. 68), assinala que a mortalidade das crianças abaixo de um ano era de 25 a 27% e que de mil crianças nascidas, 574 sobreviviam até os cinco anos e 525 chegavam aos dez anos, sendo também registrado que, as crianças amamentadas ao seio pela própria mãe, morriam duas vezes menos do que as que eram entregues às nutrizes.

Donzelot (1986) aponta que com a morte da criança sendo considerado um episódio banal, e o agravamento dos índices de mortalidade começou aparecer toda uma literatura voltada para o tema da conservação das crianças:

"Todos colocam em questão os costumes

educativos de seu século, visando três alvos privilegiados: a prática dos hospícios de menores abandonados, a da criação dos filhos por amas de leite, a da educação "artificial" das crianças ricas. Com seu encadeamento circular essas três técnicas engendrariam, tanto o empobrecimento da nação, como o enfraquecimento de sua elite". (Donzelot, 1986, p. 15-16).

A mortalidade das crianças que eram abandonadas nos pátios das igrejas, ou largadas nas ruas, filhos de mulheres sem recursos, ou fruto de relações adúlteras, passou a ser resolvida pelo Estado, interessado agora na sobrevivência dos futuros cidadãos "úteis". Assim, foram criadas instituições que recebiam as crianças através de um dispositivo técnico que foi chamado de "roda", descrito por Orlandi (1985),

"Era um cilindro giratório sobre o eixo vertical em que a metade lateral da superfície era aberta de um lado. O lado fechado ficava voltado para a rua. Para a mãe ou uma pessoa abandonar uma criança pequena, bastava-lhe girar a roda para aparecer o lado aberto, onde depositava o bebê; depois, fazia a roda retornar à posição anterior e tocava uma campainha. A encarregada, no interior do asilo, apanhava a criança, sem ver quem a depositava. Na verdade, essa era a finalidade da roda: preservar o segredo de quem ia abandonar a criança e, com isso, preservar também a reputação da família" (p. 50)

Outro procedimento que também passa a ser questionado é a educação artificial das crianças ricas. As formas de educação propagadas pelas nutrizas e pelos demais serviçais da família, passam a ser motivo de crítica. O cansaço da nutriz, o excesso de trabalho, e o pouco caso dos serviçais, levavam a uma má condução da tarefa de educar os pequenos. O uso de faixas nos bebês, imobilizava a criança por medo da moleza do seu

corpo, e se por um lado facilitava seu controle, por outro era inadequado ao seu desenvolvimento físico. Da mesma maneira, as cintas para os adolescentes, eram uma forma de confinamento, que visando o corpo para o adorno e a modelagem estética, traziam graves comprometimentos para a saúde dos indivíduos.

Examinando esses fatos, o que se pode indagar é, quais seriam as razões dessa indiferença materna. Badinter (1985), afirma que durante muito tempo acreditou-se que a alta taxa de mortalidade infantil fosse a razão deste comportamento. As mães não poderiam se apegar aos filhos sabendo que em breve poderiam ver desaparecer o objeto de sua ternura. No entanto, outras explicações surgem enfatizando a situação sócio-econômica, a miséria dos pais, ou a elevada situação social da família para quem a criança seria considerada um estorvo. As mulheres das famílias menos abastadas justificavam o fato de não amamentar por estarem envolvidas com o trabalho do marido, a quem priorizavam servir (eram principalmente esposas de comerciantes ou artesãos), e as de família rica porque tinham dinheiro suficiente para delegar a outrem o fardo da amamentação. O que se evidencia com isso é que o momento histórico social que viviam, não reforçava ou condenava as práticas maternas, não havendo com isso qualquer valorização especial destes comportamentos pela sociedade. Badinter, refletindo sobre as diversas explicações das atitudes das mães observa: "Não é porque as crianças morriam como moscas que suas mães se interessavam pouco por elas. Ao contrário, em grande proporção, porque elas não se interessavam, morria uma quantidade tão grande de crianças".

Em contrapartida a esse desinteresse pela infância é que se multiplicam as publicações em meados do século XVIII aconselhando as mães a amamentarem seus filhos e no caso da necessidade de uma nutriz, escolher com competência, apontando também como improcedentes os hábitos das faixas para os bebês e os coletes para os adolescentes. O enaltecimento do amor materno vai assim se estabelecendo como um novo conceito vinculado a valores naturais e sociais favoráveis a espécie e a sociedade. Outras áreas de interferência vão sendo criadas no sentido de uma melhor orientação infantil, como por exemplo: a exaltação dos jogos educativos; o afastamento ou fiscalização dos serviçais, a utilização de histórias apropriadas às crianças, a criação de espaços específicos para o convívio, além de recomendações a respeito da vigilância que sugeriam: "um olhar discreto mas onipresente da mãe". Assim se tem notícia da ação dos primeiros educadores, moralistas e médicos que se organizam para "libertar" a criança, permitindo o bom desenvolvimento físico e emocional do homem do futuro. É Donzelot (1985) que nos diz: "Através da ação dessa medicina doméstica a família burguesa toma, progressivamente, a aparência de uma estufa aquecida contra influências exteriores" (p. 24).

Os movimentos em torno da organização e normatização dos espaços coletivos vão se desenvolvendo, junto com os princípios de uma educação familiar e escolar apropriadas às novas regras. Aproximando-se essa reflexão da questão educacional que se instala a partir do século XIX, o que se observa é que se regula a vida familiar, e conseqüentemente, a vida da criança sob dois aspectos. Um primeiro voltado para as classes burguesas

que através da medicina social intervêm nos comportamentos educativos, afastando os serviços e aproximando as crianças do olhar vigilante e mais “bem informado” de seus pais. Um segundo, com relação às classes pobres, cujas vidas são redirecionadas, disciplinadas, dentro dos moldes de uma “economia social” que pretende otimizar a relação custo/benefício, diminuir os custos sociais da reprodução e garantir assim a formação dos futuros trabalhadores.

2.2- As estratégias de proteção à infância no Brasil

A evolução da medicina social nos países europeus realizou-se como descrito anteriormente, no sentido de controlar as causas dos “estados patológicos” em que viviam as populações, e a partir daí, formular um projeto de normalização da sociedade como condição primordial para o seu desenvolvimento.

No Brasil, a história se constituiu de forma muito parecida, com a medicina social estabelecendo todo um projeto de medicalização da sociedade, elegendo a criança como o foco e a objetivação maior de suas práticas de regulamentação da vida cotidiana. Nos diversos momentos históricos, na Colônia, no Império e na República, o recorte e a circunscrição da infância são determinados em função das demandas políticas, sociais, econômicas e ideológicas de cada época.

Na Colônia, a criança não despertava interesse especial na família e sua relevância resumia-se basicamente ao perfil social do filho. A estrutura

econômica da época fundamentava-se principalmente no valor dado à propriedade, ao saber tradicional, e às ligações com a religião. Num período em que a defesa dos bens era relacionada às lutas, violência e imposição do poder, era na figura do homem adulto que se concentravam os interesses. A submissão de todos que o cercavam, mulheres, filhos e escravos, garantiam a centralização do seu comando e a ordem jurídica vigente o reconhecia como senhor absoluto. O autoritarismo do patriarca era reverenciado e o seu saber, o único aparato que garantia a sobrevivência e perpetuação do poder na família. Os saberes do velho patriarca eram extremamente valorizados, e a solidez material da propriedade dependia da transmissão destas informações. Experiência, conhecimento e bravura eram enaltecidos e referendados aos mais velhos e a criança nesse contexto estava claramente excluída. Ao pai-proprietário interessava o filho adulto. O novo não tinha valor sobre o velho. A desvalorização da criança se fundamentava no fato dela ser incapaz de compreender o passado, ser frágil e facilmente sujeita a ficar doente e morrer. Dessa forma, o indivíduo tornava-se adulto mais rapidamente. O homem para logo servir e defender os bens da família, e a mulher para casar e com isso promover as alianças de interesse do patriarca.

A religião nessa época era um referencial poderoso. A força do catolicismo trazido com os jesuítas, a ligação com Deus, o supremo Senhor, que legislava, julgava e salvava, dirigiam as crenças e os valores na família. O homem religioso se voltava para a imortalidade da alma e para o julgamento de suas ações por Deus, após a morte. A criança era o iniciar da vida, nesse sentido sua natureza biológica ou sua formação emocional não tinha tanta

importância para a Igreja. A ênfase era dada à vida após a morte. O significado maior da criança era sua correspondência enquanto signo de pureza e inocência na figura do anjo, o modelo de perfeição espiritual. Nas festas das igrejas o anjo simbolizava a natureza infantil. O culto maior portanto era à criança morta, "o anjinho". Muitos historiadores, conforme ressalta Costa (1979, p. 160), se mostraram curiosos com esse fato no Brasil, com as mães não lamentando, mas sim declarando felicidade pela morte do filho criança, que ia encontrar-se com Deus no céu.

O período colonial foi marcado por um distanciamento muito grande do valor físico-emocional da criança na vida do adulto. Os laços mais fortes que os ligavam eram sem dúvida a propriedade e a religião. No entanto, as altas taxas de mortalidade infantil, passaram a preocupar os médicos higienistas que viam nos hábitos da família colonial, a grande responsabilidade por esses acontecimentos.

A chegada da corte portuguesa no Brasil em 1808, trouxe gradativamente a ação da medicina social que trabalhou no sentido de organizar a sociedade que se formava. A questão da mortalidade infantil passou a ser uma das referências principais da ação dos higienistas e foram muitas as causas encontradas para explicá-la.

Segundo Costa (1979, p. 164), analisando os trabalhos de José Maria Teixeira sobre a causas da mortalidade infantil, ficava evidente a questão da etiologia familiar. A pouca importância que as mães davam aos seus bebês era condenada. Apontavam-se a partir daí uma série de razões

como o fato de deixarem que as escravas cuidassem das crianças, dos partos feitos por parteiras inábeis, do aleitamento mercenário e a procura dos médicos só muito tardiamente, quando pouco podia ser feito. Além disso, eram destacados os casamentos consangüíneos e a desproporção de idade entre os cônjuges. O autor considerava portanto as "duas grandes causas de ordem social que determinavam a alta taxa de mortalidade infantil: a ilegitimidade dos nascimentos e a falta de educação física, moral e intelectual das mães".

A morte das crianças ilegítimas, era contabilizada pelos índices sugeridos na "Casa dos Expostos". Essa instituição criada em 1738, era igualmente conhecida como "Casa dos Enjeitados", "Casa da Roda", ou apenas "roda". Foi criada por Romão Mattos Duarte com a finalidade de recolher crianças abandonadas ao nascer. Como mencionamos anteriormente, instituições semelhantes foram criada nos países europeus com os mesmos objetivos. No entanto, da mesma forma como aconteceu na Europa, a finalidade básica da "Casa da Roda", de proteger a honra da família colonial e a vida das crianças enjeitadas, foi com o tempo sendo deturpada. Segundo Costa (1979), "Dispondo da roda, homens e mulheres passaram a contar com apoio seguro à suas transgressões sexuais. Estavam certos de que podiam esconder os filhos ilegítimos em local onde seriam bem tratados. De protetora da honra, a Casa tornou-se um incentivo à libertinagem" (pp. 164-165). Uma outra utilidade encontrada para a "roda" foi o fato de muitas escravas deixarem lá seus filhos, ou para serem alugadas como amas-de-leite, ou para deixarem os filhos nascidos de relações com seus senhores. A venda

de crianças escravas recém-nascidas não compensava aos seus proprietários pois o preço pago por elas era irrisório em função da freqüente mortalidade, além do que comprar escravos em idade produtiva era muito mais fácil.

Foi significativo o número de médicos que denunciou a elevada mortalidade dos filhos ilegítimos e principalmente os escravos. No entanto, este comportamento apontava para a inadequação do sistema familiar herdado da Colônia. A relevância dos interesses da propriedade e as necessidades dos adultos, sinalizava a falha no atendimento às crianças. Assim, os higienistas caminharam no sentido de agir diretamente sob as causas. A responsabilidade maior caiu sobre a figura do pai, que repetindo a tradição colonial gerava os filhos ilegítimos, assim como a mãe, que submissa ao marido, não se dava conta da sua importância para os filhos, deixando que as escravas ignorantes se encarregassem dos cuidados da amamentação dos bebês. Constatadas as raízes do problema, era agora função dos higienistas intervir na organização familiar, diminuindo a supremacia da posição paterna através do maior valor atribuído a função materna. O pai deveria fortalecer sua postura de provedor, responsável pela riqueza da família, mas não fora dos moldes higiênicos que condenavam a exploração do trabalho escravo, o aluguel de escravas como amas-de-leite, e tudo o que pudesse redundar na degradação da prole. As mães com papel de educadoras dos filhos, ganhavam, relevância na nova dinâmica familiar que se estabelecia. Era a transformação do pátrio poder em "pátrio dever".

As práticas do aleitamento infantil por escravas era um costume no Brasil. Gilberto Freire(1961), relata que de Portugal importava-se o modo de

que "moças ricas não amamentarem seus filhos, confiando-os ao peito de saloias ou escravas" (p. 593). Este autor também levanta a questão de que pelo fato da maioria das mulheres se casar muito cedo, antes mesmo da plena maturação, ficavam fisicamente impossibilitadas da tarefa da amamentação delegando às escravas. Dessa maneira, não o faziam por uma impossibilidade concreta, e não por "uma aparente falta de ternura". Orlandi (1985), ressalta que estes argumentos não são válidos, já que se "a mulher é capaz de engravidar é porque já possui glândulas mamárias capazes de produzir leite" e o que na verdade poderia acontecer é que, "a gravidez em mulher muito jovem pode determinar filho de baixo peso ou prematuro". Nesse caso a fragilidade do recém-nascido é que o impediria de mamar, mas sendo desta maneira ele também não mamaría em outra mulher. As causas que procuram explicar o fato do aleitamento das crianças não ser costume das mães, são várias conforme apontamos através do trabalho de Badinter (1985), mencionado anteriormente. Costa (1979), destaca crenças, tais como o fato de que as relações sexuais estragavam o leite, ou mesmo a ausência de conhecimento, de que a sobrevivência dos seus filhos dependia da amamentação. No entanto, quanto ao mencionado por Freire (1961), como "falta de ternura", o que se torna claro é que o sentimento de infância é que se modificou. A ternura das mães, a preocupação com o bem estar físico e emocional dos seus filhos é que foi sendo construída através da ação persistente dos médicos e posteriormente dos outros especialistas ao longo do tempo.

O trabalho de preservação da vida das crianças foi se expandindo para fora das casas das famílias burguesas, pois o momento histórico conferia

autoridade não só ao discurso médico, como ao dos criminologistas, dos industriais em pleno processo de ascensão e principalmente pela ameaça de despovoamento que representava para a Nação.

A questão das crianças abandonadas, teve na atuação de um dos médicos mais influentes da época, o Dr. Moncorvo Filho, um dos seus maiores defensores. Através de um histórico ele demonstrou que a assistência à infância carente no Brasil apresentava dados alarmantes e que até 1874, a higiene infantil jamais fôra preocupação dos médicos, a não ser em casos considerados exceção. Suas críticas eram dirigidas às instituições de proteção ao menor, que segundo ele, mais abandonavam do que protegiam as crianças. Ao levantarem as causas da morte da crianças, eram citados o descaso das autoridades com a população infantil, a hereditariedade, a ignorância e a pobreza. A ignorância era associada à miséria e muito mais relacionada com as classes populares. A tarefa, que se fazia urgente, era ter a medicina no agenciamento do cotidiano dos pobres e na conformação de seus atos às regras científicas elaboradas pelo saber competente. Os médicos condenavam as práticas populares de cuidados com as crianças, transmitidas oralmente de geração à geração, depositárias de um saber próprio, dividido somente pelas mulheres. Para esclarecê-las e orientá-las dentro dos ensinamentos científicos da puericultura, afastá-las de hábitos atrasados e irracionais é criado um trabalho de atendimento gratuito às mães pobres, no princípio do século XX, tendo a frente Dr. Moncorvo Filho e sua equipe. O trabalho era feito através de conferências mensais, abrangendo tema referentes ao cuidados das crianças pequenas, conselhos a respeito da

vida privada dos pais, como o cuidado na ingestão de bebidas alcóolicas, e o fumo. Rago (1985), citando o trabalho de Moncorvo Filho de 1918, "Higiene Infantil", descreve,

"Os médicos se lançam numa verdadeira guerra contra práticas que consideravam fundadas em superstições deploráveis e em credences arraigadas, como o uso de figas e amuletos, "o uso de colocar nas crianças bugigangas as mais esdrúxulas", que eram "um traço do selvagem, uma demonstração de ignorância própria dos espíritos pouco cultivados", contra o hábito preconceituosos das mães que ingeriam vinho para se fortalecerem no período em que amamentavam, contra "o conselho da vizinha, do barbeiro, da comadre", contra "o clássico xarope de chicória", contra a resistência daquelas que se recusavam a vacinar seus filhos em tempo de epidemia de varíola" (p. 128).

As práticas correntes em relação aos cuidados maternos são vistas somente de forma negativa. Não são pensadas dentro de uma outra racionalidade que constituiu os saberes enraizados nos meios populares. O que vale é o saber universal trazido pelo médico que assim determina as condutas dos indivíduos.

A questão da amamentação, posteriormente à ampla campanha engendrada pelos higienistas, sofreu alterações com a abertura do mercado de trabalho para a população feminina. Com as mulheres trabalhando, os países industrializados começaram a desenvolver técnicas para a conservação do leite, sendo então criado o leite em pó. No mercado brasileiro surgiu primeiro, o leite condensado açucarado que era recomendado inicialmente pelos médicos como substituto do leite materno. Com a intensificação da produção do leite em pó, foram criadas novas marcas, e as fábricas que o produziam

tornaram-se poderosas multinacionais. Nas décadas de 20 e 30, uma larga propaganda trouxe o leite em pó para o cotidiano das mães, que sem um maior reforçamento por parte de pediatras e puericultores, acabaram por adotar este procedimento levando à um novo momento, onde o aleitamento pela mãe se tornou novamente pouco freqüente, o que só veio efetivamente a se modificar na década de 80, com a influência de novos procedimentos, que pregavam a volta de hábitos naturais, o "culto ao corpo", "a geração saúde", e uma maior preocupação com a qualidade de vida.

2.3- A criança brasileira e a educação - uma perspectiva histórica

A criação do adulto adequado encontrou na educação da criança o alvo privilegiado para o estabelecimento da pedagogia higiênica. A demonstração da incompetência familiar nos cuidados com os filhos autorizou o poder médico, que foi influenciando na organização do ensino das escolas, instituindo novos regulamentos, pois a desordem que caracterizava a organização doméstica não deveria ser reproduzida.

A ação educativa no Brasil teve início no período colonial, com a chegada dos jesuítas. Foi esse, um primeiro período marcado pela preponderância de uma educação cristã, promovida pela Companhia de Jesus, e que teve seu término em 1759, época em que foram expulsos, ocorrendo a partir daí, alterações no sistema de educação brasileiro.

Dessa maneira, a reforma realizada pelo Marques de Pombal, em 1759, extinguiu todo o ensino dos jesuítas, tanto em Portugal como no Brasil,

passando para competência do Estado Português a totalidade da educação na Metrópole e nas Colônias.

Esse momento, que vai de 1759 a 1808 com a chegada da corte portuguesa para o Brasil, abriu segundo relata Azevedo (1976), "um largo *hiatus* que se caracteriza pela desorganização e decadência do ensino colonial". O ensino dos jesuítas nas mais diferentes localidades, colégios e seminários, foram na Colônia, "os grandes focos de irradiação de cultura". A educação a partir daí, não muda sua orientação, sendo substituída por outra, mas passa a ser transmitida por tradição pela família, pelo pároco, pelo mestre-escola, e mesmo pelos colégios de padre, de uma forma ineficiente e acomodada. Werneck (1991), faz uma análise desse período, destacando os equívocos que ali se estabeleceram:

"Pombal, de maneira contraditória, ao mesmo tempo em que privilegia a razão, acatando os ditames do Iluminismo e do Empirismo com a valorização da ciência, pretende restringir a liberdade humana pelo fortalecimento do instituto da monarquia absoluta a ela subordinando a própria Igreja" (p.20).

Os ideais do Iluminismo se fizeram presentes no Brasil não só pela Reforma Pombalina, mas também pela cultura e literatura francesa que chegavam pelos portos brasileiros e com os jovens que iam estudar em Coimbra ou Paris. No entanto, as novas orientações não se fazem refletir nesse momento de maneira eficiente no território brasileiro, e a educação que se estabelece é voltada apenas aos interesses locais e provinciais.

A primeira etapa da educação das crianças até meados do século

XIX, restringia-se ao âmbito doméstico onde eram aprendidos os primeiros conhecimentos com o capelão ou o mestre particular. Essa época foi marcada por um tempo da infância bastante reduzido, no sentido em que ressaltava Freyre (1961); "meninos-diabos eles só eram até os dez anos. Daí em diante tornavam-se rapazes". Assim, para frequentar o mundo dos adultos e se amoldar às convenções sociais da época, as crianças eram obrigadas à trajarem-se como adultos, com um vestuário pouco apropriado ao clima brasileiro, veludos, cores escuras, colarinho duro, calça comprida, botinas pretas...

Freyre (1961), relata que os viajantes estrangeiros se surpreendiam ao constatar a rigidez da educação brasileira para com os infantes,

"Luccock, que esteve no Brasil em princípios do século XIX, observou a falta de alegria nos meninos e de vivacidade nos rapazes. A educação da criança pareceu-lhe reduzir-se a esta função melancólica: destruir nos pequenos toda a espontaneidade. Em casa, até os cinco anos, notou que os meninos de família andavam nus do mesmo modo que os muleques; mais tarde é que vinham as roupas pesadas e solenes distinguir os filhos-família dos mulecotes da senzala. Roupas de homem" (p. 574).

Os primeiros estudos eram realizados em casa, um costume que se instituiu até meados do século XIX, quando começaram a ser construídas as primeiras estradas de ferro. As crianças aprendiam a ler, escrever, a contar e a rezar, sob a orientação de um padre ou mestre-escola. As casas-grandes tinham na sua maioria sala de aula e "muitas até cafuno para menino vadio que não soubesse a lição". (p. 583)

Não havia, no entanto, uma preocupação em separar os alunos por

faixas etárias e o nivelamento das turmas era feito somente em função do conhecimento. Mesmo que houvesse pretensão de alguns mestres em organizar os estudos mais sistematicamente, na prática era inviável, pois os pais só mandavam os filhos à escola quando queriam ou quando era oportuno.

As crianças mais pobres dirigiam-se para o que hoje chamamos de "ensino profissionalizante". Aprendiam um ofício com o pai ou um profissional, como por exemplo, os "caixeiros", empregados do pequeno comércio ou carpinteiros. Assim, logo que aprendiam o trabalho, saíam para ganhar a vida de forma mais autônoma.

A chegada da Corte, e a influencia dos costumes europeus, fez com que os pais se interessassem em melhorar o nível de instrução de seus filhos. A melhoria no sistema de transportes e a chegada de colégios particulares, alguns estrangeiros, fez com que as crianças fossem enviadas mais cedo aos colégios.

Os meninos deixavam assim mais cedo, a vida livre nos engenhos "banho de rio, arapuca de apanhar passarinho, briga de galo, jogo de trunfo na casa de purgar com os negros e os muleques, chamego com as primas e as neguinhas" (Freyre, p. 582) para vir estudar nos internatos ou mesmo nos externatos da cidade.

Freyre (1961) destaca que os colégios da época foram muito criticados pela falta de ordem e a pouca importância dada à educação, deixando os meninos soltos, fazendo "vista grossa" a excessos e perversidades, mas ao mesmo tempo, foi uma época em que muito se abusou

da fraqueza infantil. Havia uma "verdadeira volúpia em humilhar a criança". Talvez um reflexo dos comportamentos para com o negro, e os abusos da escravidão. Dessa maneira, o mestre era um senhor todo-poderoso, fosse ele padre-mestre ou mestre-régio, sua autoridade era inquestionável e suas exigências deveriam ser cumpridas, a despeito de severos castigos, assim:

"O mestre era um senhor todo poderoso. Do alto de sua cadeira que depois da Independência tomou-se uma cadeira quase de rei, com a coroa imperial esculpida em relevo no espaldar, distribuía castigos com o ar terrível de um senhor de engenho castigando negros fujões. Ao vadio punha de braços abertos; ao que fosse surpreendido dando uma risada alta, humilhava com um chapéu de palhaço na cabeça para servir de mangação à escola inteira; a um terceiro botava de joelhos sobre grãos de milho. Isto sem falarmos da palmatória e da vara, esta, muitas vezes com um espinho ou um alfinete na ponta, permitindo ao professor furar de longe a barriga da pema do aluno" (pp. 584-5).

O respeito e o temor com que as crianças se relacionavam com os mestres se estendiam aos pais. As famílias, procurando seguir influências européias, se esmeravam em adotar na educação das crianças regras de "bom tom" francesas e inglesas, aplicadas de forma exagerada e em excesso. Os meninos usavam roupas de homens, desconfortáveis e engomadas, e na presença dos mais velhos deviam permanecer calados, tomando a benção de toda pessoa mais velha. Se dirigiam aos pais como "senhor pai" e "senhora mãe", pois a liberdade de chamar "papai" e "mamãe" era somente permitida aos pequeninos. As meninas, tinham ainda educação mais restrita, aos onze anos já tinham que ter comportamento de mocinha que lhes tiravam a liberdade de brincar, pular, subir nas mangueiras, de correr no quintal ao ar

livre, não podiam sequer levantar a voz na presença dos mais velhos e as respondonas ou que apresentassem comportamento mais voluntarioso, eram castigadas. Era valorizada a timidez e o ar humilde. "O ar humilde que as filhas de Maria ainda conservam nas procissões e nos exercícios devotos da Semana Santa, as meninas de outrora conservavam o ano inteiro", (p. 587). A partir dos treze anos eram obrigadas a vestir-se como moças, abafadas em sedas, babados e rendas ou tinham que usar decotes que lhes pressionavam o tórax, quando se vestiam para festas ou bailes.

O relato sobre as escolas, (Freyre, 1961), demonstrava que a educação era desenvolvida sem maiores planejamentos, tanto no que se referia ao espaço físico, as salas eram apertadas e sem ventilação, quanto a questão do ensino, que não seguia determinações específicas e os colégios de uma maneira geral eram subequipados para fornecer instrução adequada aos alunos. Com a regularização do ensino e especialmente do ensino primário e secundário em 1834, crescem o número de escolas particulares em todas as províncias e principalmente nas capitais (Azevedo, 1976).

Com o número maior de colégios, e o desenvolvimento no Brasil da medicina social, uma questão que passou a ser observada mais detalhadamente foi a higiene escolar. Houve a constatação de que muito menino do interior morreu de infecção nos colégios das capitais, e eram questionados os métodos de disciplina que permitiam que as crianças tivessem contato com o meio externo (as vizinhanças dos colégios) nem sempre adequadas à sua boa formação, além dos cuidados necessários a boa formação moral e intelectual que nem sempre eram devidamente valorizados

pelos diretores.

A questão de amoldar a criança cultivando-lhe hábitos adequados desde muito cedo foi fortemente defendida pelos higienistas. Costa (1979) cita tese da época de autoria de Joaquim Pedro de Mello (1846), em que compara o homem na infância a "cera mole" que se amolda facilmente, e onde se imprime a forma que se quer dar. Dessa maneira, era através da criação de hábitos corretos, principalmente através da educação que seria realizada nas escolas é que poderia haver o aperfeiçoamento do indivíduo de amanhã.

O discurso médico começa a intervir nas escolas, defendendo sua localização fora do espaço urbano, onde a seu ver se concentrariam as melhores condições de salubridade. A disposição interna, também recebe uma série de recomendações, com relação a entrada de luz, ventilação, espaço nos dormitórios, limpeza dos banheiros e cozinhas entre outros. Machado (1978), ressalta, a importância que passa a ser dada à escola, como espaço privilegiado de educação física e moral dos estudantes,

"A intervenção sobre o interior da escola possui dois aspectos: um ligado à materialidade do edifício, de suas disposições internas, de seu acessórios; outro ligado diretamente aos indivíduos que estão presentes no interior do estabelecimento. Estes aspectos são interrelacionados, na medida em que uma determinada disposição do espaço permite não só garantir as condições de saúde física — que por sua vez garantem a saúde moral — mas também porque permite um maior conhecimento, controle e intervenção sobre os indivíduos" (p. 299).

O espaço escolar vai, primeiramente sobre a orientação da medicina, permitir o adequado controle do tempo e dos corpos dos educandos.

Chegando a escola, os jovens passavam por avaliações médicas, controle da saúde e de vacinação. A seguir, passam a ser feitas as separações dos jovens em classes, de acordo com a faixa etária. Segundo os higienistas esse procedimento facilitava o controle da sexualidade, pois consideravam risco de contaminação moral deixar juntas crianças de idades diferentes. Ao mesmo tempo a aprendizagem de forma gradativa, livrava os estudantes de doenças que poderiam ser causadas pelo estudo em excesso. Costa (1979) destaca, que essas recomendações, não se restringiam somente ao cuidado com o desenvolvimento intelectual. "O excesso intelectual era condenado porque debilitava-lhes o físico, ou porque, tornando-as sedentárias e moles, predispunha-as à excitação mental através de leituras obscenas, cujo desenlace era a masturbação" (p. 197).

O controle da sexualidade das crianças internas foi uma grande preocupação da medicina, principalmente no que se referia a masturbação considerada extremamente perigosa para a saúde física, moral e intelectual dos jovens. A sua prática era vista com o medo que as grandes doenças provocam. Machado (1978), cita a tese de Antenor Augusto Ribeiro Guimarães, "Higiene dos Colégios", apresentada a faculdade de medicina do Rio de Janeiro em 1858, onde relata: "A julgar pela minha própria experiência, em dez masturbadores em que a saúde se alterou imediata ou consecutivamente, pode-se contar nove que se perderam num colégio ou num internato. Mal que derroca as mais robustas constituições e as predispõe às mais aterradoras moléstias, a masturbação provoca a tísica, a loucura, a epilepsia, a hipocondria, a flegmasia crônica de todos os órgãos e finalmente a

morte" (p. 304).

Os cuidados higiênicos com o controle da sexualidade infantil transformaram a masturbação anteriormente considerada um ato isolado, solitário, que não merecia grande atenção social, num "crime higiênico" (Costa, 1979, p. 190). Nos internatos a repressão à essa conduta tornou-se grande preocupação dos educadores. A transformação que se deu com relação a forma que esta passou a ser vista, tem origem na mudança dos ideais de união no casamento, de sexo, amor e procriação que a sociedade burguesa instituíra. O desgaste físico que decorria da atividade masturbatória, na criança gerava o adulto débil, física e moralmente incapaz.

A medida indicada pelos médicos para combater essa prática foi a ginástica. Além da ênfase dada a amamentação, um dos pontos pelos quais os higienistas se debateram muito foi na relação com a prática da educação física. A saúde e a melhoria da espécie humana, se asseguravam a partir do enquadramento disciplinar do corpo. Dessa forma, o internato, se constituiu no espaço privilegiado que possibilitava o planejamento da disciplina física e moral capazes de construir o novo homem.

O cultivo do corpo passa a ser norma nas escolas, a ginástica com os exercícios físicos, e os exercícios específicos que visavam desenvolver outros órgãos dos sentidos, como a visão e a audição. Para as meninas estimulava-se o aprendizado do canto, a declamação e o piano. Para os meninos os jogos de esporte competitivo como a natação, equitação, esgrima, bem como o salto e a "carreira". A educação do corpo era defendida pelos médicos que se

utilizavam dos exemplos de povos cultos e guerreiros tais como gregos, romanos e celtas para justificar o investimento que devia ser dado ao corpo. Separando os jovens por faixas etárias, adequando os exercícios físicos à cada idade específica, os médicos chamavam a atenção para importância de conhecer corretamente o que era adequado para o desenvolvimento da criança. Assim pais e educadores deveriam se interessar, e aprimorar seus *saberes no que se referia a educação infantil*. Da mesma forma o jovem desde cedo, aprendia a olhar, admirar e cuidar do seu corpo, a voltar-se para si mesmo, considerando todas essas atividades como parte de sua natureza de suas necessidades extraindo delas prazeres físicos e tornando-os conformes aos valores da burguesia.

Da mesma forma que o espaço físico era organizado de forma a produzir a ordem, o tempo era cronométricamente planejado. "O dia e a noite são objeto de controle e vigilância, são momentos detalhadamente esquadrihados. Nada deve escapar ao poderoso olhar que tudo conhece, que por todo lugar penetra. **Olhar tanto mais poderoso por ser sábio**". (O grifo é meu). (Machado, 1978, p. 302).

Todos os horários eram previamente estabelecidos de modo a que se conseguisse a perfeita conjugação da construção da moral e do corpo dos estudantes. Hora para acordar e deitar, para alimentar-se, número de horas ideais para o estudo, tempo para os esportes, os jogos, a música e a arte. Com o tempo devidamente esquadrihado, não restaria espaço para o ócio, responsável pela indisciplina e o desregramento moral.

A pretensão dos higienistas ia além do controle do ócio. Ela passava por formar nas crianças a dimensão utilitária do tempo. Nesse sentido, o que se solidificou foi a diferença entre tempo de trabalho e tempo de lazer. Anteriormente, na sociedade colonial não era dado um sentido especial ao lazer, que podia até ser confundido com o próprio trabalho. O ócio era vivido aleatoriamente, improvisado e sem objetivos definidos. De posse destas observações, é na escola que vai se proceder a correção deste costume, e conforme ressalta Costa (1979), estimulando a escolha correta de brincadeiras, exercícios e distrações. "Nada poderia ser deixado ao acaso". Esta "moral do lazer é assim criada em sintonia ao valor que passa a ser dado ao trabalho na sociedade capitalista que se desenvolvia. O lazer, perdia a conotação de gratuidade e se configurara em direito (devidamente planejado) daqueles que investiam suas energias no trabalho.

Uma das transformações também bastante significativas que se operou no universo escolar foi em relação aos castigos e as punições. A moral higiênica via nos castigos físicos anteriormente, imputados às crianças um procedimento que acabava por reforçar os erros, já que por medo, elas se tornavam mentirosas e hipócritas. Machado (1978), mostra na tese do médico higienista Fructuoso Pinto da Silva apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, em 1869, esta constatação: "Graças aos progressos das ciências e das instituições, já não são reduzidos os inocentes meninos, à maneira de animais, a ser fustigados e batidos como outrora, e já lá se vão os tempos em que os colégios eram o pelourinho dos meninos indóceis e desenfreados". (P.303).

Assim, a nova moral acena para o fato de que o castigo deve ser

antes moral do que físico. O castigo mais eficaz seria aquele que constrange o infrator tornando público suas más inclinações ou o ato desobediente. É no julgamento feito pelos seus pares que o falto se envergonha e aí sim, sob o efeito desse tipo de pressão, pode vir a se corrigir. "A punição visa não à expiação da culpa mas mostrar a incompetência do faltoso. Punições e gratificações entram no jogo disciplinar dentro desta perspectiva de comparação de condutas"(p. 303).

Costa (1979), ressalta que outro recurso muito utilizado nas punições morais foi a internalização do "amor-próprio ferido" e o "remorso". Inculcando valores morais desde muito cedo na criança, reforçando a importância dos sentimentos nobres e da consciência dos seus atos, vai sendo constituído todo um enquadramento moral que conduz a auto-regulação das condutas, em que a culpa e o temor pelo julgamento de seus pares ou iguais se traduzem nas mais poderosas instâncias de controles. Dessa maneira, a auto-referência sentimental passa a regular as atitudes dos indivíduos e a experiência da culpa e da autopunição se estabelecem de forma tal, que a referência que condena e se ressentido é a interna. Estar envolvido com aquilo que for socialmente condenado, acarreta fortes sensações de desamparo, culpa e aflição. A instância reguladora agora é a interna trazendo com isso uma exacerbada personalização dos conflitos.

A mudança que ocorre é na realidade quantitativa e qualitativamente diferente do que ocorria com a transgressão das crianças na sociedade colonial. Nessa época, quando uma falta era cometida, fosse ela contra a propriedade, a religião, a integridade física ou moral de terceiros, seguia-se

uma punição à este infrator e este tinha conhecimento do crime que tinha cometido, a quem, ou o que havia atingido. O "crime" assim seria contra uma instância externa. Na educação higiênica a instância que condena é a interna e muitas vezes a natureza do "crime" era desconhecida pelo indivíduo. A ciência, os médicos e os educadores estabeleciam os códigos e suas restrições apropriadas, que muitas vezes variavam por conta de diferentes orientações. Na maioria das vezes, a vítima passava a ser o próprio sujeito que por desconhecimento da "amplitude do seu ato" acabava por "fazer mal a si mesmo". É assim que a nova escola se estabelece com novos procedimentos e novas orientações. O controle discreto, as perguntas sutis, viabilizavam a vigilância que ajudaria a formar o novo indivíduo urbano, autocentrado, crente da interioridade de suas demandas.

A ação empreendida através do discurso higiênico nas escolas, acaba por transformar e influenciar a família colonial que nas últimas duas décadas do século XIX se encontrava devidamente "adaptada". Assim, os internatos deixam de ser valorizados, o ambiente familiar, principalmente na figura da mãe, é considerado capaz de transmitir uma boa formação moral e física à seus filhos, além de contribuir para a construção do sentimento patriótico e a noção de cidadania, extremamente relevantes aos interesses do Estado.

2.4- O atendimento à criança em idade pré-escolar.

O reconhecimento gradativo da importância da infância vai ocasionar a valorização da educação da criança, que assume no Brasil, diferentes estágios e concepções de acordo com o momento histórico e as condições sociais e culturais de sua família.

Kramer (1987), ressalta a importância de, ao nos referirmos a infância, observarmos a concepção de infância baseada na análise da condição infantil, e não numa concepção genérica, universal, referida à natureza infantil. Esse argumento baseia-se no fato de que, como foi mencionado anteriormente, o sentimento e a valorização da infância foram ao longo do tempo sofrendo transformações de acordo com os diferentes contextos histórico-sociais. No entanto, a medida em que os aspectos sociais e culturais variam, e no caso brasileiro, existe significativa diversidade, o que temos é uma visão de infância atrelada ao tipo específico de papel social assumido pela criança no interior das diferentes classes. Assim, ao constatararmos como sendo uma característica da infância a dependência da criança ao adulto, temos a constatação que isso também ocorre em termos econômicos e sendo assim vai variar de acordo com a classe social que a abriga e conseqüentemente a "interpreta".

Nesse sentido, conforme acentua Kramer (1987) são consideradas restritivas as referências à infância, seja a nível institucional ou disciplinar, que não problematizem o valor atribuído à criança nas diferentes realidades

sociais e na sua relação com o adulto.

“... a um conceito de criança abstrato, de cunho humanista”, contrapõe-se um conceito de criança único, pretensamente científico, ficando estabelecido uma falsa dicotomia. Falsa porque em ambas as perspectivas a criança é encarada como se fosse a-histórica e como se seu papel social e seu desenvolvimento independessem das condições de vida, da classe social e do meio cultural de sua família”. (p.24)

Nesse sentido, ao observarmos o atendimento da criança em idade pré-escolar no Brasil, constatamos que de uma maneira geral, quase nunca, são consideradas as características socio-culturais que a envolvem, ou quando isso acontece, é feito de forma preconceituosa ou referida a uma noção de criança única e universal.

Moncorvo Filho em 1926, fez um levantamento do atendimento da criança na faixa de 0 a 6 anos no Brasil (citado em Kramer, 1987) e baseou sua pesquisa nas propostas de assistência às crianças das classes mais desfavorecidas dividindo esse trabalho em três períodos. O primeiro que vai do descobrimento até 1874, onde ressalta o pouco que se fez pela criança, tendo sido registrados até essa época apenas dois estabelecimentos assistenciais: a Casa dos Expostos, fundada em 1739 com o objetivo de recolher os bebês deixados anonimamente na “roda”, e a “Escola de Aprendizes Marinheiros” (fundada pelo Estado em 1873) para os abandonados maiores de 12 anos, tendo este tipo de atendimento sido basicamente médico e sanitário. O segundo período vai de 1874 a 1899, e nele apareceram algumas instituições de amparo e assistência médica a infância que se

estabeleciam, com o desenvolvimento científico da pediatria e puericultura e o início da era pasteuriana. Foi criado em 1875, o "Azilo de Meninos Desvalidos (Instituto João Alfredo) e em 1899, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, destinado a atender menores de 8 anos de idade. Nesse período, também foi criado o 1º Jardim de Infância do Brasil, Menezes Vieira, que foi fechado logo em seguida por falta de apoio do Estado, que tinha uma atuação quase inexpressiva frente à situação de saúde e educação da criança até aquela época.

Foi a partir de 1900 (o terceiro período, considerado por Moncorvo Filho), que a criança passou a ser mais valorizada e sua assistência foi assumida oficialmente. A criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, com sede no Rio de Janeiro foi contemporânea a uma série de eventos ligados aos cuidados infantis tais como: a criação de creches, jardins de infância, maternidades a realização de encontros esclarecedores com as mães e a publicação mais sistemática de livros. Como consequência, conforme relata Kramer (1985), foi criada em 1908, a primeira creche popular cientificamente dirigida a filhos de operários e em 1909, inaugurado o Jardim de Infância Campos Sales no Rio de Janeiro. É assim que no Brasil começam a aparecer no século XX, as primeiras instituições do tipo creche e jardim-de-infâncias que existiam na Europa desde o século XVIII e XIX respectivamente.

É a partir de 1930, que a assistência à infância vai assumindo progressivamente um caráter mais oficial. As leis trabalhistas de proteção materno-infantil passam a ser mais observadas, e são criadas instituições públicas também a nível estadual e municipal.

As creches brasileiras mesmo que criadas inicialmente no início do século para os filhos da classe operária, restringiram-se como iniciativa do setor privado. Conforme relata Motta (1984), é somente em 1943 que fica oficializada a proteção ao recém-nascido através da obrigatoriedade da creche nos estabelecimentos onde trabalhem mais de 30 mulheres com mais de dezesseis anos de idade (CLT, art. 389, §1o). Esta lei no entanto não é abrangente, restringe o atendimento oficial ao período de amamentação, dirige-se somente aos que se localizam no perímetro urbano e vai atender os filhos de empregados de estabelecimentos de médio e grande porte. Com relação ao trabalhador rural, a criança ficou indiretamente beneficiada, através do "Estatuto do Trabalhador Rural", que concede licença remunerada à mãe quatro semanas anteriores e oito posteriores ao parto (art. 392, da CLT).

A partir da legislação de 1943, não foi previsto de forma efetiva nenhum dispositivo que garantisse o atendimento das crianças do período final da amamentação até a entrada na escola. A lei que prevê a existência de creches nos locais de trabalho não tem sido cumpridas nem no que se refere a iniciativa privada, nem na administração pública. Os órgãos governamentais em diferentes períodos de governos esclarecem sobre sua incapacidade de garantir o atendimento conveniente à esta faixa da população. Dessa forma, tem sido constantemente debatida a questão da educação no Brasil, pois como veremos a seguir foi crescendo gradativamente o interesse do governo no que se refere ao atendimento pré-escolar.

O fortalecimento da política do Estado, no contexto da década de 20, passa a ter na educação um dos baluartes da transformação da estrutura

social que nas palavras de Kramer (1985),

"de uma educação extremamente elitista quanto ao acesso, característica dos períodos colonial e imperial da história do Brasil, passava-se à defesa da democratização do ensino. Educação significava possibilidade de ascensão social e era defendida como direito de todas as crianças, consideradas como iguais. Os movimentos por educação que começavam a se articular, em especial o da Escola Nova, fundamentavam-se nos princípios da psicologia do desenvolvimento que despontava e crescia de importância nos Estados Unidos e na Europa", (p. 57).

O atendimento das crianças de zero a seis anos, era até então somente realizado em instituições de caráter médico. A partir da década de 30, cresce o interesse pela infância na esfera pública, que com o advento da Escola Nova e a conseqüente psicologização do trabalho educativo, vê na assistência médico-pedagógica à criança as bases do desenvolvimento da Nação.

A Escola Nova, traz consigo uma maior valorização da individualidade da criança e reforça que o aprendizado surge em razão de seu próprio interesse não no do adulto, ao mesmo tempo que utiliza as concepções básicas da Higiene, como a formação dos hábitos adequados, adaptação e formação de caráter.

Os discursos que enfatizam o atendimento da criança pré-escolar têm sido marcados nos últimos 60 anos, por uma superposição de atribuições tanto no que se refere a ênfase dada a iniciativa oficial, como na ênfase dada a iniciativa particular, uma vez que o Estado têm admitido freqüentemente sua incapacidade de prover sozinho estabelecimentos como creches, hospitais,

lactários e jardins de infância, reclamando apoio do setor privado e entidades filantrópicas.

No que concerne as atribuições das esferas públicas o quadro brasileiro envolve quatro ministérios: o da Saúde, o da Educação, o da Previdência e Assistência Social e o Ministério da Justiça no caso de menores infratores.

Este atendimento, no entanto vem sendo feito de forma confusa e segundo Kramer (1985), a prática de criar e extinguir diferentes órgãos, acarreta uma superposição de funções, com diferentes instituições cuidando dos mesmos assuntos. A autora ressalta que isso acontece em virtude da forma estratificada e fragmentada com que as questões relativas à criança são encaradas. Os problemas são combatidos de forma isolada, privilegiando determinado aspecto seja referente a saúde, a educação ou o "bem-estar" da família, mais quase nunca de forma integrada ou numa dimensão interdisciplinar.

A assistência ao pré-escolar é expressa com maior ênfase na política brasileira, principalmente a partir de meados da década de 70, em que são criados programas para viabilizar o ensino para os menores provenientes das classes desfavorecidas, exploradas ou marginalizadas, considerados "carentes", "deficientes" ou inferiores ao padrão estabelecido. Estas crianças são consideradas como "privadas culturalmente", pois lhes faltam atributos e conteúdos que deverão lhes ser devidamente administrados. Assim, com o objetivo de num grau mais amplo suprir as deficiências de saúde e nutrição, as

escolares, ou as do meio sociocultural destas crianças, são propostos programas de educação pré-escolar de cunho compensatório.

Estas propostas, segundo Kramer (1985), tendem a mistificar este atendimento pré-escolar que, como fórmula mágica viria solucionar todos os problemas de ordem cultural, educacional e até mesmo os nutricionais. A autora aponta trecho da Indicação nº 45 do Conselho federal de Educação de 4/6/74, onde é visto claramente a ênfase que é dada à educação compensatória:

"Estudos e pesquisas realizados em vários países do mundo demonstram que os cuidados dispensados ao pré-escolar contribuem para a prevenção do retardo escolar e de outros distúrbios oriundos de carências nutricionais e afetivas e para a promoção do desenvolvimento da criança com pleno aproveitamento de todas as suas potencialidades. Segundo numerosos psicólogos e pedagogos, a ação do meio social é tamanha, do nascimento à entrada na escola primária, que as crianças iguais se acham desiguais sobre os bancos da escola. Para superar a desigualdade, é durante o período de três a seis anos que seria preciso agir". (Citado em Kramer 1985, pp. 100-101).

Existe ainda a questão da privação lingüística que como idéia se encontra relacionada à noção de privação cultural. A linguagem das crianças dos meios socioeconomicamente desfavorecidos seria carregada de "déficits verbais", que iriam ocasionar dificuldade na assimilação dos conteúdos, pois estariam relacionadas à capacidade do pensamento lógico. Este ponto de vista tem sido amplamente discutido por teóricos e tais como Bernstein, Baratz e Labov. Estudos mais recentes da sócio-lingüística, em especial as pesquisas de Labov (1973), citado em Kramer (1985, p. 40), apontam para o

modelo da diferença cultural, baseado na tese da variabilidade lingüística, segundo a qual não existe uma só linguagem ou cultura padrão, mais em diversas linguagens e culturas diferentes, que não pressupõe um padrão ou que sejam passíveis de hierarquização.

A indicação de atendimento à criança na idade pré-escolar, tem se configurado como fator de grande importância na atual sociedade contemporânea, marcada pelo ideal de progresso e que procura preparar adequadamente a criança para o "futuro". Nesse sentido, esses procedimentos generalizam-se como questões da sociedade e se destinam à crianças de uma forma geral. No entanto, os trabalhos desenvolvidos com as classes populares, conforme demonstrou Kramer (1985), procuram resolver problemas de adequação da criança ao ensino do 1º grau, sem questionar a escola ou a estrutura da sociedade. A criança vem sendo vista de uma forma abstrata que se materializa na criança de classe média. Essa por sua vez, com as mudanças econômicas, sociais e culturais, e um maior número de mulheres no mercado de trabalho, está cada vez mais inserida na pré-escola que vai se caracterizando como espaço de preparação e estimulação para um desenvolvimento adequado, integrado à expectativas de aprendizagem e que institucionalmente começa cada vez mais cedo.

A busca dos pais pela pré-escola para seus filhos, têm se caracterizado nos últimos anos, com um processo de preparação escolar, entendido como um ciclo que se inicia na primeira infância e termina com a formação universitária.

O caráter de descompromisso, de "escolinha", anteriormente relacionando à faixa etária de 0 a 4 anos, por conta das preocupações dos pais com a competitividade da atual sociedade, está se transformando, e se constituindo num compromisso cada vez mais relacionado à uma formação cientificamente fundamentada e desejada desde os primeiros anos de idade. Dessa forma, as pré-escolas são escolhidas a partir das tendências pedagógicas predominantes, função de programas educacionais desenvolvidos através da obra de educadores tais como, Piaget, Montessori, Freinet (citados em Nicolau, 1989).

As propostas destes educadores, foram inicialmente muito utilizadas nas escolas experimentais, surgidas principalmente nas décadas de 70 e 80 (Nicolaci-da-Costa, 1986). Concebidas primeiramente, como proposta alternativa à uma pedagogia mais tradicional, permitiam à criança uma maior autonomia no processo de descoberta do conhecimento. Segundo ressalta a autora, este modelo de educação mais liberal, atendia as demandas dos pais, em função do processo de "psicologização" observado nas camadas médias, ressaltando:

"As novas pedagogias, não obstante sua pluralidade decorrente das diversas orientações teóricas que as fundamentam, têm muito em comum entre si. Ao contrário da pedagogia tradicional, as novas formas pedagógicas definem-se principalmente por não somente procurarem ativamente conhecer as características individuais de cada criança, mas também, e talvez fundamentalmente, por incentivarem o desenvolvimento de suas diferentes potencialidades" (p. 37)

Nesse sentido, o que parece estar se caracterizando nos anos 90, é uma procura por um tipo de pré-escola que tenha um discurso ligado de alguma forma às "novas pedagogias", mas que se integre à propostas de estimulação intelectual e psicomotora, trazidas com as ciências especializadas. Assim, quanto mais cedo for oferecido pela pré-escola aulas de computação, inglês, artes, expressão corporal, melhor estarão sendo atendidas, as atuais demandas dos pais. Este comportamento é também resultado de pesquisas recentes, principalmente desenvolvidas nos E. U. A., que afirmam que o potencial que cada indivíduo pode desenvolver nas diferentes áreas do conhecimento, depende dos estímulos recebidos na infância principalmente entre 1 e 5 anos de idade. Esse tipo de informação relativa ao despertar da inteligência, quase sempre divulgado sem uma contextualização adequada, se traduz muitas vezes numa ansiedade muito grande por parte dos pais, no que concerne ao progresso escolar de seus filhos.

Se num primeiro momento, a busca pelo comprometimento com um ensino mais ligado à aquisição de conhecimentos, se formalizava no início da alfabetização, e como ressaltou, Nicolaci-da-Costa (1986), - os pais consideravam que nesse momento "o negócio vira sério" - hoje, em função do imperativo de uma racionalidade técnico- científica, "tudo deve ser sério," muito precocemente. Dessa maneira, as propagandas das pré-escolas, procuram aliar pressupostos das pedagogias modernas, com o oferecimento de cursos especiais, enaltecendo a importância da criança, desde muito cedo, estar sendo adequadamente estimulada, e nesse sentido se preparando para

a sociedade competitiva em que vivemos.

Em consequência desta urgência em preparar a criança para aquisição de conhecimentos (por exemplo, aulas de inglês e computação), e de uma preocupação com o corpo (aulas de ballet, judô, natação etc...), muitos pais sobrecarregam a agenda de seus filhos, ocasionando o que Maldonado (1994), chamou de "síndrome da criança executiva". Isto se traduz num processo, em que cada vez, a criança tem menos tempo para o lazer e a brincadeira descompromissada, tornando sua vida desde tão cedo, presa à horários, programações e tecnicamente administrada.

CAPÍTULO III

INFÂNCIA EM TEMPO DE MEGABYTES — Uma reflexão sobre a mídia e a tecnologia na sociedade moderna

Vivemos um momento histórico-social onde nos defrontamos com múltiplas e aceleradas possibilidades de "progresso". Progredimos através das máquinas inteligentes que a cada dia se renovam e cuja vida útil é cada vez menor. Novos modelos mais e mais aprimorados chegam ao mercado tornando visível à adultos e crianças, o que nos diz o urbanista francês Paul Virilio (1977), "A velocidade é a alavanca do mundo moderno".

O lugar da criança na sociedade moderna tem sido marcado por diferentes concepções de infância, e considerando os aspectos da contemporaneidade do "ser criança hoje", nos propusemos a uma reflexão que tem como viés a "Teoria Crítica", na expressão de alguns de seus pensadores (Adorno, Horkheimer, Benjamin), com a abordagem da "Indústria Cultural" e a mídia direcionada ao público infantil.

No entanto, procuramos levantar questões relativas à constituição da família nos dias atuais, as relações com a autoridade paterna, a predominância da razão técnico-científica na sociedade, por considerarmos estes aspectos constituintes e determinantes da produção de uma nova subjetividade infantil.

Se nos reportarmos ao sentido weberiano, a modernidade se traduz através do predomínio de uma racionalidade instrumental que se caracteriza

por privilegiar os aspectos econômicos e administrativos na constituição de uma nova ordem social.

Num outro registro, a concepção de modernidade, privilegia o caráter cultural, se instituindo através de práticas que determinam novos espaços, e como acentua Casassus (1993),

“A modernização é percebida como um processo que substitui a compreensão unificada do mundo, própria das crenças religiosas e metafísicas, por uma compreensão advinda de espaços autônomos: a ciência, as teorias da moralidade, a jurisprudência, a produção e a arte (Habermas, 1989). Espaços dentro dos quais se aprofunda e se especializa uma compreensão do mundo, mas de forma independente uns dos outros” (p. 7).

A sociedade ocidental vem seguindo o caminho da modernidade que para Berman (1986), seria constituído por três fases, uma primeira do início do século XVI até o fim do século XVIII, “onde as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal fazem idéia do que as atingiu”, uma segunda, de 1790, com a revolução francesa, até o século XIX, onde são desencadeadas grandes transformações em todos os níveis de vida pessoal, social e política, mas segundo o autor, “o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro” (p. 16). A terceira fase seria o século XX, onde as transformações ocorridas são mais amplas, nas esferas da arte, do pensamento, da técnica, e nas relações sociais e familiares. Como conseqüência, a experiência se torna então muito mais fragmentada, diminuindo sua nitidez e ficando cada vez menos profunda, perdendo “sua

capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas" (p. 17).

É sobre esse momento, apontado por Berman (1986), onde a existência de uma pluralidade de estímulos é tão avassaladora, que transforma a experiência e propõe outros caminhos de subjetivação, onde se instituem novos espaços, como o da mídia, do consumo, da supervalorização da técnica e conseqüentemente do indivíduo/criança moderno.

Nesse sentido, é importante ressaltar e discutir processos fundamentais na vida atual, como a questão do consumo, evidenciada de forma absoluta, como em Ortiz (1994):

"Estou convencido de que, no processo de globalização, a cultura de consumo desfruta de uma posição de destaque. Na minha opinião, ela se transformou numa das principais instâncias mundiais de definição de legitimidade dos comportamentos e dos valores. Refletir sobre sua manifestação é tocar num dos eixos centrais das sociedades globalizadas. O mundo dos objetos (para utilizar uma expressão de Baudrillard) se manifesta assim como uma expressão da contemporaneidade."(p. 10)

Assim, é diante da diversidade de técnicas e novas engrenagens que a sociedade se reorienta. A mídia veicula e propaga em diferentes espaços o mundo da produção da comunicação, mercadorias que conferem ideologia através da hiperinflação de signos que invadem o espaço urbano. Filmes, grifes, TV, vídeos, propagandas se configuram numa multiplicidade de ritmos que atravessam os espaços urbanos, comportamentais e psicológicos das pessoas.

A revolução informática faz com que as informações produzidas

sejam absorvidas num tempo cada vez mais curto, tal é a rapidez dos bytes, kilobytes e megabytes. A sociedade ao mesmo tempo promove um progresso tecnológico que facilita a sobrevivência humana, traz consigo um risco cada vez maior, que é a negação do indivíduo em nome da institucionalização de uma razão de Estado, uniformizando e anulando as diferenças e não concebendo o homem como ser múltiplo.

O progresso tecnológico é concebido como um valor de troca, num mundo em que o homem se iguala à máquina, reproduzindo seu funcionamento, se expressando em termos de eficácia e produtividade e submetido desta forma à um sistema cientificamente determinado.

A razão instrumental se desenvolve através dos métodos quantitativos e do positivismo, o sentido é dado em torno do ideal de produtividade e da ideologia do progresso, o homem acredita que a transformação é qualitativa, ele "progride" e se "desenvolve", a técnica direciona a sua vida, as experiências se modificam, ganhando em rapidez e "eficiência", aquilo que perderam em profundidade.

As transformações do trabalho o tornam cada vez mais especializado, fragmentado, rotineiro, e integrado a um sistema de mecanização que hoje o homem não reconhece como seu. Desse modo, a produção só é vista como importante porque permite desfrutar das possibilidades do consumo, e este aspecto tem se potencializado em nossa sociedade. O surgimento de indivíduos consumidores é o reflexo de um sistema social, que têm na mídia um dos seus mais expressivos arautos, e nesse sentido não discrimina adultos

ou crianças. As mudanças na sociedade, a indústria cultural e a constituição da infância como mercado promissor e modelador de indivíduos, têm delineado o perfil do nosso tempo. A infância se transforma e seu exame possibilita a consideração de diferentes domínios da vida moderna. Benjamin (1984) nos oferece a possibilidade de pensar alguns destes aspectos — o que nos propusemos a seguir — quando rejeitando a concepção da história linear e de movimento eternamente ordenado, permite a compreensão da construção do mundo moderno como o resultado dos atos de destruição do passado da humanidade. Ou seja, o homem ao não se conceber cada vez mais limitado pela possibilidade de auto-expressão, se ilude ao crer numa felicidade que é conseguida, "somente e através" dos avanços da tecnologia.

3.1- A criança e o brinquedo — ontem e hoje

Em um de seus trabalhos, Benjamin (1984), reúne ensaios e artigos que traduzem sua reflexão acerca dos problemas da infância, jogos, brinquedos, livros infantis e educação. Em "Rua de Mão Única", pequenos textos e aforismos escritos entre 1926 e 1928 estão recortados aspectos do universo infantil, a maneira de ver da criança a sensibilidade e os valores dela, e neste trabalho gostaríamos de destacar o trecho:

"Criança desordeira. Toda pedra que ela encontra, toda flor colhida e toda borboleta apanhada é para ela já o começo de uma coleção e tudo aquilo que possui representa-lhe uma única coleção. Na criança essa paixão revela seu verdadeiro rosto, o severo olhar de Índio que nos antiquários, pesquisadores e bibliômanos continua a arder, porém com um aspecto turvado e

maniaco. Mal entra ela na vida e já é caçador. Caça os espíritos cujos vestígios fareja nas coisas; entre espíritos e coisas transcorrem-lhe anos, durante os quais seu campo visual permanece livre de seres humanos. Sucede-lhe como em sonhos; ela não conhece nada estável; acontece-lhe de tudo, pensa a criança, tudo lhe sobrevêm, tudo a acossa. Seus anos de nômade são horas passadas no bosque onírico. De lá ela arrasta a presa para casa, para limpá-la, consolidá-la, desenfitejá-la. Suas gavetas precisam transformar-se em arsenal e zoológico, museu policial e cripta. "Pôr em ordem" significaria destruir uma obra repleta de castanhas espinhosas, que são as estrelas da manhã, papéis de estanho, uma mina de prata, blocos de madeira, os ataúdes, cactos, as árvores totêmicas e moedas de cobre, os escudos. Há muito tempo que a criança ajuda no guarda-roupa da mãe, na biblioteca do pai — no próprio terreno, contudo, continua sendo o hóspede mais inseguro e irascível", (p. 79).

Como contraponto à reflexão de Benjamin, destacamos matéria publicada no *Jornal do Brasil* — Caderno de Idéias/Livros de 11/12/93, onde é realizado um comentário a respeito de um livro lançado em Londres, de autoria de Stephen Kline, professor do Departamento de Comunicação da Simon Fraser University, em Vancouver, intitulado "Fora do Jardim: brinquedos e cultura infantil na era do marketing de televisão", onde é discutido o crescimento paralelo da mídia para crianças (livros, quadrinhos, cinema e televisão) e da indústria de jogos e bonecas (Barbie, Tartarugas Ninja, Lego) e de cadeias de lojas especializadas em brinquedos infantis.

O autor reconstrói a história do marketing para crianças, demonstrando as estratégias que vão determinar o "design" dos brinquedos e a repercussão que esse fato tem sobre a atual forma da criança brincar. Ele aborda a história e o desenvolvimento da cultura dos jogos e brincadeiras

desde o ursinho de pelúcia dos bebês até os bonecos saídos de filmes, séries e desenhos animados, como Batman e Tartarugas Ninja para meninos maiores.

Este trabalho, procura evidenciar questões como a busca da publicidade por atingir amplas audiências infantis utilizando a televisão de forma absoluta e desenvolvendo assim novas abordagens publicitárias. Ao mencionar o fim dos controles legais da publicidade nos E.U.A., na década de 80, denuncia o desenvolvimento de novas estratégias de marketing, usando as séries de televisão para saturar o mercado com os chamados bonecos-personagens (character-toys) promocionais.

A notícia no jornal vem apontando para a questão do marketing dos brinquedos infantis, via a ação da mídia e questiona: "é certo permitir que a cultura dos jogos, brinquedos e brincadeiras infantis seja definida primariamente e criada sobretudo por estrategistas de marketing?" Nesse sentido é interessante apontar as reflexões de Benjamin quando se refere a criança como "caçador". Ele nos diz, "Mal ela entra na vida e já é caçador. Caça os espíritos cujos vestígios fareja nas coisas..." A imagem da criança "caçador", "explorador", é parte de um cenário que vem se perdendo quando observamos os efeitos da mídia e da sociedade de consumo que hoje determinam no mundo infantil os novos jogos, os novos brinquedos ou os novos programas. Como numa linha de produção, a criança desde muito cedo é colocada num mercado muito ávido por consumo que a espera com novidades sempre "mais recentes".

Como destaca Rodrigues (1991), os brinquedos vêm prontos para consumir transformando a criança em mero espectador passivo do seu desempenho. Apertando um botão, as "maravilhas eletrônicas" fazem de tudo, deixando poucas alternativas à experimentação da criança que muitas vezes acaba por desmontá-lo e destruí-lo numa atitude mais ativa e ironicamente compatível com a sociedade de consumo. Brinquedos educativos, estimuladores, diferentes dos antigos que eram tantas vezes fabricados ou imaginados pelos pequenos, os que estão hoje no mercado expressam uma certa ansiedade, característica da "pedagogia do prazer" (Rodrigues, 1991), que se antecipa ao próprio desejo da criança ou corresponde ao desejo dos adultos que direcionam a indústria do lazer e da diversão e produzem a nova subjetividade apropriada ao novo sistema social.

Nos mais diferentes espaços, a família, na escola, no lazer, as crianças se deparam com estas mais novas demandas. Festas de aniversário que envolvem a produção de um verdadeiro espetáculo. Hora da animação. O adulto que comanda ao microfone chama para a brincadeira. Competição, jogos, onde de alguma forma todos são vencedores. Luzes. Câmara. Ação. Presentes postos de lado, guardados em algum lugar, porque hora de festa não é o momento de desembrulhar brinquedos. O espetáculo requer seu ator. No caso, ator coadjuvante cujo script já está escrito por uma sociedade que o pretende espectador.

Pouca criatividade, fórmulas prontas, o espaço da fantasia é dirigido e pouco tempo resta para as descobertas. Está tudo "posto em ordem" previamente determinado, muito diferente das possibilidades fantásticas e

inesperadas do mundo "caçado" e "explorado" de que nos falava Benjamin.

O novo perfil da infância atrelado aos ditames do consumo, o ideal de progresso em sua formulação técnico científica, são hoje sinais de uma sociedade cuja predominância da razão instrumental produz um rompimento com outras esferas do conhecimento, e torna empobrecida a experiência individual. A crítica da produção industrial da consciência tematizada em 1947 por Adorno e Horkheimer (1991) e os trabalhos de Benjamin (1987), acerca da reprodutibilidade técnica da obra de arte, assinalaram sob perspectivas bastante similares aspectos negativos da revolução artística das vanguardas européias e americanas durante a primeira metade do século XX. Nesse período a sociedade sonhou com uma grande síntese de progresso industrial e liberdade. Foi a utopia da civilização moderna que agora vivemos.

Como base para esta reflexão, Adorno e Horkheimer, estabeleceram a categoria de "Indústria Cultural", gerada no bojo da "Dialética do esclarecimento" (1991), onde estudam a comunicação do ponto de vista dos efeitos sociais de caráter ideológico dos meios de comunicação, ou seja, efeitos que subordinam a ideologia ao princípio da comercialização da informação.

Eles ressaltam no trecho:

"Os interessados inclinam-se a dar uma explicação tecnológica da indústria cultural. O fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tomam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais. O contraste técnico entre poucos centros de produção e uma recepção dispersa condicionaria a organização e o planejamento pela

direção. Os padrões teriam resultado originariamente das necessidades dos consumidores: eis por que são aceitos sem resistência. De fato, o que o explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma. Os automóveis, as bombas e o cinema mantêm coeso o todo e chega o momento em que seu elemento nivelador mostra sua força na própria injustiça à qual servia por enquanto, a técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica da obra e a do sistema social. Isso, porém, não deve ser atribuído a nenhuma lei evolutiva da técnica enquanto tal, mas à sua função na economia atual. A necessidade que talvez pudesse escapar ao controle central já é recalçada pelo controle da consciência individual". (A Indústria Cultural, p. 114).

Considerando as situações levantadas pelos autores, podemos constatar que em nossos dias a situação prossegue de forma semelhante. Hoje observamos, que do futebol como espetáculo de mídia aos shows de rock "ao vivo", a intimidade e a imediatez só podem ser alcançadas pelas enormes amplificações de som ou imagens impressionantemente expandidas e que exprimem no telão a reprodução do contexto "ao vivo". Assim sendo, a experiência "ao vivo" vem sendo cada vez mais transformada em mercadoria e produzida como estratégia de marketing de diversos interesses (Connor, 1992). A intensa "realidade" da apresentação não está nas particularidades do cenário, da tecnologia ou do público, ela consiste e se legitima através de todo o aparato da representação e esta experiência tem se tornado cada vez mais radical. As músicas gravadas em estúdio são mixadas, remontadas e mais

recentemente se formam através do "sampling", ou seja, a apropriação e reedição de pedaços de música de outras canções, e desse modo, vai se perdendo o sentido da existência de uma versão original, uma vez que o instrumental técnico facilita outras formas de "criação".

O que se observa no cenário artístico contemporâneo, é um mesmo esvaziamento que vem atingindo os valores que legitimaram o processo histórico da sociedade ocidental moderna, levando à teóricos em diferentes áreas do conhecimento como as ciências sociais, a filosofia e as artes, cunham este momento de "pós-moderno", (por exemplo Giddens (1991); Lyotard (1993)). Assim, o sentido da racionalidade do progresso, que com o saber da técnica, se constituíram em promessas de libertação e autonomia para o homem, passam à ser amplamente questionados.

A competitividade técnico-econômica problematizou-se nos mais diferentes espaços. As aglomerações urbanas foram perpassadas pela irracionalidade da especulação econômica e pela competição entre poderes levando a homogeneização das formas de vida. Dessa maneira, imensos sistemas de comunicação são capazes de construir massas uniformes e administrá-las, seguindo modelos tecnicamente performatizados de conduta social que se refletem nos domínios mais íntimos, como a família e as relações no seu interior.

Nos últimos 20 anos, têm se acentuado mudanças na sociedade no sentido de uma maior massificação em cima dos objetos e eventos da moda. A mídia está cada vez mais sofisticada, a indústria do lazer vem se reafirmando

como o espaço de gratificação, o consolo para as privações do trabalho, num mundo de interesses ordenados e administrados. A publicidade glorifica a infância e a juventude. A ciência e a tecnologia modernas proporcionam espetáculos que são exemplo de eficácia técnica e econômica.

Envolvida na ideologia consumista a criança e a família, voltam-se para as possibilidades que lhe são oferecidas ininterruptamente de bem-estar e prazer. Nesse sentido, ter o "objeto" desejado, vai se tornando o objetivo à ser alcançado, a propaganda sugere emoções com a ilusão do preenchimento das faltas, e como destaca Lasch (1991), os caminhos para o bem-estar são tecnicamente administrados e sugerem "a influência combinada da publicidade e das profissões assistenciais" como mais uma das formas "sutis" de controle dos indivíduos.

3.2- A família e a socialização da reprodução

O caráter universal e cíclico que a divisão social do trabalho acelera e desenvolve, reitera progressivamente das funções produtivas da família qualquer vestígio das relações patriarcais e reduz a comunidade doméstica, de comunidade de produção à mera comunidade de educação e de sustentação. A socialização da reprodução completou o processo iniciado pela socialização da própria produção inaugurado pela industrialização. Assim, após ter expropriado os trabalhadores de suas ferramentas e concentrado a produção nas fábricas, nas primeiras décadas do século XX, o processo de produção passa a ser parcelado, sendo atribuído a cada operário uma função específica

e afastando dos mesmos o conhecimento do processo produtivo como um todo. Estes procedimentos acabam por culminar com a proletarização da força de trabalho, da mesma forma que a socialização da reprodução proletarizou a paternidade, ressaltando "incapacidades" que convenceram os pais de suas limitações na educação de seus filhos, condição que passou a fazê-los depender sempre e mais dos "especialistas" (Lasch, 1991, p. 42). Os especialistas em relações humanas começaram, a aplicar à família técnicas já aperfeiçoadas na administração industrial. Os sociólogos industriais e gerentes e pessoal procuraram eliminar os conflitos entre o trabalho e a direção traduzindo queixas coletivas em individuais, o sentimento de injustiça em problemas pessoais e a ideologia em técnica. O isolamento da família nuclear intensifica sua atmosfera emocional e cria "tensões" que só os especialistas sabem como aliviar. Assim, devido a crescente dependência dos pais com relação ao conselho de especialistas, o cuidado com as crianças tornou-se uma profissão no esforço de racionalizar esta área das relações humanas.

Na socialização tradicional, cujo centro era a família, a educação da infância centrava-se no respeito à autoridade paterna e aos ideais do bem comum. As crianças desde cedo aprendiam a desejar tudo aquilo que o adulto deveria cultivar como virtudes, ou seja, compromisso com o trabalho, austeridade nos costumes, preocupação com as futuras gerações e sentido de obediência às leis válidas para todos. No interior da família a tradição e a autoridade impunham-se por si mesmas, embora às custas dos inevitáveis conflitos e culpas em relação aos pais. Com as transformações da sociedade,

e a interferência os especialistas este tipo de indivíduo vai desaparecendo, pois veicula-se a idéia que este tipo de educação produz indivíduos neuróticos, pois eram criados não pelo que eram, mas conforme o que deveriam ser. Lasch (1991), aponta que esta forma de considerar a espontaneidade infantil, acaba por se tornar o caminho privilegiado para a formação dos hábitos que formam o perfil psicológico do futuro consumidor. Numa sociedade permissiva, a criança não aceita negativas à satisfação imediata dos desejos, e as considera como formas de autoritarismo e repressão.

Assim, Lasch acredita, que ao invés de personalidades neuróticas, formam-se personalidades narcísicas, e no lugar de conflitos e culpas frente à autoridade, surgem a ansiedade e insatisfação crônicas, sentimentos propulsores da voracidade consumista.

Lasch destaca:

"Da mesma maneira, a publicidade glorificou a juventude. Os homens de propaganda, assim como os psiquiatras e outros especialistas, afirmavam que entendiam melhor as "necessidades" dos jovens do que seus pais. Por um lado, os publicitários insistiam em que as necessidades dos jovens deveriam ocupar o primeiro lugar na mente dos pais; por outro, minavam sua confiança na própria capacidade de prover essas necessidades. Parecia que somente a ciência e a tecnologia modernas podiam proporcionar à criança em crescimento a alimentação adequada, os cuidados médicos apropriados e as habilidades sociais necessárias para atuar no mundo moderno." (Lasch, p. 43).

A avidez pelo "consumo" na sociedade moderna foi amplamente

discutida por Baudrillard (1981), que acentuou que o mesmo sistema que leva o homem necessariamente a consumir também acentua as sucessivas formas de hierarquização de acesso aos bens e objetos de consumo tomando-os posicionais, ou seja, valoriza-se aquilo que no momento pode ser escasso e acessível a uma pequena minoria. Como consequência, o sujeito está sempre em contato com a sensação básica de falta. No caso das crianças, os bonequinhos lançados mais recentemente, ligados a mais nova produção do cinema, ou o divertimento mais novo no mercado são aqueles mais desejados, sendo no entanto trocados, num espaço de tempo cada vez mais curto; em função da valorização que vem a ser dada para outros.

Assim, como que "hipnotizada" pelo consumo e pelas necessidades "construídas" para o lazer, a "massa" de sujeitos se generaliza, incorpora as necessidades infantis, e só se deixa mobilizar pelo que reverte de imediato em bem-estar físico, mental ou sexual.

Para atender as suas novas demandas a família vem perdendo gradativamente sua independência para tornar-se cada vez mais produtiva. Ao final de mais um século, acabou dependente de uma série de instituições, dos colégios aos assistentes sociais, que passaram a disciplinar desde a educação dos filhos, até o comportamento dos pais. A confusão dos pais, dependentes de teorias profissionais a respeito da criação dos filhos, suas dificuldades em assumir responsabilidade pelo desenvolvimento da criança sua relutância em exercer a autoridade e a delegação da disciplina à diversas agências externas, já restringiram a qualidade dos cuidados com a criança. A debilitação dos cuidados paternos facilita o rompimento dos filhos com relação

aos pais, mais fundamentalmente, por ter eliminado o conflito aberto entre ambos e conseqüentemente dificultando o processo de transformação das crianças em adultos autônomos. A erosão da autoridade paterna é apontada por Mitscherlich em (Canevacci, 1982), como uma das raízes fundamentais da crise da modernidade. Para ele, é de grande importância a função da socialização na família. Assim, quando a proteção, o trabalho e a instrução para o trabalho, foram todos removidos do lar, a criança já não se identifica com seus pais nem internaliza a autoridade convenientemente. O pai figura na vida da criança apenas como disciplinador, e provedor, e mesmo estes papéis perderam muito do seu conteúdo original. Sem essa orientação, acentua Mitscherlich, "o mundo se torna totalmente inacessível e incalculável, mudando continuamente de forma e produzindo surpresas sinistras", (p. 238).

Na mesma perspectiva Sennett (1988), enfatiza como o final do século XIX, ocorreu a progressiva desvalorização das relações paternalistas e a redução de sua complexidade. A seu ver, como a autoridade, o paternalismo não é bom nem mau, é contudo a expressão de uma profunda necessidade humana. A criança que cresce orientada para o outro, desde pequena levada a conviver com o grupo, que cresce sob a influência dos meios de comunicação de massa, da escola e de seus pares, carece de um referencial emocionalmente mais sustentável. O distanciamento, a ausência ou a inacessibilidade dos pais, não significa que ela não forme uma idéia à seu respeito. No entanto justamente devido a essa condição, ela acaba por formar padrões abstratos de justiça e legitimidade. Assim, reduz as questões de justiça e moralidade a questões de força, e com isso fica também mais

vulnerável.

As modificações das representações do poder paterno na família em representações do poder patronal no mundo social, têm se configurado em mais uma das alterações produzidas no interior da sociedade capitalista moderna, voltada para novas políticas de industrialização de bens de consumo supérfluos, e têm levado os indivíduos à transformações mais amplas em relação ao seu universo de valores e à uma reestruturação das subjetividades.

Considerando nossa linha de argumentação, vamos encontrar em Costa (1986), um mesmo viés teórico, abordando a questão da violência na sociedade moderna e fazendo para isso uma análise dos argumentos destes autores, concordando ou problematizando determinados aspectos, mas tendo como idéia central, a questão da sociedade administrada e a formação de indivíduos auto-centrados.

Este autor, traz mais uma contribuição à linha de argumentação que considera a sociedade moderna, "uma sociedade de indivíduos narcisistas"¹ (Lasch, 1991; Baudrillard, 1981), no entanto enfatiza, que o narcisismo de acordo com a teoria psicanalítica, é um componente normal de todo o psiquismo e que para superar esta questão teórica, "Lasch tenta mostrar que o narcisismo de hoje é patológico, enquanto Baudrillard soluciona a questão, criando o conceito de narcisismo dirigido" (p. 157). A partir daí, ele empreende

¹ O conceito de narcisismo enquanto categoria psicológica está sendo usado para explicar uma categoria cultural. Em que pese as limitações que o rigor psicanalítico inevitavelmente evidencia, consideramos este procedimento teoricamente útil, observando no entanto a coerência conceitual ao modelo utilizado.

uma análise cuidadosa sobre o conceito de narcisismo na psicanálise, ressaltando que os aspectos defendidos por Lasch e Baudrillard (pp. 157-169), baseiam-se nos trabalhos dos psicanalistas Kernenberg, Kohut, Searles e dos autores kleinianos, descrevendo basicamente a questão do narcisismo como

"uma necessidade do ego regredido, submetido a um superego arcaico, dominado pela pulsão de morte. Esta seria a estrutura psicodinâmica do comportamento social do sujeito ansioso; voltado para o sexo e para o corpo; ávido de celebridades, frio afetivamente, invejoso e destrutivo nas relações amorosas e humanas em geral, etc..." (p. 157)

A fundamentação teórica de Costa (1986), contrapõe à noção de narcisismo patológico, uma série de questões ou problematizações detalhadamente desenvolvidas. Seu objetivo é enfatizar que a partir do conceito psicanalítico interpretado por Lasch, seguindo o trabalho dos psicanalistas kleinianos, são desconsiderados aspectos relevantes anteriormente levantados por Freud, e que explicariam sobre outro ângulo, o fundamento do comportamento narcisista do indivíduo moderno.

Mencionando o trabalho de Freud (1920), em "Além do princípio de prazer" (citado em Costa 1986, p. 168), o que é demonstrado é que "o investimento narcísico do corpo, comandado pelo Ego, pode dar-se: a) em função do estabelecimento ou restauração da experiência de satisfação ou, b) em função do controle ou extinção da experiência de dor".

Desta forma, o que ele pretende trazer à discussão, contrapondo o argumento de Lasch e Baudrillard é de que "o corpo pode ser investido

narcisicamente, não pode ser fonte de prazer, mas porque é causa de dor", (p. 168). Assim o investimento poderoso que o capitalismo moderno dirigiu ao corpo e ao sexo tomando-os bens de consumo, "obrigou o indivíduo a adotar uma estratégia de sobrevivência narcísica, que pouco tem a ver com o prazer e muito a ver com a dor" (p. 169). Como consequência, a ideologia do prazer, não permite que o sujeito cogite o sofrimento como item passível de ocorrer na sua vida. A busca do bem estar e do prazer são extremamente enfatizadas e a sociedade não considera aquele que renuncia à essa possibilidade tão enfaticamente oferecida pela liberdade de "escolher e ter".

Considerando estes aspectos, para Costa (1986), o homem urbano reage como pode as consequências de uma sociedade violenta que polui o ambiente, reforça as diferenças sociais, enfatiza a competição e não se abre para o que se torna imprevisível aos seus ditames. Considerando estes aspectos, enfocamos a questão da criança que se estrutura (ou é estruturada) numa sociedade que tem estabelecidas tantas regras de felicidade, ofertas de realização e desenvolvimento plenos, através de caminhos conhecidos e perfeitamente administrados.

Nesse sentido, ao destacarmos questões como as mudanças nas relações parentais, com a família transferindo para agências externas as funções de proteção e cuidado com a infância, estabelecendo dessa maneira na esfera privada, a lógica do mercado (onde a razão de viver está em ter/produzir/consumir), procuramos trazer à discussão mecanismos relacionados à uma nova subjetividade, que vem estruturando a vida moderna, e conseqüentemente influenciando a concepção de infância na

contemporaneidade.

Num mundo dominado pela racionalidade técnica, movido por resultados eficazes, a nova forma de amor se traduz, em proporcionar às crianças, os objetos de satisfação signos de felicidade, supostamente representantes de uma forma plena de aproveitar a vida. Assim, crianças vão se tornando cada vez mais, caricaturas de adultos felizes, possuidoras de objetos, substitutos valiosos das faltas, das ausências e dos limites inerentes à própria existência. Investidas narcísicamente pelos seus pais, tornam-se objetos potenciais do investimento no futuro, e buscam numa sociedade, onde todos parecem de alguma forma se considerar sobreviventes, os regulamentos que vão fundamentar e definir o seu futuro.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

4.1 - Procedimento

A pesquisa de campo utilizou oito sujeitos, mulheres da classe média da zona sul do Rio de Janeiro, de idade compreendida entre 22 e 43 anos, com nível de instrução universitário, com filhos entre 3 meses e 4 anos de idade e que haviam procurado serviços institucionais para a educação destas crianças nesta faixa etária.

Os critérios para a classificação do nível sócio-econômico, foram de renda salarial familiar, condições de moradia e nível de escolaridade. A escolha dos entrevistados restrita à classe média, zona sul carioca, se constituiu em função de serem observados neste segmento social, os comportamentos que pretendemos discutir, função dos processos de modernização e mudança cultural que se passam na sociedade contemporânea.

O perfil sumário dos sujeitos da pesquisa é descrito a seguir, baseado no relato oral das entrevistas¹. Este perfil, aponta para dados importantes que pretendemos analisar mais profundamente em seguida, tais

¹ Foram alterados dados considerados importantes para a caracterização destes sujeitos, de forma a evitar sua identificação.

como: idade; idade com que teve o primeiro filho; idade da criança hoje; planejamento ou não da gravidez; tipo de trabalho que exerceu ou exerce; com que idade colocou seu filho na pré-escola.

Natália — 35 anos, empresária com formação universitária, divorciada, mãe de Fábio de 4 anos. Relata ter planejado a gravidez, sempre trabalhou, tem negócio próprio e sua jornada de trabalho é de 8 ou mais horas por dia. Colocou Fábio na pré-escola aos 2 anos e 3 meses de idade.

Beatriz — 31 anos, pedagoga (não exerce a profissão), casada, mãe de Carolina de 2 anos e de Bernardo de 3 meses. Relata ter planejado a gravidez, e sempre ter trabalhado, mas não na profissão. Atualmente, deu uma parada, com o nascimento dos filhos, e diz que trabalha algumas tardes por semana (cerca de 3x) no escritório de representação de propriedade da família. Pretende voltar a trabalhar, porque sente falta, dizendo que seu lado profissional está muito adormecido, mas logo que as crianças cresçam mais um pouquinho pensa em voltar. Colocou Carolina na pré-escola com 1 ano e 9 meses, mas acha que deveria ter colocado antes, pretende em breve também matricular Bernardo.

Gabriela — 22 anos, estudante de direito, casada, trabalha com o marido numa loja de roupas em que são proprietários, mãe de Lucas de 2 anos. Relata não ter planejado a gravidez e colocou Lucas na pré-

escola com 1 ano e 1 mês de idade.

Heloisa — 31 anos, administradora, casada, mãe de Daniela de 3 anos e de Sérgio de 5 meses. Relata ter planejado a gravidez, diz sempre ter trabalhado na profissão, atualmente deu uma parada para ter os filhos, mas mantém um vínculo com um escritório no centro da cidade, onde vai cerca de 2 tardes por semana. Pretende voltar a trabalhar pois diz sentir falta do trabalho, e da sua vida própria. Colocou Daniela na pré-escola com 1 ano e 3 meses e pretende colocar Sérgio em torno desta idade, ou até antes.

Simone — 24 anos, estudante de Artes, artista plástica, casada, mãe de Diana de 1 ano e 8 meses. Estuda e trabalha na área de artes diz não ter planejado a gravidez e colocou Diana na pré-escola com 6 meses de idade.

Denise — 35 anos, engenheira, casada, mãe de Cláudio de 6 anos e Maria de 2 anos. Relata ter planejado a gravidez, sempre trabalhou na profissão, tem uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, colocou os dois filhos na pré-escola aos 8 meses de idade.

Nanci — 40 anos, advogada, mãe de Nina de 3 anos. Diz que a gravidez foi planejada, sempre trabalhou, deu uma parada na época do nascimento da filha por conta de ter mudado de país. Atualmente trabalha 8 horas diárias e colocou Nina na pré-escola com 1 ano e 5 meses de idade.

Zélia — 43 anos, tradutora, casada, mãe de Otávio de 3 anos. Diz que a

gravidez não foi planejada, pois já não acreditava que viesse a engravidar. Sempre trabalhou em regime de horário integral, atualmente diminuiu a carga horária por conta do nascimento do filho. Colocou Otávio na pré-escola com 2 anos de idade.

As entrevistas foram marcadas de acordo com o local e o horário de preferência das entrevistadas, sendo que a grande maioria foi realizada em suas casas e apenas três no local de trabalho. As entrevistas duraram em média 1 hora e 30 minutos, sendo um traço marcante e comum, a satisfação demonstrada em falar a respeito da experiência da maternidade, que sendo o primeiro tópico abordado na entrevista, permitiu uma espécie de "relaxamento", por falarem de um assunto de tanto agrado e permitindo que os demais pontos a serem abordados fossem naturalmente introduzidos.

Os dados pessoais que eram inicialmente trazidos, consistiam em idade, nível educacional, profissão, estado civil, número de filhos, sendo que os complementares tais como, uma breve história da família, surgiram naturalmente durante os relatos.

As mulheres entrevistadas acolheram com satisfação o momento destinado a falar sobre suas vidas e de seus filhos, e a situação pareceu ter algumas vezes o caráter de um balanço de vida, de testemunho, ou espaço especial para a colocação de conflitos e impasses da condição feminina e do seu papel na sociedade.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semi-

estruturadas, de maneira a abordar temas considerados essenciais para a pesquisa, sem no entanto impedir que assuntos não previstos a priori, fossem levantados pelos próprios entrevistados. As nossas intervenções ocasionais eram mais no sentido do esclarecimento de pontos do discurso que tivessem ficado pouco claro para nós. As perguntas feitas também tiveram o objetivo de delimitar mais claramente a posição dos sujeitos frente às questões que estavam sendo abordadas. Todo esse material foi gravado e transcrito na íntegra com o consentimento explícito dos sujeitos.

O roteiro da entrevista foi delineado a partir da revisão da literatura e dos objetivos da dissertação, sendo ressaltados os tópicos temáticos essenciais. Através do relato da trajetória de vida das mulheres (no caso, as mães), procuramos relacionar sua experiência com a maternidade em relação as suas vidas e a de seus filhos, e a forma como é percebida a primeira infância por elas.

Inicialmente foram elaboradas duas entrevistas prévias, onde as saliências teóricas que nos orientaram, formaram a estruturação dos tópicos e organizaram nosso roteiro, sendo que, por se adequarem ao que pretendíamos, incluímos em nossa análise.

Os tópicos constantes do roteiro seguiram basicamente os seguintes temas: O surgimento da maternidade na vida destas mulheres - projeto transformações e importância; A educação dos filhos — o que é considerado importante, o projeto de educação, a escolha e a decisão da pré-escola — Referências em relação a educação dada por seus pais; Aspectos da

identidade feminina — vida pessoal e maternidade — Trabalho profissional — Trabalho doméstico — O cotidiano da maternação; ³ A sociedade moderna e a modernização do privado — Vida na cidade grande, consumo, televisão para crianças, festas infantis.

A entrevista propriamente dita consistiu na proposição dos temas e foi deixado a cargo dos sujeitos a exploração destes, com a maior liberdade possível de expressão pessoal e de estruturação do discurso.

4.2 - Análise dos Resultados

As ciências humanas, em geral, lidam em suas pesquisas com material de natureza verbal. Esse tipo de "matéria-prima", demanda uma sistemática de tratamento que é conhecida mais genericamente como Análise do Discurso. Entretanto, o campo da prática designado por esse termo, apresenta uma variedade de abordagens teóricas e descritivas, que perpassam disciplinas diversas como a sociologia, a antropologia, a lingüística e a semiótica, entre outras, privilegiando em função de um determinado enfoque preponderante, o estilo que encaminha a análise do texto proposto.

Procuramos dentro deste trabalho, proceder a um tipo de análise de discurso no qual pudéssemos examinar o discurso heterogêneo das diferentes vozes sociais, no contexto cultural em que produzem o sentido, verificando a influência desse contexto nos diversos comportamentos que fundamentam sistemas de idéias distintos. Ou como ressalta Rocha-Coutinho (1994), "um tipo de análise de discurso, menos convencional, a partir do qual pudéssemos

inferir da fala de nossos sujeitos, seu comportamento e os sistemas ideológicos subjacentes a tal comportamento" (p. 171).

Trabalhando desta forma, poderemos caminhar no sentido de proceder a um exame do material por nós colhido, de forma tal, que comporte a inferência nas idéias compartilhadas por estes sujeitos, posicionadas em harmonia ou em conflito e que se colocam subjacentes a seu comportamento. Esta visão de linguagem como interação social, onde o outro tem importância fundamental na constituição do significado, faz parte de todo ato de enunciação individual, e dentro de um contexto mais amplo, é trazida como fundamental por M. Bakhtin (1990), que aponta para as relações intrínsecas entre o lingüístico e o social. Dessa forma, ao nos reportarmos a um discurso, trazemos à tona uma articulação natural entre o lingüístico e o social, buscando desta maneira as relações que vinculam a linguagem à ideologia.

A consciência individual está assim determinada pela realidade sócio-histórica e pela língua que é por essa determinada. A subjetividade dos sujeitos, sua forma de falar, de se estruturar enquanto indivíduo e os seus valores, estão amplamente determinados pelo momento sócio-histórico em que têm lugar. M. Bakhtin, acentua: "a consciência humana não só nada pode explicar, mas ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social" (M. Bakhtin, 1990, p. 35).

Ao pretendermos no decorrer deste trabalho levantar (o que também foi feito a partir da revisão bibliográfica da condição histórica da mulher e da criança) o sistema de idéias que está subjacente ao comportamento dos

sujeitos, e desta forma, explicitar o particular, nos colocamos em ressonância com o pensamento de M. Bakhtin (1990), que nas palavras de Jobim e Souza (1994), aponta uma questão bastante relevante,

"... tomar consciência de si, é se assujeitar a uma norma social, a um julgamento de valor; é tentar, num certo sentido, ver-se com os olhos de um outro representante de seu grupo social, de sua classe. A consciência de si surge, sempre, de uma consciência de classe e, portanto, pode ser melhor compreendida como um reflexo do social que se manifesta na particularização" (p. 62).

Ao procurarmos ouvir as mulheres, suas visões de mundo, as diferentes formas de conceituação da experiência social, vamos nos reportar a um universo marcado por diferentes tonalidades, sentido e valores próprios. A diversidade de posturas, o espaço da alteridade ocupado pela mulher sugere uma pluralidade de identidades.

Nesse sentido foi interessante encontrar no trabalho de Stam (1993), o assinalamento de uma relação entre Bakhtin e as mulheres. Segundo o autor, Bakhtin não menciona especificamente sua posição acerca da situação de opressão das mulheres, mas sua obra pode ser vista, como "intrínsecamente acessível a uma modulação feminista". Considera que não foi por acidente que palavras como poliglossia, dialogismo, polifinia, expressavam-se de forma positiva em seu trabalho e traduziam frequentemente prefixos que apontam para a pluralidade ou a alteridade. Não considerando a diferença e a multiplicidade como, ameaçadoras, Bakhtin as vê de forma estimulante, e, segundo Stam (1993), "seu pensamento se abre para o que Luce Irigaray

chama de pluralidade e multiplicidade femininas". Stam chama atenção ainda para o que Ruby Rich (citado em Stam, 1993) chamou de filmes feministas "meduseanos". O termo foi extraído do filme "The laugh of Medusa" de Hélène Cixous, onde são enaltecidos o potencial dos textos feministas, "de estourar a lei e desarticular a verdade com o riso", que, segundo Stam, vai de encontro à teoria bakhtiniana da paródia, "modalidade privilegiada de carnavalização e arma favorita dos pobres", situadas no mesmo registro de expressões artísticas como os filmes chamados "meduseanos" (ele cita ainda "Born in Flames", de Lizzie Borden, "La Fiancée du Pirate", de Nelly Kaplan, e "Mar de Rosas, de Ana Carolina) que dão lugar à uma crítica, através do riso satírico às expressões do falocentrismo, da forma como é acentuado no trabalho de Irigaray.

Para concluir, destacamos, trecho do texto de Stam (1993), onde aponta para a repercussão do trabalho de M. Bakhtin,

"Ao contrário de muitas tramas teóricas, o método bakhtiniano, não tem que ser "esticado", para dar espaço aos marginalizados e aos excluídos; adequa-se perfeitamente a eles. Em vez de "tolerar" a diferença, dentro do espírito condescendente do pluralismo liberal, a abordagem bakhtiniana enaltece a diferença; em vez de expandir o centro para incluir as margens, interroga e desloca o centro a partir das margens".
(p. 179)

As entrevistas transcritas, foram analisadas em função das categorias que se constituíram como marcos teóricos da dissertação, sendo por nós nomeadas da seguinte forma: Profissionalização da Maternidade

Profissionalização da Infância - Trabalho - Auto-Imagem Feminina - Infância em Tempo de Megabytes

A transcrição completa das entrevistas, não foi incluída, como Apêndice, por contar com um número elevado de páginas, sendo por nós considerado mais importante destacar os segmentos das entrevistas em que os sujeitos fizeram referências relevantes à discussão em pauta.

4.2.1 - Profissionalização da Maternidade

*"Eu quero sim ter pessoas que eu confie, formadas, especializadas, altamente competentes pra me ajudar também nesse processo. Porque é aquela história: eu tô a área, mas é uma área específica. Eu vou precisar de ajuda, é óbvio que eu vou, tá!"
(mãe entrevistada)*

As profundas transformações que ocorreram na organização familiar, com a remoção da educação e do cuidado médico para fora do espaço doméstico, têm num processo crescente, desde a intervenção dos higienistas, no século XIX, acentuado a importância e participação dos especialistas na educação dos filhos.

A proliferação dos conselhos médicos, psicológicos, pedagógicos entre outros, e a difusão de conhecimentos sobre a educação infantil em revistas e artigos em jornais, têm mostrado para a mãe a importância de sua preparação e informação, e acima de tudo têm lhe advertido o quanto "não sabe" precisando assim cada vez mais de colaboradores. Nesse sentido, a mulher se insere num processo de preparação, onde leituras, consultas à

especialistas, cursos, vão delineando um perfil que se apresenta como uma verdadeira "profissionalização da maternidade".

(...) "eu lia muito, porque o primeiro filho é uma incógnita na sua vida, é uma incógnita você você pensa mil coisas mil coisas passam pela sua cabeça e você se sente muito imatura muito fragilizada, será que eu vou dar conta, será que eu consigo? É uma coisa um universo totalmente novo na sua vida né então eu lia bastante, comprava todas as revistas..." (Denise, 35 anos)

A busca de um eixo norteador, através da formação e informação adequada, para orientar de maneira eficaz a educação de seus filhos, corrobora para a profissionalização do papel pedagógico da mãe, que mesmo exercido em todas as idades, tem na primeira infância um espaço especialmente favorável para efetivação destas novas atitudes. A psicologia já informou da importância deste período para a estruturação da personalidade e sobretudo para a formação da inteligência.

Estas transformações implicam em mudanças nas normas de tratamento da criança e conduzem a uma valorização cada vez mais intensa dos aspectos pedagógicos do papel materno. A mãe investiga sobre novos métodos de educação, visita várias escolas, lê livros, acompanha artigos de revistas, buscando se aprimorar, no papel de mãe, que assim se "profissionaliza".

(...) "Eu lia tudo, Winnicott, eu lia tudo, Françoise Dolto pá! Foi quase tudo, não sei quantos manuais da UNICEF, da UNESCO, eles as vezes fazem coisas, não sei que... Eu li tudo. Eu sempre

me interessai. Talvez o fato de ter uma mãe Psicóloga, não sei que"... (Gabriela, 22 anos)

(...) "eu queria que fosse um ambiente que ele gostasse, eu queria que fosse um ambiente que desenvolvesse as capacidades, eu não sei como é que isso chama... que desenvolvesse ele, que ajudasse no desenvolvimento, no crescimento, tanto coordenação motora quanto desenvolvimento de raciocínio e ao mesmo tempo fosse uma coisa descompromissada, uma coisa dele brincar, dele, enfim, dele curtir, de ser uma extensão da casa, mas sem ser casa"... (Natália, 35 anos)

Assim, além de dominar conteúdos pedagógicos, é necessário buscar também a colaboração dos especialistas em função da complexidade desta função. Segundo Lasch (1991), a profissionalização do papel de mãe, envolve as mulheres no esforço cada vez maior para racionalizar esta área das relações humanas.

(...) "A minha clientela, o meu alvo não é esse, a minha especialidade é outra, então, de repente, eu não sabia, eu posso estar fazendo alguma coisa errada, por mais que você estude, mas eu estou estudando por fora, não é minha área, (...) Pôxa, eu posso estar fazendo uma coisa que de repente não é legal pra ele, tá? E eu comecei a sentir que eu tinha necessidade também de ouvir de pessoas especializadas na idade dele, na área dele, no processo pedagógico. Os meus medos, as minhas dificuldades, entendeu? Tudo isso, essas coisas eu não conseguia solucionar, eu não conseguia respostas"... (Zélia, 43 anos)

A importância dos conhecimentos científicos, tão valorizada na atual sociedade, leva as mulheres a se afastar cada vez mais dos "saberes

femininos” — questões sobre o parto, o cuidado com os recém-nascidos, enfim a busca pelo especialista, cujo saber legitimado pela ciência é absoluto.

(...) “e a minha mãe fazia tudo como ela fazia, eu tinha choques com relação a isso ela queria enfaixar o umbigo da N., tampar tudo sabe aquelas coisas?! Eu não queria, que eu seguia a orientação do pediatra então tinha esses choques né!” (Nanci, 40 anos)

A mulher deste segmento social, teve na sua formação, todo um discurso que valoriza o saber científico. Hoje, de uma forma ampla, se encontra identificada, com toda essa “forma de funcionar”, e busca a partir do aval da ciência, desempenhar seu papel de mãe da forma que acredita mais segura.

(...) “Prá ela isso ia a vida inteira desse jeito prá gente não, uma geração que eu acho muita coisa aconteceu nessa geração, pelo menos a minha geração, novas teorias, novos estudos, novas descobertas e que você foi junto acompanhando né. (...) eu sou muito científica com as coisas entendeu, eu acredito muito nisso talvez por eu não ser uma pessoa religiosa eu tenho que acreditar em alguma coisa então... Eu acredito na ciência entendeu. Talvez pela minha formação mesmo de então prá mim ela é importante, o especialista dizer que não era pra enfaixar entendeu, então eu acreditava nele, então claro às vezes eu deixava ela fazer alguma coisa — prá não deixá-la...” (Nanci, 40 anos)

É interessante observar o fato da entrevistada opor ciência/religião, nos cuidados, com o bebê. Por um lado ao ir contra aos procedimentos pouco atuais em relação ao enfaixamento preconizado por sua mãe, ela contrapõe

trazendo a oposição ciência/religião.

O que podemos desta forma considerar é que as novas crenças do homem moderno, são cada vez mais unânimes em considerar o aparato científico e vão de encontro aos argumentos de Lasch (1991), Donzelot (1986) e Costa (1979), que discutem esses aspectos ao trazer as questões da "medicalização da religião" e a "medicalização da sociedade" (Lasch, p. 136-139).

"Fiz parto sem dor (...) aí fiz o curso dela. Adorei. Fiz o curso todo, eu mesma quis fazer. Como é o primeiro filho, além dela te dar aulas sobre a gravidez, sobre a ginástica do parto normal né? Que era o que eu queria ter. Ela também ensina como lidar... Eu como nunca tinha tido filho então, queria também saber, ter noções. Então, eu quis fazer por isso." (Heloísa, 31 anos)

A importância da medicina e os saberes sobre o corpo consolidados com os especialistas têm levado à procura, pelas mulheres de cursos de preparação para o parto.

Esses cursos trabalham com a articulação entre os domínios do corpo e do psiquismo e se desenvolvem quase que regularmente sob a orientação conjunta de três profissionais, o médico ginecologista e obstetra, o especialista em trabalho de corpo e exercícios especiais para a gravidez e o parto, e o especialista em psicologia.

O trabalho de Almeida (1987), aponta para esta nova forma de lidar com a maternidade, e segundo a autora, é vista pelas mulheres, "como uma

postura alternativa à visão tradicional de gravidez que procura questionar os padrões médicos pré-estabelecidos, as relações hierárquicas entre médico e paciente e o uso indiscriminado de recursos técnicos". Esse procedimento aparece como mais uma das possibilidades atuais de "escolha" e "opção" pessoais que afastam o indivíduo moderno de funcionamentos considerados tradicionais.

(...) "eu sempre li muito assim, eu sempre aaaa procurei me inteirar muito do assunto... ver filmes porque nessa anti-ginástica eles têm um trabalho bem interessante que eles passam vídeo de tipo de parto né é... eles fazem relaxamento é uma coisa bem interessante, eu acho que é muito válido no primeiro filho você fazer esse tipo de coisa, sabe que você você... enxerga melhor as coisas, sabe?"... (Denise, 35 anos)

(...) "Muitas pessoas vão pra lá, vão fazer ioga lá, muitas grávidas. É que ela tem uma turma assim só pra gestante, e ela dá aulas e mais aulas né, ela tem aulas, chama médicos para darem palestras lá, dá livros pra gente ler, aí eu lia os livros do Leboyer, li vários livros de amamentação, "A arte da amamentação"... (risos), só lia isso..." (Simone, 24 anos)

A vivência da gestação hoje, passa por experiências diferentes daquelas vividas anteriormente pela mulher. Ao buscar outra forma de viver esse momento, na maioria das vezes, diferenciado dos moldes de suas mães, a mulher atual procura romper com uma visão mais tradicional de medicina que tem no médico a centralização do saber e das decisões sobre o corpo do outro, além de se afastar da interferência e dos conselhos da família.

No entanto, segundo argumenta Almeida (1987), esse ponto de vista

é contraditório, pois se por um lado coloca a gestante com maior capacidade de opção e escolha, por outro, ela também segue disciplinas e normas advindas de outros especialistas, as "novas autoridades" que segundo Almeida (1987), transformam "o seguir as disciplinas e as normas num desejo do sujeito", no sentido considerado por Foucault(1979).

Aqui, é importante que levantemos, algumas questões. Por um lado existe uma transformação dessa forma de viver a gravidez e o parto através dos cursos e da orientação de novos especialistas. Existe ali mesmo um modismo. Muitas mulheres buscam os cursos para se informarem a respeito dos processos que vivenciam durante a gravidez, até porque já não é legitimada a troca entre familiares, nem a tradição é considerada como tendo algum valor. A ciência mudou muito o enfoque de como era "no tempo da mamãe".

O processo de gestação vivenciado segundo as normas dos cursos para gestantes, pode ser também mais um curso, mais uma forma "moderna" de se atualizar sem no entanto, modificar de forma mais abrangente a relação da mulher com seu corpo e a gravidez, terminando por cesarianas desnecessárias, pois na hora "H", quem decide é o médico, que na maioria das vezes vê o momento do parto dentro de uma visão mais prática, masculina, reguladora, e com um saber sobre o corpo da mulher que dispensa a participação mais efetiva desta no momento do parto. Afinal é corrente ouvirmos, "o médico fez o parto de fulana". Ele "faz", não "auxilia" ou "conduz".

Para problematizar esta questão, mostramos as falas das mulheres

se referindo aos cursos de gestantes realizados, e que na maioria dos casos, terminaram com uma cesariana decidida pelo médico, com os argumentos próprios da medicina, e a pouca participação da mulher. Por outro lado, é a própria mulher que decide, pela cesariana, por "medo" ou escolha do método de menos sofrimento.

(...)” viemos pro médico ele me examinou e disse olha vamos vamos fazer a cesárea porque a bolsa já estourou e a criança pode entrar em sofrimento e eu não tinha nenhuma eu não tenho nenhuma dilatação, nenhum contração, eu não sei o que que é dor, acho que o meu inconsciente ele ele trabalhou assim, ele bloqueou tudo (rindo), porque eu não tive dilatação nenhuma das duas gravidez, não tive contração, não sei o que é uma contração, não sei nada, nada disso, entendeu? A bolsa estoura e eu tenho que fazer cesárea entendeu?”... (Denise, 35 anos)

“Não. Não cheguei a fazer que na verdade também eu não queria muito parto normal não sabe, então na verdade eu negocieei com a médica no primeiro dia que eu fui lá, olha é o seguinte eu faço, mas daqueles assim corre, corre, corre que vai nascer, aí eu faço. Agora esse parto que você fica 12 horas sofrendo e depois ainda você acaba me cortando a minha barriga, então corte logo de cara pra você num né quer dizer então eu não me preocupava muito com isso não, porque não sei porque eu tinha quase certeza (rindo) que ia ser uma cesariana...” (Nanci, 40 anos)

Entretanto, existe também a vivência de uma mulher que ao fazer o curso de gestante, se preparou, e diz ter passado a conhecer melhor o seu corpo, e assim, ser capaz de realizar o seu próprio parto, reconhecendo as demandas de seu corpo, e tendo no médico uma parceria, um auxílio.

(...)” mais uma coisa que ela botava na nossa

cabeça, que é muito legal você não tomar anestesia, você se preparar, e você vivenciar todo o processo de todas as dores. Porque quando você toma anestesia, você não sente as contrações! Então você só faz força na hora que o médico fala, e nem sempre a hora que o médico fala, é a hora que tem que fazer, quer dizer, você só faz a força certa se você tá sentindo, né? Quer dizer, porque na verdade é o médico que conduz seu parto. Não é você. Que ele vê o negócio contraindo, então ele fala: Faz força! E você não dosa a força também. Então eu falava: é muito legal você sentir tudo. Você sente a sua filha descendo, você sabe, você sabe exatamente a musculatura que tá trabalhando, a intenção da força que você tem que dar, entendeu? E o médico é exatamente isso. O médico mandava eu fazer força na hora que eu não tinha que fazer força. (...) E na hora que eu fui pra sala de parto, eu me lembro assim, que dava uma dor assim, eu respirava, mas eu ainda me distraía, eu conversava com o médico, e ele me... me elogiou muito. Eu lembro que eu conversei muito com ele contei que eu tinha me preparado. (...) Mas você dilatou muito rápido! Não sei quê... Aí falou: tá vendo como é tranquilo... tá vendo como não dói? Falei: não, doer, dói (risos) Também não é assim né?!..." (Simone, 24 anos)

É como se pudesse ser resgatado para a mulher, um saber sobre si própria, sobre seu corpo... que houvesse a possibilidade de tomar posse de algo tão feminino, como diz a entrevistada, "ela fala muito do momento ali, do parto, pra você...", um saber compartilhado entre mulheres, vivência de mulheres, por mais que a "cena" hoje seja diferente; mulheres aprendendo com mulheres que se "especializam", e não mais com as mães ou comadres.

"A V.B. tinha essa preocupação, além de você cuidar do processo da gravidez, "o parto", ela fala muito do momento ali, do parto, pra você, que o parto... Toda mulher tem capacidade de fazer um parto sem dor entendeu? Que não é um sofrimento igual as mães acham que é entendeu?

E de você ter a consciência de que, de qual é a respiração, aí tinha uns mantras né, que ela dava pra gente fazer, uma respiração que era pra gente fazer assim que começasse as contrações (...) faz uns exercícios assim pro períneo relaxar que aí você dilata mais rápido, tudo isso... Então falava assim: então já sei tudo. Na hora de nascer...”
(Simone, 24 anos)

Outra questão que deve ser considerada é o fato da mãe que deu esse depoimento ser jovem, e inclusive ela coloca essa questão,

(...) “Embora eu ainda fosse muito nova, quer dizer, aquela coisa assim. Aí eu me sentia ótima sabe, super segura, uma gravidez relaxada, curtindo né, não aquela coisa preocupada...”
(Simone, 24 anos)

Estará a mãe mais jovem mais disponível para este processo de vivência da gestação e do parto? Será que a mulher um pouco mais velha, que faz projeto para o momento adequado de engravidar, como a maioria das mulheres que ouvimos, que se articula na vida profissional e tem o desgaste da vida urbana, se sentiria menos preparada, ou pouco questionasse a respeito do parto como um assunto mais exclusivamente “médico”?

Ou estaríamos no caminho, já antevisto pela jovem, “feminizando” mais a vida, nos termos que coloca Oliveira (1991), “rever o lugar do trabalho na existência cotidiana de homens e mulheres, redefinir o político, interrogar a ciência, (o grifo é meu), e a arte pelo viés da desconstrução de conceitos e da invenção da linguagem” (p. 16).

Cabe-nos refletir e observar um pouco mais as “rotas” pelas quais

vão seguindo as mulheres...

A indagação sobre o projeto de ter filhos, resultou numa constatação predominante no relato sobre o planejamento da gravidez. A questão, apareceu várias vezes como "decisão consciente", "certeza", "coisa bem planejada..."

Ouvindo os relatos, observamos que o projeto pessoal de vida, para a maioria dessas mulheres, não foi organizado tendo a maternidade como o principal elemento estruturador de suas vidas nesse momento. A relação com o companheiro, aparece primeiro, e é enfatizada, sendo que a partir do momento em que se torna "sólida", que o relacionamento está bom, vem a gravidez,

(...) "Olha, a maternidade prá mim ela foi super planejada sabe, porque eu me casei em... 86 e só tive o meu primeiro filho em 89, quer dizer, houve um período de adaptação..., entendeu... anh... do casal... né até a gente ter consciência realmente de que era aquilo que a gente queria, estar juntos se a gente queria realmente construir uma família, meu marido vem de um de um primeiro casamento quer dizer isso também complicou um pouco né porque tem toda uma outra família presente na situação então a minha maternidade ela foi bem planejada, eu não queria fazer nada assim que não fosse uma coisa muito consciente né"...
(Denise, 35 anos)

(...) "Quando a gente resolveu morar juntos e tudo, a gente resolveu esperar um pouco pra ver como é que ia ser, se ia dar certo realmente. Eu já vinha de um casamento que não tinha dado certo. Então eu queria saber como ia ficar. Então, quando a gente viu que ia tudo bem, que o casamento tava legal, já que tava uma coisa sólida aí a gente resolveu ter filho..." (Heloísa, 31 anos)

(...) "Eu não me via como mãe logo que eu casei,

eu queria viajar, curtir o meu marido, tinha uma casa... morava num apartamento pequeno (...) então depois de uns cinco anos, a gente tava casado, tinha um relacionamento muito bom e tudo... (...) você vai amadurecendo, vai ficando mais calma, mais paciente, foi muito isso também, criança você tem que... você perde muito da tua, teu espaço, do teu tempo, prá dedicar ao filho, lógico que é o normal, então foi uma decisão, uma coisa muito clara na minha cabeça, agora eu quero ter um filho (...) Então eu resolvi, uma decisão consciente, e eu até demorei a engravidar e tudo, mas foi uma coisa bem... foi uma decisão bem consciente, não foi de repente, não foi... foi uma coisa bem planejada..." (Beatriz, 31 anos)

Apesar da maternidade ser muito importante e altamente valorizada nas suas vidas, como discutiremos posteriormente na categoria "Auto-imagem feminina", a importância dada à estabilidade no casamento aparece em primeiro lugar. O desejo do relacionamento afetivo mais estável delimita o momento adequado para o nascimento do filho.

O desejo de ser mãe aparece muito, mas não parece ser a primeira etapa a ser conquistada no projeto de vida dessas mulheres. A questão do relacionamento parece tão fundamental, que uma das entrevistadas faz uma ressalva, que ressalta a ênfase dada a presença do companheiro na decisão de ter um filho,

(...) "Então não tinha realmente um "Desejo Ardente de Ser Mãe" porque eu acho que se eu tivesse esse desejo eu já teria tido mais cedo porque eu vinha de, eu tinha um relacionamento estável".(Nanci, 40 anos)

O discurso do "não planejamento" da gravidez que aparece, principalmente com as duas mães mais jovens, que contam ter se "descoberto"

grávidas, também conduzem a uma referência forte ao companheiro. Uma delas, a partir desse momento, passa a morar junto, inaugurando a vida doméstica dentro dos moldes de um lar/marido/filhos e, otimiza rapidamente sua saída da casa dos pais; a outra, tinha há pouco tempo se casado e mudado de cidade, para acompanhar o marido.

(...) "já estava assim uma relação bem junto mesmo, mas sem casamento sem nada quer dizer nem tinha era a casa dele e tal. Mas ele também me incentiva... ele sempre falava muito em filho: Ah! eu quero e tal. Mas sempre na brincadeira, a gente não tava levando muito a sério. Aí quando, e era uma fase que eu estava estudando, quer dizer eu tava no meio, eu tava no segundo ano da F., né, meio do ano assim e então quer dizer, eu ia ter que parar tudo. Aí eu achei ia ser uma coisa... Aí eu fiz o teste e deu positivo né. E aí foi aquela alegria geral né. E aí na época, foi uma surpresa assim pra mim mas eu acho que, não sei, acho que subconsciente eu tava querendo. E, porque senão eu dizia: não de jeito nenhum! (...) Então, quer dizer, a sensação da minha família mesmo eu tive quando a gente se mudou. Foi outra coisa né. Era minha casa. Hoje em dia é minha casa tudo nosso, né?".. (Simone, 24 anos).

(...) "E aí a gente resolveu casar e eu fui pra Londres. Bom, e aí casei fui pra Londres e tal, tava numa boa e, a gente falou: bom quando vier filho vamos ficar numa boa, problema de dinheiro não tinha. Não tinha problema de relacionamento entre os dois, tava tudo numa ótima." (Gabriela, 22 anos)

O outro discurso do "não planejamento" que aparece nos relatos, é com relação a uma mulher mais velha, que já não contava mais em ter filhos. Sua vida estava, como ela disse "arrumada", de tal forma que seria necessário abrir espaço para a vinda da criança.

(...)“Eu falei: gente, pelo amor de Deus não tenho tempo, não tenho condições, minha vida tá tão arrumada. Nós já tínhamos combinado nas férias, nós íamos para a Europa. Ia fazer uma viagem super-legal. Sabe, essas coisas na minha cabeça passaram todas, não dá, e eu realmente questioneei, ele não, em absoluto “vamos ter esse menino”, ainda falou assim. Ele falou assim prá mim...” (Zélia, 43 anos)

É interessante também observar, na fala da entrevistada, o aparecimento do desejo do companheiro de ter o filho. A relevância desse aspecto está presente em todos os relatos e mostra que a existência de um bom relacionamento, vai definir, ou é extremamente relevante na decisão da mulher de ter um filho.

A importância dos conhecimentos científicos na educação da criança tem colocado a mãe muito apreensiva em relação a saúde emocional de seus filhos. O desejo de dosar a quantidade correta de amor de forma a não “sufocar”, “reprimir”, “rejeitar” e outros jargões de orientação “psi” colaboram para o que atualmente denomina-se de “mãe psicologizada”.

Então eu tenho muito medo de errar sabe, na educação dos meus filhos, tenho muito medo de fazer a coisa errada, de estar indo pelo caminho errado. Ainda mais agora na idade da C., porque quando é bebezinho, tipo B., eu acho que é uma coisa assim, a educação é uma coisa muito relativa, porque é (...) acho que quando a criança começa a entender, começa a virar gente, assim que eu digo não isso não pode mexer, entender as coisas e tem os limites, que você tem que dar, saber quais são os limites certos que você tem que dar. Tenho muito medo de ser muito rígida, eu tenho medo de reprimir, eu não quero ser uma mãe repressora, mas ao mesmo tempo, também não quer que meus filhos sejam aqueles que você não pode levar na casa de ninguém que vai

destruir tudo que vai quebrar tudo". (Beatriz, 31 anos)

No discurso "psi", a importância da mãe é central no desenvolvimento emocional do filho e é dada uma atenção especial às individualidades. Existe mais permissividade nas relações. A sugestão é de que os impulsos devem ser orientados ao invés de reprimidos, de forma a evitar os "traumas", e o inconsciente está presente nas interpretações mais corriqueiras, por onde as relações são mediadas e explicadas.

Vivemos um tempo de abundância de artigos, reportagens, palestras e livros sobre o que a nova psicologia preconiza para o bem estar dos filhos. Com a "cultura do trauma", em que as contrariedades da criança devem ser evitadas de modo a não comprometer sua personalidade na vida adulta, fica cada vez mais difícil para os pais estabelecer limites, ou dizer não, sem se sentir culpados. A educação se torna mesmo um dilema,

(...) "Então, eu acho muito difícil educação. No momento as minhas preocupações são essas, que é criança pequena, é essa coisa de não mexer, é higiene... e ao mesmo tempo lidar com os medos da criança, com a ansiedade. Por exemplo, com ela, que... agora nasceu o B., então ela fica muito enciumada, ao mesmo tempo eu quero mostrar pra ela que eu também tenho que me dedicar ao B., mas, que eu continuo gostando dela... é muito difícil, acho que educação é difícilíssimo, eu me questiono toda hora! Eu fico super preocupada, sabe... É... eu não quero repetir os erros dos meus pais, acho que a gente tem muito isso também. Mas ao mesmo tempo, às vezes, eu não sei, será que... que... às vezes eu me pego fazendo coisas que meus pais faziam e eu não gostava e ao mesmo tempo eu penso se muito do que eu sou, não é porque eles ficavam ali na mesma tecla,

batendo e tal, quer dizer, eu acho muito difícil, sabe você educar, pelo menos eu estou sempre me questionando será que eu estou fazendo a coisa certa? Será que é por aí? Sabe, então, eu acho muito difícil educar..." (Beatriz, 31 anos)

A família hoje, mais igualitária no que concerne a educação dos filhos, sem aquela "autoridade" masculina, que quase sempre dava a "última palavra", leva os pais à uma certa desorientação. São muitas informações que acabaram por ampliar o "espaço de negociação" com os desejos da criança, mais também possibilita a que os questionamentos entre pais e filhos passem à aflorar com maior evidência. Nesse sentido, somem as antigas certezas, mas parece que ainda os pais não conseguem definir que caminho tomar.

"É isso que quero, que ele possa fazer qualquer escolha, porque tem estrutura para tal, isso pra mim é importante. Estruturar para ele poder fazer as escolhas dele com segurança, sejam elas quais forem." (Natália, 35 anos)

A questão da escolha da criança, da opção, do seu desejo, é de tal forma valorizada que a mídia tem explorado cada vez mais estes aspectos. Como exemplo, a veiculação recente de um anúncio de jornal passado na televisão (24/7/94), em que a mãe conta para a filha a história do Chapeuzinho Vermelho; a menina pergunta se o lobo vai morrer; a mãe responde que depende do que ela vai querer; e aí continua — se você acha que sim, telefone para 0.600-900....; se você acha que não telefone para 0-600-900....; a menina fica pensando; o anúncio prossegue e diz: "O mundo está mudando, o mundo está ficando mais inteligente. O mundo está ficando

mais complicado. Você precisa de um jornal, que seja muito mais que um jornal... É melhor você começar a ler o..."

É interessante notar como estas comunicações colaboram para passar toda uma ideologia de individualismo, muito presente na sociedade contemporânea e cada vez confundir mais os pais, chegando mesmo a comprometer a autoridade paterna, no sentido que coloca Lasch (1991), quando fala da "proletarização da paternidade", em que os pais estariam sendo expropriados da competência de educar os filhos, em favor de um saber técnico, nas diferentes áreas das relações humanas e da saúde mental.

(...) "eu não tenho uma coisa de censura com ele, entendeu eu não fico... quer dizer o que não pode não pode por causa disso, disso, disso ou porque não pode porque não pode, quer dizer ninguém é perfeito, mas eu não tô sempre controlando dizendo: ah!, podia ser melhor, ah você não fez isso, mamãe está tão decepcionada, ou mamãe está tão triste, eu não faço esse tipo de coisa com ele..."(Natália, 35 anos)

Passando por toda uma trajetória de trabalhos que enfatizaram a importância fundamental da mãe na relação com seu filho, tais como os de Spitz (1979), Winnicott (1978), Dolto (1977), entre outros, as pedagogias modernas orientam na direção do "tempo qualitativo" que se afirma na qualidade e não na quantidade do tempo dedicado à criança. Essa visão, produz menos culpa, aponta a importância da individualidade entre pais e filhos — "Cada um tem direito a seu tempo", e a mãe moderna não se culpa nem vai vir a culpar os filhos pelo que não fez.

(...) “ele queria também viajar e ela tava muito pequena e aí eu disse, não, vai você e eu fico. Ele acha que o S., vai tá numa idade em fevereiro que eu poderia até desmamar, no caso se eu estiver amamentando. E eu já não acho, entendeu? Mas, isso eu tô abrindo mão numa boa. Não vou culpar o S., ou a D., amanhã por isso.” (Heloísa, 31 anos)

“Um ótimo gerenciamento, e acho que por ter um bom gerenciamento, não tenho essa preocupação de estar perdendo alguma coisa na rua ou quando, eu estou na rua, eu estou deixando de cuidar do meu filho. Como a coisa é equilibrada, ninguém perde todo mundo ganha. Não sou capaz de largar ele, pra sair, está tudo organizado, mas é natural, nada é excessivo. Não há uma fixação excessiva nele, não há uma ganância excessiva, o trabalho apesar de ser muito, é uma coisa prazerosa, então flui bem...” (Natália, 35 anos)

(...) “Eu acho, até pra você não ficar se lamentando pelos cantos, que filho é um saco, não, eu quis... eu falei assim... o dia que eu for ter eu quero me dedicar, não quero passar pro meu filho aquela angustia, aquela ansiedade, aquela coisa de: “ah, meu Deus eu estou perdendo o meu tempo aqui, que eu tô cuidando do meu filho, sabe... Eu acho que não. Eu queria estar dominando essa parte para poder encarar meu filho com tranquilidade. Os outros lados da minha vida estarem estabilizados para eu poder me dedicar ao meu filho, eu acho que é muito por aí... Um amadurecimento pessoal mesmo, sabe...” (Beatriz, 31 anos)

Um aspecto nesse sentido é também muito contraditório, pois se por um lado, as mães mudam a linguagem, sofisticam o discurso através do tempo qualitativo, por outro elas também se sentem impotentes para contrapor a força com que o discurso “psi” aponta para as supostas necessidades da criança — onde encontrar o “ponto certo” ou parafraseando Winnicott (1978), o que é

"suficientemente bom" para o seu filho.

(...) "então eu não só tinha muito mais disponibilidade e tempo físico né? Assim, como também disponibilidade emocional. O O., suga muito, ele cobra muito, então eu sinto que eu tô, no final do dia já quase que meia exaurida. Então eu sinto também que isso é o meu extremo, eu estou também de repente dando demais pra lá e tirando de cá, e tem que chegar num modo de viver, quer dizer, num meio termo e conseguir trabalhar essas duas coisas. Não ser mãe em excesso, porque inclusive, vai prejudicar ele e não ser mulher a de menos, tá? Mas eu ainda não cheguei nesse ponto, não. Não sei nem se existe esse ponto, estou tentando, tá?..." (Zélia, 43 anos)

Tantas informações acabam também por confundir a mulher, que muitas vezes fica sem saber se está acertando ou errando. Dessa forma, o carinho deve ser dosado, as regras devem ser estabelecidas, e os modos de relacionamento bem definidos e normatizados, tanta preocupação para garantir o bom desenvolvimento emocional da criança, pode segundo aponta Maldonado (1994), "embotar a espontaneidade, a intuição, e o bom senso paterno".

(...) "Mas tem determinados momentos que você cai do cavalo, você esquece! Você não racionaliza, então aquele processo de fralda, por exemplo: pra mim foi muito complicado no início, porque não era sistemático, uma hora ele faz, faz o dia inteiro, suja, tal, tal, tal e fica, você já não sabe se fica, então chega uma hora que se você não estiver preparada, não tiver conversado com alguém, você se desespera, eu me desesperei, teve um dia que eu: ah! Mais não é possível! Dei uma de mãe mesmo, literalmente (...) Eu sei pô, mas não dá. Eu me senti super mau depois, falei: não, pára, vamos pensar. O processo é assim mesmo é lento, vai ter altos e baixos e tal, mas eu já tinha dado o ataque, pôxa! Não dá..."(Zélia, 43 anos)

Acaba mesmo por solapar a confiança da mãe que busca um tal nível de exigência constante mesmo dos quadros profissionais onde informação, competência, preparo e racionalização das tarefas, conferem o estatuto de "profissional competente". Assim é importante observar o relato de uma mãe, que ao descrever, sua impaciência, ou impossibilidade de responder no momento adequado às exigências de perfeição com a educação do filho, considera o seu "descontrole" como coisa de "mãe". Ela diz, "dei uma de mãe literalmente", quer dizer foi espontânea, errou, não soube como fazer. Isso seria portanto uma outra categoria a de "mãe", simplesmente "mãe", a qual a mulher hoje procura contrapor, para atender às exigências da moderna sociedade se vendo então como "mãe profissional"? Nesse sentido, o que se observa é que a maternidade atualmente, tem se colocado como mais uma das questões da vida contemporânea, onde o preparo, a competência e a eficácia, se constituem em aspectos relevantes de uma vida programada, onde as relações devem ser "bem dosadas", "planejadas", e a racionalidade técnica vai se impondo, até mesmo na esfera privada, onde as relações passam a ser tecnicamente administradas.

4.2.2 - Profissionalização da infância

"(...) porque eu acho que primeiro é importante o convívio com outras crianças, o convívio com profissionais que vão fazer brincadeiras e o desenvolvimento pedagógico, mesmo né, por mais que eu fique brincando que eu faça brincadeira, que eu brinque, invente coisa prá fazer, eu acho que numa creche, num colégio, está mais direcionado, são pessoas que estão ali pensando no bem-estar da criança, no desenvolvimento da criança"...

(mãe entrevistada)

A busca de um modelo ideal de educação capaz de preparar a criança adequadamente para o futuro, parece ter recuado para a primeira infância, transformando essa fase, anteriormente tida como tempo de espera e "folga escolar" (Chamboredon e Prévot, 1986), numa etapa do processo de socialização, de preparação escolar e de desenvolvimento intelectual.

(...) "É a preocupação com o desenvolvimento, preparar para entrar por Jardim, aquelas coisas da escrita então eu ficava preocupada achando que a creche não ia ter nada disso, que ia ser só o essencial, de dar comidinha, de ficar brincando, fazer brincadeirinha boba e não fosse ter um lado didático."(Beatriz, 31 anos)

(...) "Eu acho importante o L., tá com outras crianças. Crescer junto com outras crianças. Aprender a dividir o espaço dele com outras crianças. Se soci, so-ci-abilizar. O resto ele vai seguindo sozinho. E sendo bem cuidado, sendo estimulado pela pessoa certa. Por uma pessoa que goste dele"...(Gabriela, 22 anos)

A tarefa socializadora também tem mostrado passar por transformações, desde a análise clássica de Gilberto Freyre (1961, 1968), com a história da família brasileira da época colonial ao início deste século, revelando ser a socialização tarefa familiar e principalmente feminina.

As transformações na organização familiar das classes médias, atingidas de formas diversas pelos processos de urbanização e modernização da sociedade implicando em modificações na subjetividade feminina, afastaram da socialização na infância as funções que a família extensa ou a

comunidade de vizinhança também preenchem, transferindo estas tarefas para instituições específicas (atuação de babás, creches, pré-escola).

(...) "Porque realmente eu acho que isso foi ótimo eu posso até estar errada entendeu eu acho isso muito bom e pra não ter aquela ligação muito grande com a mãe, ficar só com esse referencial que é a mãe né. Saber conviver com outras, com outras coisas". (Heloísa, 31 anos)

(...) "tá precisando, tá precisando de outras pessoas, de aprender outras coisas é aquela história, "Santo de casa não faz milagres", eu podia até sentar hoje com ele, fazer, vamos fazer um trabalhinho vamos cortar, vamos fazer corte e colagem, não sei o que..."(Zélia, 43 anos)

(...) "Em função de eu, não, eu achava que também ficar o dia inteiro com babá não é legal, eu acho que ficar o dia inteiro com mãe não é legal, porque eu acho que a mãe acaba enchendo o saco daquela, demanda o dia inteiro em função de criança, (...) eu acho que o universo da criança não pode ser só a casa, a mãe essa coisa, aí eu acho que tem que ter outras coisas..." (Natália, 35 anos)

A mãe já não se vê mais como única fonte capaz de suprir as necessidades do filho, e considera que somente a sua presença é insuficiente, uma questão que parece não passar só pela necessidade de guarda da criança, em função da maior atuação profissional da mulher. O que se acentua é a existência de toda uma crença dessa mãe da necessidade de estímulos adequados os quais ela não domina e que têm na pré-escola o espaço propício, através de especialistas, onde seu filho o mais cedo possível, se utilizaria das técnicas de aprendizagem que possibilitam a descoberta das

potencialidades intelectuais da primeira infância.

"Não, não, não me preocupava com uma coisa, que fosse... na idade dele um lugar limpo, com bons professores, quer dizer, não queria aquela coisa de recreador, queria professores, queria um lugar que as pessoas tivessem uma mentalidade, uma concepção de educação"...(Natália, 35 anos)

"O convívio dela com outras crianças, dela aprender, dela abrir os horizontes dela, dela começar a ver outras coisas entendeu que a escola de uma certa forma a creche acaba exigindo mais coisas, dela pra que ela possa botar pra fora um monte de coisa que talvez a mãe que fica dentro de casa o tempo todo, fica irritada ela não dá a mesma, eu acho que ela não faz as mesmas coisas que a escola faz. Eu não sento pra brincar com a N. Eu não ponho brinquedo no chão que eu não tenho tempo, e eu não tenho, eu não tenho essa paciência pra fazer isso entendeu? Então eu acho que a escola é importante pra isso entendeu pra ela aprender, pra ela se abrir pro mundo..."(Nanci, 40 anos)

A criança rapidamente deve estar pronta para se "abrir para o mundo". Numa sociedade dominada pela técnica, pela velocidade, pelos processos de racionalização da modernidade, onde os pais buscam o melhor "desenvolvimento" para seu filho. Para isso reconhecem na "institucionalização da infância" o caminho mais eficaz. Como ressalta Castro (1996), "O desenvolvimento humano torna-se, então, uma história de "fases" rumo a um objetivo final". A mãe, no seu papel de agente socializador, introduz o filho na cultura, que hoje tem definido para a infância, um papel social mais amplo e que se inicia institucionalmente cada vez mais cedo.

"Ela tinha um ano e três meses. Eu não pensava ainda em colocar ela numa escola. Mas, eu tava querendo que ela começasse a conviver com

outras crianças e e, tava também pensando em botar uma babá pra ela. Que ela nunca teve e ela sempre tava comigo. E eu tava achando que ela tava muito tempo comigo e que de repente não ia ser legal pra ela. Ela tinha que começar também a conviver com outras pessoas. E eu resolvi, foi exatamente isso. Quando eu resolvi botar a babá foi aí que eu vi o anúncio do colégio, aí resolvi botar lá e conversar e vi que era a melhor solução..." (Heloísa, 31 anos)

As mudanças no papel pedagógico das mães, associadas aos seus novos papéis profissionais, e a difusão de novas concepções psicopedagógicas sobre as crianças pequenas, (Chamboredon e Prévot, 1986), contribuem para a formação de uma nova demanda de escolaridade infantil, que recua para a mais tenra infância, localizando este período não mais como um período que requer cuidados basicamente biológicos, físicos e afetivos mas que requer uma "adequada" estimulação psicomotora e ação pedagógica específica.

(...) "imagina ela entrar num lugar em que ela vai ter contato com várias pessoas com vários estímulos né, ela vai ver os bebês ali no berçário brincando, e aí ela vai ter várias babás em cada lugar tem uma lá, ela tem três enfermeiras no berçário, tem uma nutricionista que cuida da alimentação dela na creche, tem uma psicóloga, tem uma aula de música, tem quer dizer, já é um esquema de colégio né, de aula ela já vai se acostumar aquele horário a um novo ambiente a uma nova, um novo lugar que não seja a casa dela né..." (Simone, 24 anos)

A preocupação das mães que seus filhos se socializem corretamente, aprendam cedo a dividir, esperar e a conviver com outras crianças, parece

refletir o argumento levantado por Lasch (1991), de que a partir da década de 20, os trabalhos sociológicos que apontavam para o futuro da família (Wirth; Park; Stuart Chapin, citados em Lasch, p. 60), em função das transformações da sociedade capitalista, consideravam que esta não mais poderia ser unicamente considerada como o lugar adequado para o controle e socialização da criança. O que emergia era que "as crianças socializadas pelo núcleo familiar isolado cresciam inevitavelmente mal-equipadas para enfrentar a realidade da vida moderna" (p. 62). Esta situação, seria uma espécie de "arremate" do que se iniciou no século XIX, com a idéia de "nocividade do meio familiar", apontada no Brasil por Costa (1979), e considerada o "grande trunfo médico na luta pela hegemonia educativa das crianças", em que foram ressaltados pelos higienistas da época, a incompetência e o desconhecimento dos pais em relação ao que seriam os melhores procedimentos educacionais para seus filhos.

Assim, Lasch (1991), prossegue destacando que são enfatizadas as posições que afirmam que o mundo mercantil e competitivo, não se adequava à crianças criadas num núcleo isolado e superprotegido.

Dessa maneira, foram criadas outras expectativas para a socialização da infância, baseadas no "ideal de reciprocidade", que enaltece a amizade, a competição, e "abrem" os horizontes do indivíduo para além do grupo familiar. Ao enfatizar o relacionamento com outras pessoas fora do núcleo familiar, a criança se preparava para viver num mundo "especialmente desafiador". Lasch (1991), considera que esse processo inaugurou o que ele chamou de "superação da família" onde outras associações se tornam importantes para a

estruturação sócio-emocional do indivíduo.

"Acho que primeiro ela aprendeu a conviver com outras crianças, como ela sempre foi, como te falei, filha única, neta única, muito egoísta. Sempre teve tudo pra ela. Então, quando ela foi pra escola, primeiro, ela começou a conviver com outras crianças começou a aprender a dividir. Quer dizer, criança é meio egoísta. Ela é meio egoísta ainda, mas dá as coisas, empresta, eu achava que, no convívio, inclusive com as crianças. A acho que esse convívio é muito bom. E desenvolve. Eu achei que desenvolveu ela muito."(Heloisa, 31 anos)

(...) "Até para ela ficar mais independente, aprender essas coisas de pedir água, de esperar, de saber esperar, por que em casa, "mamãe eu quero água", e tem que ser aquela hora, eu acho que é importante ela saber que tem a hierarquia das coisas. Sabe, agora tem que esperar, agora não pode, tem outras pessoas na frente... e a vida é em sociedade mesmo, apesar de que eu saio com ela de manhã e com muitas crianças, é diferente, no colégio ali, tá ela... é aquela coisa da decisão e ela tem que resolver, prá que lado ela vai, ou ela vai ser uma rebelde lá dentro ou ela vai se encaixar e vai ver que melhor ela se enquadrar um pouquinho, sabe, ela ceder de vez em quando, ceder um pouquinho ali, sabe, tem que dividir o brinquedo com outro, tem que esperar a vez dela prá comer, na hora do lanche, ela tem de esperar a vez dela tomar banho, quer dizer, eu acho que é importante..." (Beatriz, 31 anos)

A adesão às práticas educativas em voga para a primeira infância, e a crença na ampliação dos horizontes (cada vez mais cedo), na socialização para fora do meio familiar, têm modificado os hábitos da classe média em relação a babá. As mães têm considerado que ficar com a babá não é proveitoso para seus filhos e não acreditam que essas pessoas possam estimular adequadamente a criança. Como elas próprias já não se vêem com

disponibilidade para ficar o tempo todo, também consideram ineficiente os restritos cuidados das babás.

(...) "a preocupação que eu tinha sempre de deixar filho em casa com babá era sempre essa, quer dizer porque se elas têm que fazer alguma coisa, seja lá o que for, aí põe a criança na frente da TV e... e... fica uma coisa assim, porque se eu tô pagando uma babá é prá ela brincar com ele, entreter a criança essa cosia toda né, mas se você não ficar de olho elas realmente, fazem isso né, liga a televisão e coloca a criança... (Denise, 35 anos)

(...) "e esse negócio de estar em casa, brincando com a babá e vendo televisão, é uma coisa que não acrescenta, acho que a criança tem que desenvolver o lado criativo por mais que em casa a gente invente brincadeira, nunca vai ser a mesma coisa que um colégio, que tá ali, que só faz isso, sabe, que ela tem liberdade de pegar uma tinta e se lambuzar inteira de tinta, aqui não posso deixar fazer isso, se ela rabisca uma parede já vou lá e: Poxa, não pode rabiscar, e eu sei que ela deve ter vontade de pegar um lápis e sair rabiscando tudo, porque eu me lembro que eu devia ser assim né, não é verdade?, mas em casa você tem que limitar as coisas..." (Beatriz, 31 anos)

A descrença na capacidade das babás em função das novas exigências educativas e a falta de confiança neste profissional, em função da situação de violência e desconfiança que rondam os moradores das grandes metrópoles, acentuam cada vez mais a procura pelo atendimento institucional.

(...) "Sempre, sempre pensei em creche é eu eu sou contra eu tive várias babás e... e eu te confesso que a segurança em relação à uma creche é infinitamente maior do que uma babá, a não ser que seja uma babá que te criou, que criou tua irmã, teu irmão entendeu? Que vem de família que você tenha inteira confiança, fora isso é uma questão muito difícil você é confiar, muito difícil". (Denise, 35 anos)

"Eu cheguei um dia e falei: não, realmente não vai dar não. Ela era boazinha. Não era que ela não cuidasse dele, ela tava com preguiça. Aí eu pensei: bom, se eu tivesse o filho de outra pessoa pra cuidar eu não sei se ficaria correndo atrás dele (risos). Aí eu falei: bom, coitada da mulher (rindo) eu é que tenho que tá correndo atrás do meu filho, aí eu falei: bom agora o L., vai pra creche pra eu poder ficar tranqüila fazer o que eu tenho que fazer e, depois quando eu pego ele eu cuido dele, eu dou banho nele, eu dou comida pra ele, eu vou correr atrás dele. Então, eu sei que, quando eu tiver a fim e, quando ele tiver a fim eu vou correr e quando ele não tiver a fim a gente faz outra coisa. Pronto." (Gabriela, 22 anos)

Aparece também o desejo da mãe de ficar com seu filho em casa de uma forma mais exclusiva, sem "disputas" e a interferência da babá, principalmente se o afastamento se dá por questões profissionais.

(...) "É uma pessoa só, que vai ter uma relação com seu filho né, e que seu filho vai se apegar demais a ela porque só vai ter ela, nos momentos que você não tiver. Então ele vai brincar com ela em casa, ele vai pra praça pracinha, com ela, ele vai comer com ela, ele vai tomar banho com ela, tudo com aquela pessoa, e aí quando você chega aquela pessoa também está ali do seu lado, você brinca com seu filho, mas aquela pessoa tá ali, você vai tomar banho e ela também tá ali. Aí eu comecei a achar, falei: mas, nossa mãe, mas babá é uma coisa muito petulante! Todo lugar que for vou ter que carregar uma pessoa, aí a D. vai ter eu e ela, se eu, se eu botar ela no meu colo a D.. vai pro colo dela, se eu for comprar refrigerante a D. vai ficar no colo dela, entendeu? Ou o pai que vai ficar mais afastado ainda né. Que o E. já é um pouco né..." (Simone, 24 anos)

A mudança nos hábitos da classe média carioca, principalmente no tocante a aceitação da palavra "creche", como local de atendimento educativo

à suas crianças, alterou uma situação, que durante muito tempo foi estigmatizada (Rosemberg, 1989), por manter em custódia filhos de famílias mais pobres cujas mães precisavam trabalhar, possuindo dessa forma um caráter assistencial e caritativo.

"Eu tinha meio assim um certo preconceito quanto a creche. (É esse nome "creche") é eu acho esse creche, um nome meio mudemo, não é porque parece que é uma cosia assim, que a criança tá ali só para... que você vai colocar uma pessoa pra dar banho, trocar fralda mas que ela vai ficar solta, livre e solta, sabe como é?... eu ficava muito preocupada, mas, e o lado pedagógico, né? (...) Tanto que foi muito difícil eu me decidir. E eu decidi pela creche porque a C ela era pequena, ela ter essa atenção maior como ela usava fralda ainda, essa parte da higiene, ainda mais menina, eu acho super importante ter uma certa higiene... porque no colégio... por mais que seja colégio pra pequeninino..., mas não é uma coisa que na creche... você tem um espaço dedicado aquilo, você tem um banheiro tem negócio de chuveiro, esse negócio de tomar banho, lá, isso também eu acho o maior barato, sabe, tomar banho, porque esse negócio do banho é uma coisa que a criança meio..., ela não gosta muito de... que lavem a cabeça, aquela coisa né... então eu acho super legal aí eu... eu quando eu tava, acho que eu já estava grávida do B., eu falei: "Meu Deus, o B. vai nascer, a C. vai ser pequenininha, e a creche vai me dar um apoio ainda maior, porque ela já vem de banho tomado, ela já vai estar mais preparada, vai chegar no final do dia, ela já estar mais... porque ela chega em casa já cansada e vê o irmão junta o ciúme, aquela cosia toda, pelo menos ela já tomou banho, já jantou, vai brincar um pouquinho e daqui a pouco vai dormir, quer dizer, eu acho que me ajuda muito, sabe, me ajuda muito." (Beatriz, 31 anos)

Com a transformação no discurso familiar, médico e pedagógico em relação ao significado da infância e conferindo à primeira infância o status de

"ante-sala" da escola, a creche e a pré-escola passam a ter maior relevância dentro do sistema formal de educação.

(...) "me explicou tudo e me falou até pra visitar outras creches e tal não sei quê, quer dizer, eu achei muito legal. E. a B. trabalhava lá que eu não sabia. Na época até encontrei com ela lá e ela me falou muito também,. Quer dizer, a D. já ia ter né um tipo de trabalho de motricidade que é com ela que, eu sei que é uma pessoa legal. E fui ao berçário, vi o berçário, quer dizer, cada um no seu bercinho e tal não sei quê. E. a N. me falou: não, eles tem uma adaptação você fica aqui com ela... quer dizer, uma coisa aberta... eu senti assim que era uma coisa legal que eu não tive a mesma impressão, quer dizer, na (...) eu acho que é muito do... da explicação do lugar? Olha: aqui é o seguinte: Na (...) não. A mulher chegou, me mostrou a creche toda. É isso aqui: aqui é o quarto, aqui é que eles vão tomar banho, aqui é a cozinha, aqui eles vão comer, e aqui é não sei o quê. Tem horário disso, disso e disso. E é assim assim e assim. Falei: tá bom..." (Simone, 24 anos)

Atualmente as instituições de atendimento à crianças de classe média, nomeiam como "creche" os locais que atendem principalmente crianças de 0 a 4 anos, com infra-estrutura de berçário e compreendidas dentro de um sistema mais amplo que comporta os princípios psicopedagógicos da pré-escola (Oliveira e Ferreira, 1989).

(...) "Eu jamais tive dúvidas a respeito da creche. Eu jamais... Na hora, na hora, na hora que eu falei, que eu decidi ter uma babá eu jamais tive dúvida a respeito daquela babá. Achei que ela era boa. Achei que ela fosse legal. Até descobri que realmente não funcionou. Tudo bem. Não tem problema. Na hora que eu decidi botar o L. na creche achei que tava fazendo o melhor pra ele. Nunca tive assim a menor dúvida..." (Gabriela, 22

anos)

"Puxa! Aí eu falei: nossa! Mas como é que eu tava em dúvida? Aí eu falei: como é que eu podia pensar em botar uma babá, em vez de colocar numa creche... Quando eu fui no (...) falei: Ah! É aqui! Quando eu entrei falei: Meu Deus que creche maravilhosa! Aquela coisa, tudo limpinho assim, eu adorei!" (Simone, 24 anos)

(...) "A M., começou também com, com 8 meses, em São Paulo, meio período também, porque eu também tinha mais facilidade na questão do trabalho, entendeu? Mas eu sou super favorável à creche, a partir do dessa idade 8 meses, 6 meses, 8 meses eu... essa eu acho que é uma opção prá uma mãe que trabalha é uma opção... eu encaro no meu caso eu sempre encarei como a melhor opção". (Denise, 35 anos)

A questão da "opção" e da "dúvida" ainda aparece muito no relato das entrevistadas. A situação de "melhor opção", "comparação com babás", "certeza e incerteza", parecem se respaldar numa história ainda muito recente da presença da criança nessa faixa etária em casa, com mãe, babá ou familiares (principalmente a avó).

Uma das entrevistadas comenta o fato de sua mãe ser "contra" a creche,

(...) "Aí, eu me lembro, nessa época, e a minha mãe era contra creche, não era contra... Ela diz isso: não, eu não sou contra. E ela hoje em dia adora né, creche e tal. Mas ela lógico como não época dela, ela falou: bota uma babá dessas maravilhosas que fazem tudo pra você. Você vai poder dormir melhor, aqueles conselhos de mãe, você vai ficar mais descansada ela vai ficar com a D. você vai poder sair de noite e ela faz a comidinha da D., direitinho, uma comidinha boa, é, cuida das coisas todas da D. você vai poder ter a sua vida... Tem essas coisas todas boas, mas não

é, eu não acho que seja a melhor coisa. Se você pode ter os 2, melhor ainda né. Você tem a babá prá cuidar dessas coisas, você para ficar com seu filho, e a creche no horário que você não tá, né? Mas no meu caso eu não podia. Que eu, ou eu investia na babá ou investia na creche..."(Simone, 24 anos)

Quando é possível, as mães realmente parecem dispor do esquema creche/babá, ficando esta principalmente com os encargos físicos (cuidar da roupa da criança, comida, etc.). O que parece não ser mais possível, principalmente a partir de um ano, como veremos na categoria "Auto-Imagem feminina", é que a criança não frequente uma instituição que permita a estimulação adequada a um bom desenvolvimento.

(...) "Aí eu visitei. Que aí eu falei: e aí eu fui abrindo mais porque aí eu conversei com outras mães também, amigas e tal não sei quê, todas elas: não, bota na creche, melhor coisa. "A minha filha fica na creche de 7 às 7 da noite". E ali na (...) porque ela trabalha em horário integral".
(Simone, 24 anos)

Mesmo a opinião de pediatras, que muitas vezes não recomendam a creche por acreditarem que a criança pequena fica mais exposta ao contágio de doenças, ou como diz a mãe entrevistada, "não se socializa", parece não ser levada muito em conta, em função do "leque" de opções atuais da mãe.

(...) "É o ponto exato. Eu achava que tinha que ser apesar d'eu conversar com o pediatra dela que o pediatra dele era contra, como todos os pediatras eles acham que só a partir de 2 anos só que se deve colocar na escola porque a criança não se socializa a referência dela é a mãe é a

casa é isso é aquilo e mas eu achava que pra ela era importante e foi uma coisa tão espontânea sabe, parece que ela pedia aquilo entendeu, eu sentia necessidade eu via ela convivendo com as outras crianças ela já tava querendo isso né. Então foi, foi uma decisão sem, sem traumas pra mim entendeu? Eu tô deixando a minha filha numa creche eu tô largando a minha filha quer dizer eu não sentia isso não." (Nanci, 40 anos)

A mãe não quer mais a interferência ativa da babá na educação do seu filho. A sua "cabeça psicologizada", e a preparação da primeira infância reconhecida o panorama educacional como um estágio de riquíssimo potencial, afastam a sua figura. Ou então a profissionalizam de tal forma, como a "babá-enfermeira" (recrutada nos primeiros meses, ou até cerca de um ano, nas classes média-alta, principalmente) profissional cara, e com curso preparatório para lidar com bebês.

(...) "experimentei uma babá que eu detestei! Nossa mãe! Também não peguei uma babá muito boa, né? Teve uma, primeiro, que as melhores eram muito caras, eu achava um absurdo assim, uma cobrava 7 salários. Meu Deus; eu vou pagar 7 salários pruma babá ficar...? não dá. Aí experimentei aí essa assim que ela num, que ela já tinha trabalhado em creche, mas ela nunca tinha sido assim só babá. Horrível! Mas, nossa mãe! Não deixava a D. um minuto com ela." (Simone, 24 anos)

A mulher, com o novo espaço social adquirido em função das recentes transformações culturais e ideológicas de sua socialização e , inserida na sociedade capitalista consumista, tem acentuado na sua vida valores relativos à conhecimento, competência e conseqüentemente o

aprimoramento das condições de competitividade. Assim o que se vê, é que a profissionalização da maternidade, leva a uma profissionalização da infância, numa sociedade que pouco ou quase nunca legitima situações em que "amadores" se encarreguem da educação de seus filhos.

(...) "e o exemplo da escolinha de natação do (...) é mais pra eu tentar concluir o seguinte: que, a natação, assim como a escola que eu vou escolher, ou qualquer outra atividade dentro dessa esfera, porque educação pra mim é uma coisa muito ampla tá na vida da gente, é muito global. Então, eu vou querer, em todas essas esferas, ou na esfera da natação, ou na hora do computador, o que for, eu vou querer, que pessoas altamente especializadas, pessoas com formação, pessoas com especialização nas faixas etárias x, y, z pessoas com competência e sérias trabalhando com o meu filho, tá?" (Zélia, 43 anos)

Uma educação que formalmente começa cada vez mais cedo,

(...) "Eu acho que colégio é fundamental para a educação, que ela, metade do tempo ela tá no colégio, e outra metade ela está aqui. Eu acho importante a coisa ir junto. Acho que ajuda muito também na educação, essa coisa de escovar dente, agora no começo que ela é pequenininha, de fazer xixi, essas coisinhas que são do dia-a-dia, mas que se você não começa no certo, depois é difícil: você... então eu acho importante isso, a escolha foi por causa disso, dela ter o momento dela, ali ela pudesse brincar com outras crianças, pudesse ter convívio com outras crianças, pudesse ter novas experiências..." (Beatriz, 31 anos)

(...) Ficar numa escola com outras crianças do que em casa com uma babá que, pra ela não vai ter a menor graça e, vai ser muito melhor na escola. Ela vai tá se desenvolvendo. Tanto que quando ela foi pra escola ela começou a falar

muito mais... Começou a falar, bem mais explicado. Pra mim a escola foi ótimo. Uma solução ótima." (Heloísa, 31 anos)

A preparação de uma "nova criança" (Castro, 1996), aponta para mudanças mais globais na sociedade, onde a visão de progresso e aperfeiçoamento, tem na criança (com toda a informação que a ciência permitiu" possibilidades especiais e cada vez mais "refinadas" de preparação para a vida produtiva.

"Tudo, tudo, antes dele nascer eu já pensava em que colégio meu filho ia estudar, porque eu tenho uma preocupação, porque eu acho que isso é "handicap" positivo na vida, você ter uma boa base escolar, uma boa instrução, uma boa alfabetização." (Natália, 35 anos)

Atualizar-se, estar bem informado, de modo a permitir o crescimento intelectual do filho, implica em pais atentos as últimas descobertas da ciência. Recentemente a revista *Veja* (Ano 29, no 12, de 20/3/96), publicou reportagem intitulada "Como funciona o cérebro das crianças — Qual a melhor idade para aprender línguas, matemática e música".

A reportagem baseia-se em pesquisas recentes de neurobiologistas da Universidade de Wayne, nos E.U.A. e publicadas na revista americana "Newsweek", onde o cérebro da criança é comparado a um chip de computador que sem os programas que o fazem funcionar é apenas uma pastilha de silício. Os programas das crianças seriam a estimulação adequada que os cientistas chamaram de "janelas de oportunidades", que se abertas no

tempo certo a criança explora em situação "ótima" potencialidades como musicalidade, raciocínio lógico-matemático, inteligência espacial, linguagem entre outros. É no mínimo curioso a imagem que a revista faz ao mencionar que por mais assustadora que seja, os cientistas afirmam que "cada velinha de aniversário que uma criança assopra, é como se ela estivesse fechando janelas de oportunidades, que jamais serão abertas uma segunda vez".

Com isso têm-se experiências como a da linguagem, relatadas por um neurologista paulista que afirma que a idade ideal para aprender uma língua estrangeira é até os 3 anos de idade, onde a facilidade para tal é até quatro vezes maior do que entre adultos. E ressalta: "Não é à toa, que o ensino de inglês para bebês de 1 ano tornou-se relativamente comum entre famílias abastadas".

Dessa forma, este tipo de informação acerca do "despertar da inteligência", leva à uma busca cada vez precoce, da estimulação correta ao desenvolvimento intelectual do filho, levando às mães ao medo de "se atrasar" ou não oferecer os estímulos corretos na "hora certa", gerando sempre muita ansiedade à respeito das propostas educacionais oferecidas.

(...) "Tudo, eu acho educação difícilíssimo. Porque é uma coisa que por mais que a gente leia e converse com outras pessoas... é uma coisa muito difícil... a educação que você dá, daí a educação vai depender o futuro, muita coisa do teu filho, como é que ele vai encarar as coisas, as pessoas, a vida, as dificuldades. Eu tenho muito medo de errar..." (Beatriz, 31 anos)

(...) "Na educação eee... eu acho que as coisas tão ficando muito acessíveis né, a tecnologia tá

mostrando isso prá gente então as coisas tão assim bastante acessíveis, hoje as crianças aprendem com uma velocidade muito rápida né eeee... e eu acho que vai dar uma virada realmente já está dando as profissões tão mudando, as coisas estão acontecendo e acho que a genteeee..." (Denise, 35 anos)

(...) "quer dizer, as coisas que me preocupam são essas dar uma estrutura pro F. em termos de felicidade interna, segurança, que ele seja um menino que tenha coragem de ousar e se sinta seguro, amado, sem ser protegido não é protegido, mas que seja um adulto seguro e que tenha uma educação que lhe permita competir, num nível aí profissional, onde quer que ele vá se meter." (Natália, 35 anos)

São estas informações e a "corrida" dos pais para a "habilitação" do seu filho ao mundo moderno que tem configurado o atual processo de desenvolvimento humano, que nas palavras de Castro (1996) "reflete a inexorabilidade da história individual enquanto pré-destinada a percorrer um único caminho: o da emancipação, o do auto-controle e o da submissão ao bem coletivo"(p.12).

A reportagem da revista *Veja* (20/3/96), no entanto, pondera, os transtornos que podem advir da estimulação exagerada, e dos limites de se "programar um cérebro infantil a partir de uma seqüência infalível de estímulos dados por pais e professores".

Parece que em algumas questões se faz necessário uma certa cautela. Como ressalta o relato desta mãe que aponta para uma verdadeira "neurose" com relação aos resultados esperados pelos pais,

(...) "Porque eu acho que isso virou uma neurose hoje em dia. Primeira coisa que você escuta, pelo menos eu escuto as pessoas conversarem de escola, mães, etc. Eu vejo uma preocupação nisso. Ah! Mas olha! O primeiro colocado na UERJ foi da escola tal, ah! O primeiro..." (Nanci, 40 anos)

4.2.3 - Trabalho

"A volta pra casa o mais cedo, eu me lembro que no meu primeiro dia de trabalho 5 minutos pra mim era muito tempo. Era muito tempo eu saía assim que nem uma louca do trabalho eu ficava, era um desespero pra mim. Hoje não." (mãe entrevistada)

A questão do trabalho nos relatos que ouvimos parecem enfocar três registros distintos que organizamos da seguinte forma: trabalho profissional, trabalho alternativo e trabalho doméstico. O que emergiu de forma significativa nas declarações sobre trabalho, é que nenhuma das entrevistadas se posicionou como não trabalhando. Todas elas tinham curso superior e declararam sempre ter trabalhado. Entre estas, duas, afirmaram ter dado uma "parada", para o nascimento e criação dos filhos pequenos, mas disseram ter algum vínculo trabalhista com familiares (comparecendo cerca de 2 a 3 tardes semanais), mas declarando em outros momentos não trabalhar e estarem esperando que as crianças cresçam um pouquinho para retornar (esse assunto será mais amplamente discutido no que chamamos de "Trabalho alternativo").

O trabalho profissional, aparece como decorrente da maior participação feminina como mão de obra na sociedade industrializada, aumentada pela expansão da educação da mulher, da ampliação das pautas

de consumo das classes médias, mas também atrelado ao projeto de realização pessoal para além da maternidade e a vida doméstica.

(...) "Eu curti mas não era também o meu universo isso só, e eu precisava voltar a trabalhar, não só por necessidade como também aquela coisa que eu te falo da carreira, carreira é um investimento, carreira é alguma coisa que você gosta, carreira é alguma coisa que você... faz para ter um retorno seja ele de que ordem for. Então quer dizer, eu na verdade com 5 meses já estava a todo vapor, quer dizer eu chegava mais tarde no escritório, saía mais cedo, não sei o que, até me conscientizar que não dava para manter assim, aí, comecei com um ritmo mais firme, e hoje em dia..." (Natália, 35 anos)

Para essas mulheres o nascimento dos filhos e todas as implicações que daí decorrem, não justificam seu afastamento do trabalho.

Uma entrevistada faz a comparação com sua própria família de origem, justificando dessa forma, a importância desse aspecto na vida da mulher que fez esta escolha.

(...) "Olha só, eu ahn... eu venho de uma família que somos três irmãos e a minha mãe sempre, a vida inteira também trabalhou fora, com três filhos né, então ahn... eu tinha outros exemplos da família né que eu tinha outras tias que nunca trabalharam fora e também tem 3 filhos e eu sempre fazia uma analogia, pôxa nós, eu acredito que a minha família, da minha mãe, mesmo ela trabalhando fora ou até ela trabalhando fora, a característica, e o biotipo da família é muito mais saudável, foi muito mais saudável do que uma mãe que ficou em casa e que teve 3 filhos que só dedicou a casa a cuidar dos filhos e somente isso eu sempre fiz muito essa analogia né, então a a eu via sempre faz... é pontos positivos né, nós somos a...a... pessoas independentes, nós somos pessoas batalhadoras, nós somos pessoas... mais

ativas né, eu sempre via muito fator positivo nessa questão então eu eu nuncaaa... tive medo assim de voltar a trabalhar não até porque eu acho que hoje em dia essa questão dá... das creches essa coisa toda ela tá favorecendo bem esse aspecto né, de certa forma você tem creches que te dá segurança, que você se senteee ahn... segura em ir trabalhar né..."(Denise, 35 anos)

Essa "racionalização" da importância do projeto profissional sobre a questão dos encargos da maternidade, vai se contrapondo aos conflitos que decorrem da administração do cotidiano doméstico,

"Olha eu eu me sinto vou te dizer ahn... extremamente assim às vezes, extremamente estressada, muito estressada sabe, porque? Porque a mulher hoje, ela tem que ser pelo menos umas cinco seis mulheres porque é a mulher da casa é a mulher dos filhos é a mulher do marido é a mulher do trabalho é a mulher dela mesma porque ela tem que se cuidar ela tem quee... entendeu então no mínimo são cinco mulheres que você tem que lidar diariamente né então não é fácil não a a sensação mesmo às vezes é de muito stress, muito cansaço, entendeu às vezes você tem vontade de dizer ah! Eu queria ir prum lugar sozinha, ficar assim, uma semana, prá relaxar, prá descansar, prá num..." (Denise, 35 anos)

Dessa forma ficam também muito explicitadas as ambivalências em relação a conjugação do projeto profissional x maternidade. A fragmentação da identidade feminina apontada pela entrevistada, que diz se ver em "5" mulheres diferentes, é motivo de "stress" e muito conflito.

"Então eu sempre tenho que depender de alguém minha empregada vai embora na sexta volta na segunda-feira e durante a semana não tenho

estrutura física pra poder fazer isso né. Porque é um ritmo muito violento eu acordo às 6 1/2 da manhã, arrumo a N me arrumo, vou pro trabalho muito difícil mas... às vezes eu entro muito em depressão, com relação a isso puxa vida sabe, meu Deus será que é isso, até quando vai durar tudo isso... Porque também eu, eu vi que todas essas passagens, eu vi que eram todas passageiras acho que era o que me animava entendeu, um pouco eu sabia que tudo isso uma hora ia passar entendeu e eu eu acho que eu passei bem essas fases mas eu acho que eu fui muito, muito, muito mãe só, durante um bom período muito muito mãe..". (Nanci, 40 anos)

A necessidade de uma empregada doméstica sem a qual não seria possível o cotidiano da família torna a questão da dependência desta profissional uma situação fundamental e imprescindível.

Nos casos em que a empregada faz às vezes de babá, por conta da ausência da mãe, surge o ciúme e a frustração diante da situação.

(...) "uma pessoa de confiança também em casa que também te cubra, e hoje em dia é muito difícil isso, quer dizer então você se estressa muito, você tem medo, você tem angústia de pensar que de repente essa pessoa vai sair, que vai acontecer alguma coisa, como é que você vai ficar, entendeu? Quer dizer, passa muita coisa pela sua cabeça... quer dizer, o seu mundo, ele tá estruturado e aí de repente uma peça que que falte desestruture e aí dá uma confusão né? Então éé... a criança adocece, como é que você faz, poxa ela tá doentinha você queria ficar com ela, ela ficou em casa com a empregada, entendeu? Têm dias que a minha filha acorda ela vai pro quarto da empregada ela não vai pro meu quarto quer dizer isso isso me deixa assim extremamente por uma lado satisfeita, que eu confio nela, é sinal de que ela gosta da empregada mas por outro sinal eu fico poxa eu sou a mãe, quer dizer ela acordou devia ter vindo pra minha cama, me dar um beijo, não ela foi falar com a empregada, quer dizer, são ônus né, que

você também tem que arcar né, preocupações, essa coisa toda..."(Denise, 35 anos)

A mulher profissional, se insere num mundo masculino de padrões de realização profissional, que pouco ou quase nenhum lugar tem para abrigar os encargos adicionais advindos com a criação dos filhos, que ficam basicamente a seu cargo.

"Competição! Exatamente, não é concorrência é competição! A palavra é competição então um parece que tá querendo sempre desvalorizar o seu trabalho em função do trabalho dele ou supervalorizar o dele entendeu então... é muito desgastante sabe é uma coisa assim bem... desgastante."(Natália, 35 anos)

Vivendo no mundo da competição dividida entre papéis de profissional e mãe, a mulher se ressentida da dificuldade e da falta de espaço social e pessoal para dar prosseguimento ao seu projeto de vida, que inclui a carreira, além da maternidade e do plano pessoal. Como ressalta Oliveira (1991), "as mulheres se vêem obrigadas a tentar tornar compatíveis dois estilos de vida, dois registros intelectuais e afetivos, dois modelos de conduta cotidiana (...) elas têm de aceitar o paradoxo do universal e do particular, colocado por uma sociedade que as universaliza como produtoras e as particulariza como mulheres."(p. 47).

(...) "É por exemplo, se ela se ela tá doente, alguma coisa assim, já é uma coisa que eu não vou bom mas hoje eu vou fazer ela tá em casa eu vou chegar entendeu? Eu não vou encontrar com ela, ela tá domindo eee... é você tá sempre em conflito, sempre sempre sempre em conflito... você

tá sempre em conflito, sempre se cobrando, se questionando, será que tá certo, será que eu tô fazendo certo, será que... às vezes eu acho ela um pouco magrinha né? Aí eu falo assim, será que isso é falta de cuidado, será..." (Denise, 35 anos)

Os conflitos se estabelecem principalmente nos momentos em que o filho está doente e não existe um "espaço justificado" para que a mulher se ausente do trabalho para atender o filho. E a vida cotidiana sobrecarregada, pois quase nunca o marido participa das tarefas domésticas ou dos encargos com a educação dos filhos (fazer dever de casa, ir à reunião na escola, levar ao médico, etc...)

Em oposição à ambivalência e aos conflitos relatados, ocorre também a existência de situações em que a mulher "racionaliza" a questão, e mantém sob controle esse momento. Ela busca o apoio no colégio e encontra o "lugar" para ela e para o filho.

(...) "Funciona maravilhosamente bem. Eu acho que inclusive, eu sou menos chata, menos ranheta, mais rica internamente por trabalhar, do que se eu ficasse o dia inteiro atrás do F. Eu acho que criança precisa de atenção sim, mas eu acho que hoje em dia, a criança consegue entender que mamãe tem que trabalhar. A hora que eu estou no trabalho, ele tem o colégio dele. Nós temos coisas para fazer. Ele às vezes me diz que sente falta, eu sinto saudades dele também, às vezes. Às vezes eu quero sair da cidade cinco horas pra pegá-lo no colégio, e faço. Mas de uma maneira geral, essa é a vida. Não tem muito como não gostar disso, essa é a nossa vida. Eu gosto do meu trabalho, então eu tenho prazer e a coisa funciona bem. Ele tem a escola dele, as coisas dele tem prazer. Então a coisa funciona. Graças a Deus, a gente tem prazer, porque podia ser uma coisa obrigada que aí eu acho que seria uma coisa mais terrível, mas eu não sofro com isso, com ter que trabalhar todo dia. Pelo contrário, eu gosto."

(Natália, 35 anos)

A questão do prazer em trabalhar e a importância desse fator na vida pessoal, com certeza é muito valorizada na vida das mulheres que têm um projeto profissional mais elaborado e valorizam suas carreiras. A própria procura das pré-escolas tem auxiliado na prática, a execução desse projeto.

(...)“O escritório é meu, o que é muito complicado você se afastar, mas eu consegui montar a coisa de uma maneira que o escritório funcionou, eu não perdi cliente, mas eu fiquei 4 meses sem ir. A minha proposta era ficar 6, 6 não deu, aí eu comecei a ir uma vez por semana, duas vezes por semanas, de repente você está indo três, mas eu saia as quatro da tarde, enfim você vai montando a coisa, montando, montando até (...) A verdade hoje em dia olhando para trás é que eu sei que eu não agüentaria ficar um ano sem trabalhar, nem poderia porque a gente vive do meu trabalho, a gente não tem outras rendas, outras maneiras de viver, o que sustenta a mim, eu não tenho outra fonte. Então, eu não poderia mesmo que quisesse.”(Natália, 35 anos)

As entrevistadas expressam culpa e conflito por terem que se ausentar para trabalhar, principalmente nos primeiros meses e no primeiro ano de vida de seus filhos. A partir daí, as culpas são minimizadas pois existe toda uma justificativa social para que elas sigam sua vida pessoal e a própria vida da criança que, como vimos na categoria “profissionalização da infância”, já parece ter socialmente na primeira infância, espaço definido.

“Olha. Ele foi prazeroso, claro, eu reclamava muito que eu não tava trabalhando, isso que pra mim era muito complicado isso né. Então eu, eu

ao mesmo tempo eu reclamava ao mesmo tempo eu gostava de ficar só cuidando dela mas ao mesmo tempo eu ficava o tempo todo me culpando porque que eu não tava trabalhando, ao mesmo tempo eu queria trabalhar, mas não queria deixá-la enfim foi é complicado isso quer dizer eu ficava muito dividida com esses sentimentos entendeu (...) Estar o máximo possível do tempo junto dela só que antes essa necessidade minha era maior, agora que já tem um ano que eu já tô trabalhando isso já tá... já não tenho tanta culpa tanta sabe porque a N. eu não fiquei com ela x horas por dia. Isso eu já não tenho mais." (Nanci, 40 anos)

"Não, foi uma coisa que eu sempre soube que tinha que acontecer. No começo eu me sentia muito culpada, muito dividida, muito preocupada, mas eu ia também numa boa, não sofria o dia inteiro mas tinha momentos assim de... de grande preocupação, aí é quando você começa a sair assim dessa fase muito fixada na maternidade, que você começa a ter outros desejos de tomar um chopp ou de ir a um cinema ou de não sei o quê, começa uma coisa de culpa também, põxa além de trabalhar ainda caio um pouco na gandaia tô negligenciando o filho e não é bem por aí também, porque tudo tem o seu... o seu tempo né..."(Natália, 35 anos)

No entanto, o que podemos perceber nos sentimentos que permeiam estes discursos, é que a mulher lamenta a ambigüidade que permeia a sua inserção no âmbito público e privado, se sente muitas vezes culpada, outras racionaliza, e diz que é assim mesmo, referindo-se à importância da sua individualidade, assim como a de seu filho. Mas o que parece ser comum, e um elemento integrador de todas estas falas, é que a mulher não se vê fora da vida profissional, nem o modelo de sua mãe, que na maioria dos casos se dedicou a família é invocado como modelo a seguir, e nesse sentido ele não se apresenta como modelo idealizado para estas entrevistadas.

Entretanto, é importante ressaltar que a grande parte dos trabalhos que tivemos conhecimento, onde é discutida a conciliação do papel de mãe com o profissional, é enfatizada a questão de que o conflito vivido pela mulher nesta situação, se expressa em função de uma vivência contraditória, onde suas expectativas quanto ao desempenho do papel de mãe, estaria vinculada à expectativa em exercer este papel nos moldes tradicionais, como suas mães, em função de um modelo internalizado e portanto se tornando ponto de conflito no momento em que exercendo uma profissão isto se torna muito difícil. Nesse sentido, os relatos que ouvimos, apontam para as dificuldades, para os conflitos, em adequar questões da vida privada (entre elas a maternidade) com a vida pública, mas não se evidenciou a necessidade de recorrer à modelos anteriormente internalizados. O que parece ser corrente hoje, é que as mulheres se vêem como profissionais, sentem o peso da pertinência à dois mundos distintos, mas suas expectativas e ideais com a maternidade e a vida doméstica, estão mudando bastante. A mãe quer estar com seu filho, mas fala de uma maternidade, onde se acentuam desejos e expectativas muito próprios e ligados à valores da vida moderna, valores estes que estamos discutindo na análise destas entrevistas.

Algumas mulheres fazem a opção por parar de trabalhar durante o período do nascimento, e enquanto seus filhos estão pequenos. A questão da "opção" aparece, pois não é sempre que os aspectos subjetivos podem ser preponderantes aos aspectos econômicos

(...) que quando eu soube que eu tava, também aí
começou uma nova fase que eu achei legal assim,

que eu acho que mesmo eu sendo nova eu PAREI a minha vida assim. Claro também tem pessoas que não têm, não têm condições né, que tem que trabalhar né, que têm uma outra condição né... que têm que sobreviver de uma certa forma, mas no meu caso eu falei: pô, que legal, vou ser mãe! Então agora vou me dedicar..."(Simone, 24 anos)

"(...)Quando veio assim, foi uma coisa que foi muito boa pra mim. Eu tinha vinte e oito anos. Eu me dediquei totalmente pra minha filha. Pra D. quando eu soube que tava grávida eu comecei a até a pegar menos coisas no trabalho. Sabe, a diminuir o ritmo. Curti muito a minha gravidez sabe? Todos os meses, tudo. E abri mão, quer dizer, até do trabalho eu abri mão. Quando ela nasceu eu resolvi abri mão de tudo e ficar só com ela, tanto que eu não tive babá. Tive enfermeira por três meses depois fiquei sozinha com ela." (Heloísa, 31 anos)

Em relação ao que denominamos de trabalho alternativo, podemos observar nos discursos, que o trabalho para essas mulheres se configura de uma forma "alternativa", ou seja, ela opta por parar de trabalhar por um tempo e pretende voltar, ou diminui o ritmo, o número de horas, para ficar mais próxima do filho, nessa fase inicial.

"Minha, foi opção minha, tá? Eu falei: não, agora, acabou vamos dizer assim, eu vou agora pensar em mim, vou pensar no neném tá, chega porque em verdade o que que aconteceu? (...) Então, o que que eu fiz? Fiz opção pelo menor, ora, sou contratada por isso então vou fazer isso. E aí fiquei ainda na parte administrativa por um tempo até conseguir (...) aqui perto, que é o que a gente trabalha menos e é isso que eu quero, já que eu tô grávida eu quero ter mais tempo prá ele, pro meu filho". (Zélia, 43 anos)

A entrevistada que coloca a opção anterior, argumenta que isso se

deve ao fato de no atual momento da sua vida, haver lugar para essa escolha

"Eu tive, eu tive essa opção. E até já tinha vivenciado em termos profissionais grandes coisas pra mim, vamos dizer assim, né? Quer dizer, talvez já tinha vivenciado na vida profissional as coisas até que eu queria; ao passo que se eu tivesse 20 anos eu estaria com aquela sensação de perda, de frustração talvez, entendeu? Poxa eu queria tá fazendo isso, não tô podendo, não sei, isso aí também o se não existe na história, né? Mas de qualquer forma, com 20 anos eu não teria isso, eu talvez não conseguisse estar com ele como eu gostaria, tá? E como eu consegui aos 40..." (Zélia, 43 anos)

Esse tipo de escolha parece se fazer em função do projeto profissional "abraçado" pela mulher. No caso da entrevistada que aos 40 anos, diz já ter conquistado muita coisa e prioriza o momento da maternidade, a alternativa se faz em cima de todo um espaço profissional já vivenciado, e no seu caso com possibilidade de ser temporariamente interrompido.

Para outras mulheres a escolha é orientada em função de que o projeto da maternidade se torna mais importante que o profissional, ficando este em segundo plano.

(...)" pelo menos eu já realizei grande coisa, acho que tudo que eu queria fazer na minha vida já fiz, casei, tenho pais, meus pais estão vivos, meu irmão, tenho meu marido que adoro e meus filhos e o que posso querer mais na minha vida? Realmente... a única coisa que está meio congelada, meio assim, separadinha é o meu lado profissional que está meio adormecido mas isso eu ainda tenho tempo para desenvolver quer dizer, acho que daqui há uns dois anos, dá pra ir voltando aos pouquinhos e daqui a pouco engrenar." (Beatriz, 31 anos)

No entanto, para algumas mulheres a "parada profissional", não se concebe como apropriada ao projeto de vida contemporâneo,

"É trabalhei a minha vida inteira num ritmo brabo, mas achava legal, inclusive porque sempre que eu via mães indo para pracinha eu olhava com certo desprezo, assim dizendo, pô, pessoal desocupado... Quando eu comecei a freqüentar a pracinha eu achei que eu não ia me adaptar aquelas mães, elas eram mais novas do que eu, elas não trabalhavam que é um negócio que me impressionava moças jovens, que nenhuma ali tinha marido milionário nem nada, mas era uma opção não trabalhar, cuidar de um filho, opção de casal, e eu achava aquilo ali um espanto, prá mim aquilo era um espanto, e eu até achava que eu não ia me integrar, mas acabei fazendo ótimas amigas na praça, que são minhas amigas até hoje, eu sai da, eu, parei de ir à praça há muito tempo, mas algumas amizades, da praça eu mantive, gente muito legal, gente... ótima." (Natália, 35 anos)

Existe mesmo uma contemporaneidade do trabalho, como ressalta Poggio (citado por Oliveira e Ferreira, 1989), onde examina a mudança qualitativa no papel e na forma em que se dá atualmente a participação feminina em relação a seus papéis tradicionais e as necessidades de produção, e conseqüentemente, de consumo.

Essa contemporaneidade do trabalho ao nosso ver, passa pela maior importância na sociedade do trabalho produtivo, e ao mesmo tempo confere a mulher que se "formou", uma identidade social mais valorizada.

Nesse sentido, as entrevistadas, mesmo as duas que declararam ter dado uma "parada", relataram ter algum vínculo com o trabalho.

(...)”Eu fiquei com o escritório, tomando do escritório dele aqui... mas assim, uma coisa bem devagar... e vou à cidade de vez em quando, umas três vezes por semana... tem outras pessoas responsáveis lá.. não sou só eu, mas o escritório está praticamente parado, porque como ele foi morar lá fora, os negócios dele foram todos transferidos pra lá, mas ele tem as coisas dele aqui, tipo o apartamento, tem que pagar contas, é mais pra ver a vida pessoal deles. Então está bem devagar, mas eu tenho projeto de fazer outras coisas. Inclusive o meu marido trabalha com comércio, chega final de ano eu sempre trabalho com ele. E eu sou muito agitada, eu não consigo ficar parada ali, curtindo o filho, acho lindo quem consegue”. (Beatriz, 31 anos)

(...)”Eu tinha um escritório e ainda tenho, eu represento um escritório (...) aqui no Rio. Isso não me dá muito trabalho. Eu sempre mantive isso porque eu só vou uma vez na semana só. E as outras coisas que eu tinha eu abri mãos pros filhos entendeu? Agora, quando o S. parar de amamentar e já tiver até indo pra creche aí sim eu vou voltar a trabalhar mesmo. Mas, até uma certa idade eu fico com eles. Com a D. foi um ano que eu fiquei praticamente sem trabalhar.” (Heloisa, 31 anos)

A mulher “moderna”, reluta em se ver identificada com a “domesticidade”, nos termos em que acentua Lasch (1991), ao examinar o “culto da domesticidade” dos anos 50, (p. 156). A aversão é tão grande que existe até uma vergonha ou desqualificação quando a mulher se declara “do lar”.

Nesse sentido, é interessante ressaltar a declaração recente de Daniela Thomas, cenógrafa e cineasta, filha de Ziraldo, no caderno “Mulher” do “Jornal do Brasil” (29/6/96), ao referir-se ao descaso com que sua mãe é tratada pela imprensa por ser “apenas dona de casa”.

Eu não me vejo fazendo isso, sou incompetente, não sei fazer um almoço. Faço um castelo cenográfico, mas não consigo criar o espaço familiar, o espaço do aconchego, é muito esquisito. Acho trágico no mundo de hoje alguém como minha mãe, que viabilizou a vida de quatro pessoas quando nós estávamos tão preocupados cada um com a sua viagem, dizer que é dona-de-casa e ser considerada desinteressante, uma cidadã de segunda classe. Que sociedade é essa que não prestigia essa pessoa? Não sei.

O trabalho doméstico, categoria à qual nos referimos no início desta análise, para as mulheres entrevistadas, tornou-se uma questão unânime, onde todas afirmaram "não se ver", "não gostar", "fazer o necessário", e todas procuram a ajuda da empregada doméstica.

"Olha, eu da tarefa doméstica eu só gosto da parte da organização da casa tipo ver se os armários tão bem, se as coisas tão certas só, porque cozinhar eu detesto, lavar eu tenho horror, passar, menos ainda, entendeu? Eu não tenho nenhuma afinidade com essas coisa não tenho mesmo! Meu marido diz que eu sou um perigo na cozinha, que é preferível eu não chegar, porque realmente eu não gosto, não sou, assim, não gosto, eu faço aqui o mínimo necessário, o mínimo (riso) essa é uma faceta quee... sei lá é que..." (Denise, 35 anos)

"Nada. Nada. Nada. Eu detesto. Detesto. Eu só, só... Eu odeio bagunça aí quando está bagunçado me dá a louca sabe? Mas, o resto, Deus me livre! Podendo passar adiante... Mas em Londres eu fazia porque não tinha jeito. Aqui eu posso me dá o luxo de ser fresca (rindo). Em Londres eu fazia e fazia numa boa. Tem que fazer mesmo. Não vou fazer chorando né? Tem que fazer rindo, né?" (Gabriela, 22 anos)

"Eu gosto... Eu detesto cozinha. Eu não sei fazer nada na cozinha. Nada. Então, isso é uma coisa que eu abomino. Sempre abominei (risos). Nunca gostei. Agora em casa, assim, entendeu? Arrumação, ver as coisas, isso eu gosto.

Administrar a casa entendeu? Agora, arrumar, arrumar o armário. O armário das crianças eu sempre gosto de arrumar. De ver se tá arrumadinho como eu, sabe? como eu arrumo. Isso é uma coisa que eu gosto muito. Agora, a parte da cozinha eu detesto". (Heloísa, 31 anos)

O desinteresse pelas tarefas domésticas parece advir como influência indireta das atividades profissionais exercidas pelas mulheres que mudaram sua identidade social modificando a "imagem" feminina até mesmo em relação aquelas que não exercem atividade profissional.

Em artigo da revista "Cláudia" (Outubro 1994), foi publicada pesquisa da agência de publicidade "Standard", realizada no início e final da década de 80, que revelou o surgimento do que eles chamaram "gerente do lar". Nesta reportagem é relatada a fala de uma das entrevistadas que ressalta: "A gente quer ser mãe", "vírgula" e não mãe "ponto".

Essa colocação, talvez possa traduzir as mudanças nos interesses das mulheres, decorrentes das novas maneiras da socialização feminina.

"Nunca tive interesse, sempre trabalhei, sempre estudei muito então eu não tinha isso, né a gente sempre teve empregadas porque minha mãe trabalhava fora então as empregadas também cobriam essa parte né e eu também em casa não faço, nunca cozinho, é uma coisa que não acontece mesmo sabe, eu nunca cozinho mesmo sabe, olha se eu for lembrar as vezes na minha vida que eu fiz arroz, cozinhar feijão em panela de pressão! Eu nunca fiz na minha vida! Eu nunca cozinhei feijão (riso) realmente não tem nada a parte doméstica assim...". (Denise, 35 anos)

"Eu quero estar com ele, mas quero uma pessoa pra me auxiliar nessa parte da casa, primeiro que realmente eu não sou muito chegada, cozinha,

faxinar cozinha, faxinar a vida. Ah tá doido, nem tem condições e ela realmente supre isto na alimentação do O. na parte de sopa, de comida, essas coisas, ela faz tão bem, claro que eu supervisiono hoje eu quero isso, mas essa parte eu não quero entrar não, não quero e não entro.”(Zélia, 43 anos)

Em função da mudança do papel social da mulher, as atividades domésticas não são mais vistas como essenciais, mas como complementares a uma atividade profissional, ou à outras atividades pessoais relativas a vida da mulher. As tarefas domésticas parecem assim ter passado por um processo de “resignificação”, onde a atribuição mais importante é a socialização dos filhos.

“Eu não me cobro nada, eu não gosto. Gosto de cozinhar, mas não arroz, feijão, bife e batata frita. Gosto de sábado fazer um churrasco, um camarão, um tira-gosto, ficar tomando cerveja, ter os amigos, aqui fazendo isso. Faço comida pro F. me viro muito bem sozinha, até lavar a roupa se precisar eu lavo, mas eu não preciso. Eu monto a vida de uma maneira em que esse tipo de coisa não é problema. Tarefa doméstica pra mim é regar planta, cuidar de planta, ver o que vai se comer, fazer compras. Isso pra mim é tarefa doméstica. Limpar, passar, lavar, arrumar só quando necessário.” (Natália, 35 anos)

A forma de equacionar o trabalho profissional ou seus outros interesses, que não passam só pela vida doméstica, faz com que as mulheres busquem o auxílio da empregada doméstica. Esta, como foi dito por uma entrevistada torna-se “peça” fundamental na estrutura de sua vida, e ao contrário da babá é bem mais valorizada.

"Não, Deus me livre! Eu tenho empregada graças a Deus, eu beijo o pé dela assim..." (Gabriela, 22 anos)

"(...) então tem que ter alguém que me sirva a contento. Eu tenho, até graças a Deus, até posso descansar, por sinal é uma pessoa fantástica, a gente sente até, porque ele é para-raio, ele gosta dela, ele curte, apesar de não ser função dela, cuidar dele, nunca foi, eu não quis, aliás, é uma coisa que eu quero deixar claro: não quis babá, não quis ter babá e não quero ter babá, tá (...). então, essa parte de cozinha, que é uma coisa que eu não gosto, a cozinha em si, eu não gosto de cozinhar, eu gosto, por exemplo, chegar no domingo fazer um super prato, um arroz com polvo, eu gosto dessas coisas assim especializadas né? (...) mas o cotidiano, aquela rotina do almoço e do jantar to fora! Eu tenho horror, não gosto, mesmo tá?"... (Zélia, 43 anos)

A falta de legitimidade e importância que a sociedade capitalista e o mundo industrializado contempla às tarefas domésticas, faz com que as mulheres não valorizem esse trabalho, transferindo-o para a empregada doméstica.

Nesse sentido se repete no espaço privado um processo parecido que a mulher vive na vida pública.

As relações de subordinação se repetem em relação à mulher, pois a estruturação do privado não se faz sem uma figura feminina (seja a mulher, a empregada, a avó, a tia etc), e de forma cíclica e repetida, o espaço doméstico não é assim valorizado e a assimetria entre os cônjuges, se cristaliza, sem maiores questionamentos.

Nos moldes em que são realizadas as relações da patroa com a

empregada doméstica e a desvalorização, reassegurada pela própria mulher (patroa) do trabalho doméstico, não colaboram para o que Preuss (1994), aponta como possibilidade de mudança nesse âmbito, "explicitar o jogo em que se enredam empregadas e patroas é iluminar um ponto da dinâmica do espaço social que está contribuindo para a manutenção de formas conservadoras de se lidar com a crise da esfera doméstica, remetida, particularmente, à mulher. Falar públicamente desse enredamento pode alterá-lo". (p. 305).

4.2.4 - Auto-imagem feminina

"(...) Ora, já que eu vou tê-lo, já que eu tenho, ele é a coisa mais linda que eu tenho na minha vida hoje, e é! Eu vou fazer tudo, pelo menos no início, nesse início eu quero estar com ele. Gente, levante as mãos pro céu das mães que conseguem estar com seus filhos pelo menos nesses primeiros anos de vida."(mãe entrevistada)

A estratégia dos higienistas que no século XIX iniciaram mais efetivamente o processo de valorização do papel da mãe, reconhecida como "esteio da família", (Costa, 1979), tem sofrido ao longo do século XX, algumas transformações em função da ampliação dos papéis sociais da mulher relativos às demandas da sociedade capitalista industrial e produtora de sujeitos consumidores.

Assim, a mulher deste segmento social tem se visto como mãe preocupada com o futuro dos filhos, profissional competitiva e/ou auxiliar no orçamento doméstico, pessoa que "se cuida" (atenta as novas ginásticas,

regimes e produtos de beleza, amplamente divulgados pela mídia) e amante sedutora (papel bastante explorado pelos meios de comunicação, que na maioria das vezes, reduz a sexualidade feminina ao "objeto" capaz de despertar a atração do homem).

Nesse sentido, a imagem feminina no final do século XX, tem se configurado como um "cenário" em que se produzem algumas transformações mais ainda se constata a permanência de mesmas situações e atribuições.

Dessa forma, na categoria que chamamos de "Auto-Imagem Feminina", procuramos examinar simplificada e, alguns aspectos do comportamento feminino observado no relato das entrevistadas, e que apontaram parte do "cenário" em que essas mulheres contracenam tendo no "script" seus antigos e novos papéis.

Através das entrevistas constatamos a predominância de uma situação de "projeto" (discutida na categoria "Maternidade Profissional"), para o momento de ter filhos, que é antecedida pela escolha do companheiro e a constatação da "solidez" (pelo menos naquele momento) do relacionamento do casal.

Desse modo, anterior ao nascimento dos filhos, aparece o desejo da estabilidade na relação e/ou a estabilidade na profissão e para outras, a questão do filho não é focalizada como primordial.

(...) "Então, eu acho que foi muito isso, primeiro eu queria dominar a minha casa, saber como era o meu dia a dia, sabe..., até a relação com o meu marido... saber, estabelecer... porque a gente namorou dois anos e pouco, né, entre namoro e

casamento, né, então acho que era muito por aí, sabe... era sentir... sabe aquela coisa de você tá navegando num mar tranquilo? Sabe, agora..." (Beatriz, 31 anos)

(...) "mas eu nunca sonhei em ter filho muito cedo na vida, que eu achava que eu não ia ser boa mãe, por causa dessa coisa da carreira eu achava que um filho ia atrapalhar a minha vida sempre uma coisa que eu tinha certeza que ia acontecer mais adiante e realmente aconteceu mais adiante..." (Natália, 35 anos)

"Não, não, não, não tinha não não tinha esse desejo assim: vou ser mãe eu quero ter filhos, entendeu, nunca me passou isso pela minha cabeça nunca mesmo uma coisa assim que nunca me passou pela cabeça, que um dia eu queria casar de véu e grinalda dentro de uma igreja, nunca! Nem quando eu tinha meus 15, 16 anos e etc..." (Nanci, 40 anos)

A mulher hoje, procura organizar sua vida privilegiando o eixo pessoal, afetivo ou profissional, e já se concebe admitindo outras possibilidades, que possam dispensar o projeto "natural" da maternidade.

"Pela questão profissional eu fui sempre muito ligada a estudo profissão, então eu... nunca pensei em me casar, em primeiro lugar, que eu achava assim, casamento prá mim seria uma consequência da minha vida, natural, se acontecesse bem, se não acontecesse prá mim não era uma coisa que eu que eu sentia como uma obrigação tá. Quando isso aconteceu eu tinha 26 anos quer dizer eu já me casei com uma idade... que eu já e... já era independente profissionalmente né e isso eu acho que ajudou bastante. Aí a questão do filho é ela foi planejada assim porque... é eu nunca pensei, até eu tive discussões com o meu irmão, que eu tenho um irmão abaixo de mim ele dizia assim: "não é possível que você não quer ser mãe, você não pensa em ser mãe? Uma mulher não se realiza no mundo sem ser mãe" entendeu, eu falei que não eu não acho que tem que ser assim, uma

peessoa não precisa ser mulher, uma pessoa pode se realizar de n formas né, desde que seja o que ela queira né, então eu não tinha essa questão de ser mãe também como uma coisa assim muito forte, muito pesada, até toda a família hoje é comenta muito que ninguém esperava que eu fosse dar uma uma boa mãe entendeu? Porque eu tinha todo um apego é profissional, fora de casa, aquela coisa toda né, mas foi uma surpresa e até uma surpresa prá mim mesmo porque é é..." (Denise, 35 anos)

"Tinha medo... tanto é que no dia que eu soube que tava grávida chorava demais que eu dizia que tinha medo, que eu não sabia se era isso que eu queria, que eu ia mudar muito minha vida... eu acho que é o medo justamente por ser aquela pessoa que nunca pensou assim you ser mãe que você trabalha isso ao longo da sua vida e quando chega... chegou." (Nanci, 40 anos)

"Chorava, mas eu não sabia olha eu acho que, não foi de felicidade, não vou te dizer que foi de felicidade, não era de felicidade - era chorar diante de uma coisa que tava acontecendo né? E que ia mudar a minha vida inteira, como é que eu ia fazer, será que eu ia ter? Será que eu não ia ter? Quer dizer? Eu tava assim, não sabia o que pensar né. Aí corri pra minha casa com aquele negócio na minha mão assim: *Positivo*. Assim sem saber o que fazer..." (Zélia, 43 anos)

A mulher não mais necessariamente vê a maternidade como decorrência natural de sua condição, ou um "território conhecido". Os dois relatos acima, em que as mulheres falam de medo, receio referem-se a pessoas que por volta dos 40 anos, já tinham toda uma vida estruturada sem filhos.

No entanto, o que se verificou, é que a partir do momento em que a mulher faz a opção pela maternidade, esta se torna central na sua vida e é extremamente valorizada.

A valorização da maternidade, nos parece hoje referenciada à uma escolha da mulher, um desejo, que ao se configurar em realidade, vai de encontro a sentimentos poderosos, mesmo que estabeleçam limitações e conflitos na conciliação com outros papéis (principalmente o profissional).

As mulheres não se definem basicamente pela escolha da maternidade como caminho único. Entretanto, a partir do momento em que essa decisão é tomada, passando a fazer parte do "projeto pessoal", ela é relevante e passa a definir parte essencial e significativa da sua identidade.

"(...) Então eu descobri isso e pra mim, foi super importante esse outro lado de ser mãe. Esse sentimento novo, que é um sentimento novo, não é... não dá pra gente avaliar quem não tem filho o que é ser mãe, é uma coisa assim, de você deitar na cama e você falar assim pro resto da vida você tem um filho, eu tenho uma pessoa ali que eu tenho um vínculo, que tem meu sangue..."
(Beatriz, 31 anos)

(...) "Pra mulher, eu não sei como é pro homem acho que não é tão forte, mas pra mulher é uma coisa que vai crescendo, um sentimento, dentro de mim... comigo foi assim... foi crescendo uma vontade de ser mãe, aquela coisa de ser mãe."
(Heloísa, 31 anos)

(...) "E pra você ter uma idéia, eu quis tanto no início daquele casamento que até a tal gravidez psicológica eu cheguei a ter por exemplo: eu fiquei três meses sem menstruar e já via, já se olhava tinha barriga né? Então a vontade era muito grande..." (Zélia, 43 anos)

A vivência da maternidade aponta para a questão da valorização pessoal e narcísica da mulher.

"E de repente, aí gente, um filho meu é meu, é coisa minha, daqui de dentro, será que aquele processo mesmo da gravidez, que você fica mesmo mais sensível, mais emocional e tal, eu sei que aí, minha filha, não teve jeito, comecei a achar a coisa mais fantástica de ter filho, 40 anos; "Dr. M., faça tudo para dar certo, entendeu?..." (Zélia, 43 anos)

No entanto o que parece ser comum, é que o momento de entrega e extrema valorização da maternidade, possui um tempo determinado, que se inicia na gravidez e vai até o momento em que a mãe percebe a necessidade de "socialização" e de "estimulação apropriada" para seu filho, o que acontece por volta de 1 ano.

"É... porque eu acho que a criança precisa... da gente. Sabe, eu acho que até 1 ano, eu acho que a criança precisa demais da gente, como eu acho que a gente precisa também dela, mas eu acho que eles... é assim... depois de um ano não, eu acho que a coisa..." (Natália, 35 anos)

"Eu achei. O primeiro eu fiquei só com o L. Então, eu era assim mãe 100%. Cem por cento mãe, mãe (...) Eu nunca tive sentimento de culpa de ter deixado o L. na creche porque tava na hora de eu fazer alguma coisa por mim. De continuar a minha vida. E por outro lado continuar a minha vida de novo. Ele tava na creche. Tava bem cuidado. Tava com os amigos". (Gabriela, 22 anos)

(...)"Que ela ia começar a se socializar, fazer amigos, eu tinha certeza que ela ia gostar porque muito melhor do que ela passar o dia inteiro dentro de casa, então eu não sofri com relação a isso não, agora se ela fosse menor abaixo de 1 ano eu, eu ia eu acredito que eu ia sofrer muito com relação a isso". (Nanci, 40 anos)

(...)" agora eu tive uma coisa que me facilitou nos dois aspectos, das duas gravidez que foram o

seguinte é como eu sou do do município, nós temos na verdade os 4 meses de licença mais 3 de amamentação e mais um de férias, então eu passo 8 meses, eu consigo passar 8 meses com as crianças, quer dizer eu acho que com 8 meses você passa uma fase ahh... que eu acho que é a fase que a criança precisa mais, eu acredito que seja assim uma fase mais de auto-conhecimento né, mãe e filho, aquela coisa toda então isso eu consegui viver bem, nesse tempo. (Denise, 35 anos)

As novas demandas da mulher na sociedade contemporânea implicam numa redefinição do papel da "mãe de família", que hoje além do espaço profissional solicita "o meu tempo", "as minhas coisas".

Ao se abrirem para freqüentar o espaço público, as mulheres foram diminuindo o tempo de dedicação aos filhos, surgindo modificações dos hábitos da vida privada na classe média.

(...) "Porque eu ainda não tinha voltado a minha vida normal né, quer dizer, ainda tava muito mãe, fazia, eu me lembro que eu tinha acabado de fazer uma peça, mas tava louca pra voltar a trabalhar e estudar e voltar a ter a minha vida normal até um pouco mais de liberdade porque eu não tinha babá até, até 5 meses eu não tinha, não, foi um pouco antes..." (Simone, 24 anos)

A expansão da individualidade feminina favorecendo sua autonomia, igualdade e diferenciação, faz com que cada vez seja mais valorizado o ideal de realização para além da maternidade.

(...) "Olha, hoje depois desse segundo filho eu, hoje eu tô sentido assim, eu tô precisando assim, agora de viver um pouquinho pra mim entendeu?"

De fazer as minhas coisas. Do meu lado mulher até né?, que eu tô muito em função dos dois ainda, então, eu hoje por isso que eu tô falando, depois do segundo filho(...) eu tô já sentindo a necessidade de sair, de trabalhar fora, de sair de casa. Deixar eles. Sabe, eu tô precisando viver um pouco pra mim. Não é que eu... entendeu?, eu faço minha ginástica, faço, sabe? Tô sempre fazendo as minhas coisas. Mas, eu tô sentindo que eu tô precisando mesmo é do meu lado profissional;. Tô sentindo falta dele, entendeu? Isso pra mim hoje em dia, isso eu tô querendo buscar mais cedo do que na D. O S. provavelmente vai me ter menos tempo em casa do que ela, agora eu estou sentindo falta".
(Heloísa, 31 anos)

A mulher atualmente, não se vê apenas como mãe, ela até reserva um tempo para se dedicar (dentro de suas possibilidades), mais integralmente ao filho. No entanto, inserida na sociedade moderna ela reclama por suas necessidades e prioridades, busca formas de conciliação em relação ao tempo dedicado à maternidade, e mesmo as mulheres que não trabalham parecem suportar cada vez menos o fato de ter que ficar o tempo todo com os filhos.

(...)“Eu acho que é muito importante, ainda mais por que eles são muito pequenos. Depois melhora um pouco, ele vão estar maiores, cada um vai ter a sua vidinha e aí eu posso sair mais e ter meu outro lado também.”(Beatriz, 31 anos)

“Foi bom! Quer dizer... no começo é bom, mas depois eu fui, uma e eu não tenho vergonha de confessar que eu já estava me enchendo um pouco aquela dependência de horário de mamadeira, de peito de você ficar muito, muito presa àquilo quer dizer no final eu já tava assim meio... sabe, eu já não tava agüentando mais.”(Nanci, 40anos)

Existe um ideal de autonomia, que a mulher busca, como condição de realização pessoal, a despeito da sobrecarga que tem com a criação dos filhos pequenos.

(...)”É muito louca essa disputa muito louca entre as pessoas tanto é que essa vontade minha é tão grande que eu já estou fazendo planos pras minhas férias, eu quero ficar uma semana, em Belo Horizonte, sozinha sem ela entendeu, ou pra deixar na casa da minha mãe, da minha irmã entendeu e quero, quero uma semana pra mim sabe. Olha, isso há um ano atrás, nem passava pela minha cabeça, tal coisa entendeu?” (Nanci, 40 anos)

A mulher atual quer seu espaço para além do privado, e procura vivenciar o doméstico em outros moldes. As reivindicações em torno de “um espaço para mim”, estão referenciadas à critérios idiossincráticos, onde a expressão dos desejos e aspirações mais íntimas se constituem como expressão da “ideologia do individualismo”, incorporada aos discursos presentes na sociedade contemporânea.

Conforme apontou Simmel (1971), a busca de diferenciação entre os indivíduos na sociedade moderna, se estabeleceu através de duas revoluções individualistas. A primeira no século XVIII, centrou-se na liberdade e igualdade, podendo ser chamada de “quantitativa”, ou produtora de um individualismo de “singleness”. A segunda no século XIX, organizou-se em torno da liberdade e da desigualdade, sendo “qualitativa”, ou produtora de um individualismo de “uniqueness”.

Assim o indivíduo/mulher moderno, busca no seu “self” um ponto fixo

e claro de referência (Simmel, 1971), procurando vivenciar sua individualidade, encontrado o "seu momento", e fazendo "jus" ao direito que reconhece como seu,

"Eu comecei a programar isso porque eu estava realmente entrando em paranóia né, então eu voltei a fazer uma coisa que eu fiz antes de casar, que eu adorava, que era jogar tênis, eu jogava tênis então eu era campeã, jogava, viajava fazia muito esporte né, então eu voltei agora, duas vezes por semana eu saio do meu trabalho, pego a minha sacola e vou, porque eu também tenho, entendeu, é um momento meu, prá mim é uma coisa que eu reservo prá mim, quer dizer eu acho que isso é muito importante né... é muito importante..."(Denise, 35 anos)

A busca de liberdade, de um espaço próprio, são aspirações de um modelo de individualismo no qual a mulher moderna está inserida.

No entanto, para a realização de suas "aspirações pessoais", a mulher se vê muitas vezes impedida, por conta de suas atribuições no espaço privado, pouco problematizado, e que na maioria das vezes dificulta suas outras atividades inclusive a própria dedicação aos filhos.

(...) "Mas, eu acabei me convencendo ao longo desses dois anos (risos) que não dá pra ser perfeita. Até porque eu tenho muitas limitações né? Eu tento fazer o que posso. Coitado, eu sei que Freud já dizia que as mães "tem que criar aquela coisa errada" (sorrindo). (...) Eu tento conciliar e fazer o que posso, pronto. Aí eu vou levando. Vou me ajeitando como eu posso. Não vou me descabelar. Se o L., um dia não for a praia e fizer sol e eu tiver que fazer outra coisa tudo bem ele não vai morrer por causa disso..." (Gabriela, 22 anos)

Existe uma idealização no discurso feminino, muitas vezes fruto do trabalho da mídia, que veicula a "super-mulher", sempre "eficiente" e "linda" nos mais diferentes espaços, na família, na ginástica, na mesa de reuniões... Parece-nos admissível considerar que a identidade feminina pode comportar uma pluralidade de papéis, no entanto, é importante também examinar seus limites e rever suas práticas.

Uma questão também bastante preponderante nos relatos que ouvimos foi a constatação de que a mulher só se referia a si própria com relação aos cuidados e educação dos filhos. Este fato ficou ainda mais em destaque a medida que uma única entrevistada mencionou a presença do marido na divisão da tarefa de educação da filha.

"Por aqui, é exatamente, porque eu não posso pensar só da minha maneira como eu fui criada ou como ele foi criado quer dizer, acho que acaba sendo uma mistura dos dois, a gente tem que tentar e(...) Aí a gente saiu e ele foi ficar com ela também a gente divide mas divide numa boa não tem essa essa disputa. Sabe a gente entende muito bem isso. Esse tipo de coisa a gente divide super bem. Ele traz ela fica com ela, almoça com ela, ela almoça aqui, ela vai pra casa, ele almoça em casa, mas aí ele chega tarde em casa entendeu, depois das 6 horas né e é minha é meu..."(Nanci, 40 anos)

"Olha, ele se preocupa mais do que eu porque ele é que compra as roupas dela por incrível que pareça. De vez em quando ele chega e ele achou bonita ele traz entendeu. A maioria das roupas dela é ele que chega em casa e que traz." (Nanci, 40 anos)

Uma questão nos fez pensar numa forma de "Maternidade Absoluta" vivenciada pelas mulheres.

Ao não mencionarem o papel do pai na educação dos filhos, suas escolhas ou participação na vida deles, elas omitem, ou melhor, essa omissão parece refletir ausência, ou seja, não é falado porque "não existe" ou é "irrelevante" dentro do contexto em que está estruturada a vida familiar.

(...) "Porque, por incrível que pareça, depois que os meus filhos nasceram é...é... você não tem mais uma noite de sono tranquilo entendeu? Porque uma criança tosse, a criança sonha, a criança não sei quê, o inconsciente da gente tá sempre, sempre de prontidão, pelo menos isso acontece muito comigo, meu inconsciente tá sempre de prontidão, então meu sono eu não posso te dizer que ele seja um sono de qualidade, depois que as crianças nasceram eu perdi muito isso né..." (Denise, 35 anos)

(...) "e quando você tem filho não é assim, porque ele impõe certas coisas a você que você não pode mesmo! A não ser que você "cague" pra ele, que você não vai fazer isso, que teve, é um sentimento enorme que você não deixa de lado mesmo, que filho é uma coisa... Marido você até deixa né, mas filho... isso também eu falo: Meu Deus como posso ter uma coisa que me prenda tanto! Eu não faço isso de jeito nenhum com a minha filha. Jamais! Hoje em dia, há quanto tempo eu não saio!... Primeiro que eu não tenho vontade de sair e chegar tarde, que eu já fico cansada que é um desgaste muito grande, faço tudo em casa só tenho uma empregada não tenho babá, quer dizer, eu tenho uma babazinha que vai sábado e domingo só de manhã, pra me dar... que aí ela brinca com ela e tal daí eu durmo mais um pouco. Mas no dia-a-dia eu faço tudo mesmo. Pego ela..." (Simone, 24 anos)

Da mesma forma quanto as entrevistadas relatam que os homens não

ajudam, e sugerem que "ele não tem jeito mesmo", "não sabe lidar com criança" ou "foi criado de uma outra forma", essa atitude que parece uma "constatação conformada" demonstra o quanto as mulheres ainda vêm o espaço do privado como só seu, e suas reclamações são traduzidas em tom conformista sobre o que pode ser feito para partilhar essa tarefa com o companheiro, ou porque isso não é feito.

(...) quer dizer, você vê que coisa interessante né, eu chego do trabalho, às vezes eu chego dessa minha atividade de tênis, eu tenho que chegar em casa e tenho que olhar as mochilas, vê as cademetas, entendeu? Se precisar alguma coisa que anotar, eu tenho que preparar é é muita coisa, e eu, por outro lado, é o meu marido ele é 15 anos mais velho que eu ele é de uma outra geração de pais então ele tem uma certa dificuldade em me ajudar nessas coisas ele num teve uma criação ele num teve uma vivência desse lado participativo de pai que hoje em dia os pais de uma geração mais nova eles têm, eles ajudam eles... né então eu tento empurrar o máximo olha eu digo me ajuda, faz isso agora, vê lá com seu pai, mas é incrível porque fim de semana se a gente fica em apartamento, onde eu estou, eles estão juntos, quer dizer, o foco sou eu quer dizer a mãe, porque a mãe sou eu que brinco, sou eu que cuido, sou eu que dou a comida, sou eu que entendeu? Que faço tudo. Isso também é uma sobrecarga prá mim entendeu? Tem hora, têm horas que eu me sinto assim, muito cansada..."(Natália, 35 anos)

No relato acima, é colocado como fator de dificuldade para uma maior participação paterna, a idade do pai, criado em outra geração, onde o distanciamento do pai na educação dos filhos seria ainda maior.

Esta questão, parece explicar porém de forma simplificada, esse comportamento masculino.

Não há dúvida que de uma maneira geral, nas gerações mais jovens, existe uma maior "proximidade" dos pais com os filhos, o que não quer dizer uma participação ativa ou simétrica à feminina. Principalmente nas tarefas domésticas em que muito pouco se alterou, como foi discutido anteriormente na categoria "trabalho".

O relato de uma mãe jovem, mostra o quanto o argumento anterior não dá conta da totalidade da questão.

(...) "Desde que casei com ele eu já senti. Que eu não sabia como ia ser né, se ele era um pai, porque tem pai que faz tudo, que gosta. Eu não sabia como é que ele era, mas desde o início eu já comecei a ver. Não; não leva o menor jeito, nunca vai fazer né? Ele deu banho nela uma vez, troca a fralda, claro, quando eu peço ele faz, faz com o maior amor, mas não é o espontâneo dele né. Ele brinca e tal e não sei o quê, mas não é aquela coisa de gostar de cuidar. Mas tem também aquela preocupação, o amor da vida dele é a filha né, que não cuida né..." (Simone, 24 anos)

O questionamento, a tentativa de resposta para esta questão, sugere a necessidade de um maior aprofundamento. Acreditamos que existam outros "registros" diferentes, que não estejam entre os mais aparentes, ou mais continuamente reforçados, como o da ideologia do patriarcado, ou o da divisão sexual do trabalho. Existe um "hors texte" que está por aparecer, e poderá contribuir para o entendimento da situação de submissão das mulheres, com relação ao funcionamento familiar e doméstico, que parece ultrapassar os níveis conscientes que explicam e, inscrevem o destino da reprodução e da maternação de forma natural e absoluta na subjetividade feminina.

Dessa maneira, o que vai tornando possível um exame mais detalhado da construção do subjetivo da mulher, e se constituindo como uma forma de acesso às questões que se estruturam a nível do inconsciente e determinam o comportamento feminino e masculino, são estudos como os de Chodorow (1978) e Gilligan (1982).

Chodorow (1978), utiliza a teoria psicanalítica dentro de uma outra perspectiva, onde explica que a reprodução contemporânea da maternação se fundamenta em processos psicológicos induzidos, que estabelecem o desenvolvimento da identidade de gênero. Seu argumento baseia-se no fato de que a identidade das crianças de ambos os sexos vem a ser definida através da identificação primária que se realiza de forma diferente para meninos e meninas. As meninas permanecem ligadas à mãe e seu "apego" se constitui e se internaliza através dos processos pré-edípicos. Os meninos, sendo primitivamente tratados como opostos por sua mãe vivenciam a experiência de separação de forma diferente, onde o sentimento de apego vem a ser reprimido. Assim, nas mulheres desenvolve uma personalidade de cunho mais relacional e nos homens uma personalidade preocupada com a negação do relacionamento. (Chodorow, 1978).

"... um período esquecia tudo entendeu só me tornei mãe mesmo. Eu acho que agora é que eu tô começando a me soltar mais entendeu, que eu comecei o meu trabalho que eu tou me relacionando com outras pessoas que sai sabe daquele mundinho de cuidado".(Nanci, 40 anos)

O "mundinho de cuidado", ao qual se refere a entrevistada, seria o

que Gilligan (1982) chamou de "ética do cuidado", relacionada às mulheres por força da identidade de gênero formada em situações diferentes em meninos e meninas. Para a autora, homens e mulheres se estruturam sob diferentes "ideologias morais". A separação da mãe vivida pelo menino, leva-o a se expressar através de uma "ética dos direitos" e a menina, permanecendo ligada à mãe tem enfatizado a questão da ligação que se expressa pela "ética do cuidado".

Nesta categoria, examinamos alguns aspectos do que chamamos de "auto-imagem feminina", e como ressaltamos anteriormente, o fizemos de forma simplificada, visto que, privilegiamos aspectos da identidade feminina presente nos relatos das mulheres que ouvimos, e ligados de alguma forma com a expressão do que é ser "mulher/mãe", para essas entrevistadas.

Dessa forma, observando o que denominamos como, "maternidade absoluta", "valorização da maternidade" e "ideal de autonomia, o que se pôde constatar, é que os caminhos da subjetividade feminina parecem mudar com relação à algumas questões, mas permanecem iguais em outras tantas. A maternidade vivida cada vez mais com um projeto, pode ser extremamente valorizada, mas em termos de dedicação total, tem "prazo de validade", pois, quando a criança faz um ano, grande parte das mulheres dizem, se sentir em melhores condições para retomar suas vidas. Assim, buscam o "ideal de autonomia", numa sociedade que lhe reserva cada vez mais papéis, e acena com processos individuais de prazer e crescimento pessoal, onde a mulher procura se adequar, trazendo à maternidade questões que se configuram como novas, outras que decorrem de rearranjos, mas onde muitas se mantêm

inalteradas, num momento em que a mulher ocupa um novo espaço social, se profissionaliza, mais ainda se depara com poucas transformações e adequações na condução da esfera privada.

4.2.5- INFÂNCIA EM TEMPO DE MEGABYTES

“É é, muito difícil você, depois da televisão acho que até é muito difícil você escapar. Sair um pouco disso. A televisão influencia totalmente. Os seus filhos bem ou mal ficam vidrados na televisão. No consumismo. Isso eu tenho isso. O meu marido tem. Então, quer dizer, não dá pra escapar muito sabe?...”(mãe entrevistada)

A questão do consumo na vida das crianças na sociedade moderna, tornou-se parte de seu universo cultural, e hoje o que se constata é a existência de uma indústria voltada para a produção cultural infantil.

Assim, desde muito cedo as crianças são atingidas pela mágica da publicidade, dos brinquedos e jogos eletrônicos e por uma profusão de estímulos que passam por sua vida, tornam-se objeto de seu desejo e numa rapidez cada vez maior (marcada talvez só pela aceleração dos bytes, kilobytes e megabytes), tornam-se obsoletos, fora de moda, dando lugar ao mais novo lançamento da mídia.

A criança vista pela sociedade capitalista como um adulto em potencial, o “homem do futuro” cada vez mais cedo, está exposta aos processos de subjetivação modelizados pela televisão, pelas “super-produções” artísticas e dos “shows”, hoje presentes nas festas de aniversário,

que assim vão delineando o perfil do futuro consumidor e constituem a categoria que chamamos de "Infância em Tempo de Megabytes".

Estar inserido na sociedade de consumo, freqüentar os shoppings, comprar tudo o que a criança deseja, comemorar aniversário com superprodução, ver televisão, são assuntos presentes na vida de toda criança deste segmento social, mas a inserção nestes ditames divide a opinião das mães entrevistadas.

Observamos nos relatos que existe a afirmação "é, sou consumista, então meu filho também é, não dá para escapar", mas também constatamos movimentos de negação, às vezes com alguma contradição, porque também parece ser muito difícil admitir este fato, pois existe nos meios culturais da classe média um discurso "contra", que retóricamente, pelo menos, manifesta opinião desfavorável ao consumismo. No entanto, examinando essa situação como um todo, ela parece se assemelhar à questão da religião do povo brasileiro (bastante divulgada pelos nossos antropólogos), ou seja no Brasil, todos são católicos, mais na prática, freqüentam outras religiões ou seitas.

Nesse sentido, observamos aspectos controvertidos em relação à questão do consumo, como o relato abaixo,

(...) "e eu ainda não estou na fase shopping, eu não me sinto tão acuada, a ponto de ter que ir pra shopping que eu também abomino, eu não sei no futuro como vai ficar" (...) porque eu acho que é uma coisa que estimula o consumo a criança, que já não é pequeno, por causa de televisão e por causa de colégio, que os amiguinhos têm, quer dizer as crianças hoje em dia vão mais cedo pro colégio e essa coisa do fulaninho tem eu também quero, é muito estimulada. As mães de nosso

nível social, curiosamente em sua maioria não trabalha e são pessoas muito ligadas a consumo. Não que eu não seja consumista, eu sou, mas eu sou um outro tipo de consumo. Eu posso entrar num shopping um dia e gastar uma fortuna, mas eu não vou ao shopping toda semana, eu não acompanho todas as novidades, eu às vezes sou até uma mãe atrasada, os outros já têm os bonequinhos tal e eu nem sei que esses bonequinhos existem, só vou saber depois, aí eu compro. Eu compro, por que eu não vou excluir o F., do consumo não, pelo contrário eu acho que ele tem excesso de brinquedos, de coisas e eu acho até que eu compro muita, talvez uma compensação a ida, a ausência, não sei, mas não gosto de ir ao shopping. Lanchar, odeio lanchar em shopping, odeio essas coisas, não é o tipo de programa que eu gosto." (Natália, 35 anos).

E num outro momento,

(...) "Agora todo mundo tem os "power rangers", ele também tem todos os "power rangers", vamos fazer o álbum de não sei o quê, ele também faz o álbum de não sei o quê. Eu trago, eu gosto de comprar presente, mas eu não entro nesse consumo." (Natália, 35 anos).

Parece complicado se posicionar diante da questão "ser ou não ser consumista," ou permitir que "o consumo entre na vida do meu filho".

Os pais vão buscando um equilíbrio, o que parece difícil pois as variáveis que se estabelecem na sociedade, são muitas. O relato de N., aponta para a influência de outras crianças na escola e sua própria condição de mãe que trabalha fora, que está mais ausente, como ela própria destaca.

Assim, por se sentirem culpados pelo ritmo acelerado de suas vidas

que muitas vezes não lhes permite estar mais próximos dos filhos, e submetidos que estão também à pressão dos meios de comunicação, as mães (e os pais) acabam por comprar mais, comprar "em excesso", como ressaltou N., compensando com isso a ausência, e traduzindo os presentes em afeto.

O que não falta atualmente no mundo infantil são motivos para novos e mais novos presentes. O mundo dos objetos (Baudrillard, 1981) se expande a cada dia. Saem dos espaços restritos das lojas de brinquedos e roupas infantis para entrarem nos produtos alimentícios, de material escolar entre outros.

Cada nova super produção de filmes ou seriados infantis, invade o mercado, com um novo apelo para a compra de mais um produto,

(...) "eu sei que vai ela chegar lá na Disney e ela vai querer comprar aquele bando de porcanias e você acaba comprando, mas eu não sou desse tipo. Agora é tudo da Pocahontas, o biscoito, o copo do requeijão. Tem uma indústria. No filme da Kodak vem de graça um relóginho da Pocahontas do John Smith, o namorado da Pocahontas. É uma coisa assim muito..." (Beatriz, 31 anos)

Os pais parecem lutar contra a violência do mercado publicitário, mas a questão parece difícil, pois que, como diz o relato acima, "você acaba comprando, mas eu não sou desse tipo". Contrapor-se à "febre do consumo" que se instala nas crianças desde muito cedo, atingidas diretamente pelos meios de comunicação de massa a que estão expostas, faz com que muita coisa seja comprada, sem uma análise mais criteriosa acerca da utilidade ou qualidade do produto, simplesmente pela promessa de prazer e felicidade.

"Eu não levó o L., ao shopping. Eu acho um saco. Eu fico tonta em shopping é muita informação

visual eu fico um pouco perdida. E ele tem horror de ir pra lugar fechado, escuro. Sabe aquela coisa de luz, você não sabe se tá de dia ou de noite. Então quando eu vou comprar as coisas geralmente eu vou sozinha... ele não sabe ainda. Ele não sabe..." (Gabriela, 22 anos)

"Detesto, prefiro ir para um clube, para uma praia, para um passeio, prefiro ficar em casa. Prefiro viajar no final de semana. Não tem aquele negócio de está chovendo, vamos para o shopping, está chovendo, vamos ficar em casa." (Natália, 35 anos)

Algumas mães se concentram em torno da negativa do shopping, que de alguma forma caracteriza o lugar do consumo na sociedade moderna, outras buscam alternativas, tentando limitar a "voracidade" consumista das crianças,

"Esse lado consumista existe, né, tipo eu vou numa loja de brinquedo com ela aí ela fala assim... aí ela entra... eu falo: então tá. Escolhe um brinquedo pra você. Aí ela vai, vamos supor, escolhe 2 ou 3. Aí eu falo: não: é um. Nós só vamos levar um entendeu? Ah, mamãe eu quero... quero. Não tem essa pode espremeir, pode fazer, pode botar a loja abaixo, mas só vai levar um entendeu? Nisso eu sou meio radical. Eu acho que, sabe, é um, não vou levar 3 brinquedos pra minha filha porque eu acho que num, num tem sentido isso! Ela tem que saber que ela foi ali e que eu vou dar um brinquedo pra ela. Tá bom um brinquedo. Eu não sou de comprar muito brinquedo também, entendeu, porque ela ganha. Festa de aniversário, sabe o que acontece na festa de aniversário? Eu guardo. Ela ganha, eu abro metade, a outra metade eu guardo. Aí chega um dia de chuva, um fim de semana com chuva vou vou lá pego um brinquedo que está guardado... porque criança vai, brinca, daqui a pouco ela esquece acaba se apegando mais a um brinquedo que o outro, quer dizer, eu não sou muito de comprar tudo não, sabe. Eu não sou muito consumista e espero que ela não seja.

Ela foi educada pra isso, pra não ficar pedindo que quer tudo sabe... " (Beatriz, 31 anos)

No relato acima, a mãe procura uma certa coerência com relação aos muitos brinquedos que as crianças acabam por ganhar também nas festas de aniversário. Muitas vezes a criança diante de tantos objetos, acaba se desinteressando rapidamente e querendo outras novidades.

As mães nesse sentido, buscam administrar a situação, mas na maioria das vezes, constataam que o filho está inserido numa sociedade cujas práticas consumistas são naturais e constituintes desse "homem/mulher do futuro", não podendo, portanto, criar crianças "alienígenas" ou "alternativas" que ficariam desse modo deslocadas em seu próprio meio.

(...) "Porque toda vez que ele pergunta: porque que você vai trabalhar, porque que papai vai trabalhar? A gente tenta dizer prá ele, papai tem que trabalhar porque tem que conseguir dinheiro pra pagar casa, pra comprar comida, pra pagar a luz, pra pagar não sei o quê e ele no final fala: pra comprar brinquedo? Ele mesmo já associa e agora o tempo todo ele fala: você vai trabalhar? Você vai trazer brinquedo? Não meu filho, não é sempre. Ele o tempo todo, ele faz isso, porque o pai vive, em Shopping, carrega ela pro shopping, avó, entendeu? Chega no shopping e diz, eu quero essa girafa, a avó dá. Então eu acho que esse tipo de coisa vai ser difícil a gente se desligar porque mal ou bem não dá pra negar. Você está inserida nela, você faz parte dessa sociedade eu tento limitar um pouco, eu tenho mostrar a ele que existem limites tá? Como em tudo, então existe limite, tem determinadas coisas: ah eu quero! Eu quero aquilo! É um robô, sei lá, de R\$ 300,00, qualquer coisa assim, não dá meu filho, isso aí a gente pode até pensar no teu aniversário, ou no Natal, você pedindo pro papai Noel, mas assim não dá. (...) Então, eu sinto que é difícil desligar, né? E eu também tenho consciência que você

alijar, porque essa sociedade que a gente vive, esse é o meio social que ele vai conviver, que a gente convive então fica difícil né? Você realmente alijar e transformar o menino num alienígena, então, a família dá, e vai proporcionar e vai proporcionar o máximo..." (Zélia, 43 anos)

(...) chega sábado e domingo, eu dou uma liberada. Aí eu vou no shopping, dou uma bala, deixo ela comer uma porcaria, porque não dá pra você... senão vai querer comer todo dia, então essa coisa, que entra pela televisão, que vem por festinha de aniversário, que vem do convívio com outras crianças, que é o que se diz, o convívio da sociedade moderna mesmo, eu acho que você também não vai criar um filho alternativo, porque que ela vai precisar sofrer pra caramba. Que ele seja alternativo aos quarenta anos, eu acho ótimo porque ele já vivenciou tudo isso, mas eu já tomei muita coca-cola pra achar que coca-cola não é tão legal assim..." (Beatriz, 31 anos)

A cultura do regulamento, tem por objetivo disciplinar e planejar as massas e nesse sentido acena com normas a serem seguidas, que são devidamente reforçadas pela intervenção da mídia, com suas promessas de bem-estar e prazer. Assim, para sermos aceitos, precisamos ser como o outro, gostar das mesmas coisas, pensar da mesma maneira. Ser diferente, é ser "alienígena", é não fazer parte do grupo, é não trazer consigo "as marcas" que vinculam os indivíduos à uma posição no espaço social, onde "as marcas" também são efêmeras, ou se posicionam em função do que é "moda" no momento (Baudrillard, 1981). O "outro", foi extinto, não é aceito, numa época de desejos administrados. Nesse sentido, "ser diferente", acaba por se tornar foco de angústia para o homem/mulher contemporâneo, incluindo nesse mesmo contexto, a infância.

As festas tradicionais com bolos decorados, mesas de doces, balões

coloridos presos no teto, e crianças brincando e correndo entre si, são coisas consideradas ultrapassadas. Atualmente, existe toda uma engrenagem especializada em festas infantis, onde uma "diversificada indústria de sonhos" vem conferindo aos aniversários de criança ares de "superprodução".

"É. Não tem jeito. Você convive, as festas são, sabe? Os animadores são mais ou menos os mesmos sabe? As festas são mais ou menos feitas com as mesmas pesso... pelo menos no meio que a gente vive. Com as pessoas que a gente, pode dizer que outro estilo de pessoas. Claro que uma pessoa mais humilde não vai fazer um negócio desse, mas uma pessoa do nosso meio assim, vai fazer tudo a mesma coisa. Então acho que não tem como fugir muito disso. Desse consumismo, dessas produções, entendeu? Não tem como. Se convive com isso né? A gente tenta se adap... Quer dizer, tirar um pouquinho né? E não também, procuro também não, não, não, eu vejo assim: as vezes quando eu vejo festa, há aquela festa maravilhosa e a criança, coitadinha tá totalmente perdida naquilo né? Eu tento não fazer isso, tento fazer uma coisa menor."(Heloísa, 31 anos)

As festas infantis hoje, são montadas como um espetáculo. De acordo com o poder aquisitivo dos pais ela pode ser até mesmo uma superprodução. Existe um tema, um script, um animador e o tempo está todo programado. Tem hora de brincar, de jogar, de cantar o bolo, de competir, normalmente não dá tempo de desembulhar os presentes (eles são guardados e abertos depois) afinal as surpresas já estão programadas. A brincadeira é orientada, sempre por um adulto ou um grupo de adultos para divertir as crianças. A sociedade cada vez se fecha mais para o imprevisível, o não administrado. As crianças não devem "ficar soltas", o que vão fazer? E

muitas vezes acontece como no relato acima, "a criança coitadinha tá totalmente perdida naquilo..."

As festas são comandadas pelos "profissionais da alegria", animadores, recreadores, com toda a tecnologia do "sonho" a sua disposição.

"Gelo seco, canhões de luz, flocos de neve, luz estroboscópica, bonecos eletromecânicos em tamanho natural, néon, animais de verdade, mesas giratórias, painéis mirabolantes, bolas importadas, toalhas iluminadas, papel higiênico decorado com motivos infantis. As atrações só dependem do dinheiro que se quer e se pode gastar (...). Nesta indústria de sonhos, as engrenagens estão voltadas para atender aos desejos de quem não abre mão da magia, custe o que custar". (O Globo de 26/06/94)

São muitos estímulos, o tempo na sociedade capitalista deve ser bem aproveitado, quanto "mais", supostamente maiores possibilidades de prazer. É tudo "over", como ressalta uma entrevistada,

"Eu não tenho saco. Eu tenho assim essa lembrança de festa de aniversário da minha infância, também está muito longe né?, maravilhosas. Maravilhosas. Mas eu acho que hoje é tudo demais. Eu acho que hoje tudo é demais. Engraçado, é over. Tudo é over. Você não precisa chamar um palhaço, um mágico, um pula-pula, no clube, gastar cinco mil reais, seis mil reais. Fazer vídeo pra festa de criança de um ano. Eu acho assim: acho que é muito mais pra mostrar pras mães, umas pras outras: oh, a festa maravilhosa que eu posso organizar. Entendeu? Acho legal organizar as festas das crianças. Acho legal as crianças ficarem juntas. Acho legal essa coisa das crianças se encontrarem e tal. Mas, eu acho demais. É over, over, demais." (Gabriela, 22 anos)

O espaço de liberdade, espontaneidade, descompromisso na infância, parece estar cada vez se estreitando mais. A questão da "competição" na sociedade capitalista é forte e bem estimulada. Nesse sentido, os pais procuram fazer belas festas para seus filhos, muito em função de que "todos fazem", "eu não vou ficar atrás", ou até mesmo porque crêem nestas maravilhosas possibilidades de prazer que a criança pode desfrutar, e desta forma, isto se torna quase mais uma obrigação social.

Uma questão ressaltada por uma entrevistada, que diz se sentir distante desse tipo de comemoração,

"Prás mães, não são pras crianças, as mães disputam quem é que fez a festa melhor, enfim eu não tenho muito isso não, não não passa muito pra mim porque eu acho que a gente na minha cabeça assim pela minha própria formação entendeu nunca... então eu... não sei como é que vou trabalhar com ela quando eu tiver que enfrentar o problema real concreto né. Ela querer aquilo e eu não vou talvez querer dar aquilo enfim. Porque ela ainda não me exige... ela não exige de mim nada, ela passa numa loja fala: mãe amanhã você compra isso pra mim? Eu falo compro e fica por isso mesmo". (Nanci, 40 anos)

Com os pais mais ausentes pelo cotidiano corrido no atendimento à demanda pessoais e profissionais, o "espetáculo de sonho" surge como ilusão do preenchimento das faltas, a promessa de alegria, sem no entanto considerar uma reflexão anterior acerca do desejo ou adequação da criança.

"Eu acho que levam aqueles animadores berrando, gritando pra festa de uma criança de um ano. Coitado, eu fico até com pena porque a criança fica com medo. Então, eu vi até ela foi

numa festa agora, um animador, o cara berrava e, ela com três anos não queria ficar lá. Pra ela aquilo era horrível, ela só queria ficar do meu lado e grudada em mim o tempo todo. Quer dizer, eu acho que até as crianças coitadas se perdem um pouco né? A mãe tenta fazer o máximo, quer fazer muito e acaba que a criança mesmo nem aproveita.” (Heloísa, 31 anos)

Nesse contexto, algumas mães questionam esse tipo de espetáculo/comemoração que coloca a criança muito passiva e até mesmo assustada. A questão que se estabelece é que cada vez mais a exuberância da técnica, impede o lugar da experiência, do contato, das descobertas. Como aponta o relato da mãe entrevistada:

(...) “Até tem festas também que eu fui... por exemplo: a minha irmã ela tinha um grupo de animação de festa então ela trabalhava com isso e a gente sempre, nós que a gente botava... que tem o tio D., não sei se você já ouviu falar que é a produção da produção a minha irmã até já trabalhou com ele, mas que é aquela coisa do consumo. Ele faz as festas do C., as festas das pessoas mais... porque aquela coisa; todo mundo vestido com boné fosforescente, é um sonzão, ele dá brinde importado é aquela coisa bem, sabe, e a min... a minha irmã não, ela fazia um outro tipo de trabalho ela fazia um trabalho de teatro, de desenho de ARTE entendeu, ela levava um pouco da educação para as festas pra animação ali, então eu sempre tive muito contato com isso e sempre fiquei descansada eu falava não; toda festa da minha filha eu levo o grupo da minha irmã que tem tudo a ver não vou botar o tio D., que não tem nada a ver comigo”... (Simone, 24 anos)

De toda forma, ela fala em “um pouco da educação”, o que nos leva a crer que o grau de administração com relação a infância pode variar, mas é uma questão presente em quase todos os espaços, inclusive o das festas

infantis.

Uma situação que apareceu muito no relato das mães foi a preocupação com a televisão e a dificuldade de supervisionar a programação que as crianças assistem, muitas vezes por estarem ausentes, outras porque o apelo da TV é muito atraente para a criança, enfatizando a questão de que consideram um estímulo algumas vezes inadequado para seus filhos.

"Vê, mais do que eu gostaria. Quando ela acorda, a primeira coisa que ele pede é pra ligar a televisão, eu ligo enquanto eu estou naquela de dar o café da manhã e se arrumar pra sair, mas oito e meia ele está na natação, no futebol, não fica trancado, volta e nessa hora intermediária entre banho, almoço e ir para o colégio, ele vê televisão até porque a empregada põe a televisão que pra poder fazer as suas coisas e ele não atrapalhar. E essa é uma das coisas contra a qual não há como você lutar, de longe. Ele tem uma coleção de fitas de desenho animado, gosta de ver, mas a televisão não está atrapalhando a nossa vida, a gente não deixa de sair de casa por causa da televisão. E quando ele está no colégio ele não tem televisão, então não é um problema".
(Natália, 35 anos)

A busca da pré-escola, o contato com outras crianças, a possibilidade de estar brincando e interagindo de forma mais ativa, aparece nos relatos das mães, também como uma forma de escapar à passividade e a influência excessiva da TV. O fato das babás colocarem as crianças para poderem fazer suas tarefas, também é um fator de desconforto, caracterizando o já tão comentado papel da televisão como "babá eletrônica".

Algumas mães, consideram a televisão como um tipo de atividade que gostariam de limitar no cotidiano de seus filhos. O fato de hoje ser comum

cada pessoa ter uma televisão no seu próprio quarto, inclusive as crianças, é visto por esta mãe como inadequado à educação de sua filha.

"Exatamente. Eu sou contra isso eu eu já disse minha filha não vai ter televisão no quarto, eu digo isso hoje eu não sei como vai ficar amanhã mas eu já não colocaria uma televisão no quarto dela específico é sua televisão acho que tem que ser a televisão da casa entendeu, então..." (Nanci, 40 anos)

A questão dos efeitos que a mídia eletrônica tem sobre as crianças, é amplamente examinada no trabalho desenvolvido por Greenfield (1988), que aponta ser a TV, os vídeo games, os computadores, partes de uma educação multimídia pertinente às crianças deste final de século, e que cabe aos pais orientar e tirar destes meios o melhor. Em relação a TV, "ensinando-os a assistir criticamente e aprender com o que assistem"(p.16). o que parece no entanto que também deve ser problematizado é a possibilidade que têm os pais dentro da atual estrutura familiar de viabilizar tempo e disponibilidade para isso.

A influência da televisão no comportamento infantil tem sido muito discutida, desde que ela chegou aos lares nos anos 50. A utilização deste veículo acabou de alguma forma sendo banalizada e com as transformações na família, no espaço urbano com moradias cada vez menores, a televisão tem sido integrada desde muito cedo à rotina infantil, funcionando mesmo como "babá eletrônica".

Trabalhos de base psicanalítica como o de Solfer (1991), apontam

para a inadequação da TV na fase em que a criança está construindo sua identidade pessoal o que ocorre através das diversas apreensões do mundo, captadas pelo sentido da visão, ou seja, é primeiramente através do "olhar" que a criança vai estabelecendo seu processo de identificação. Nessa fase, a exposição à televisão é desaconselhável, pois sua atitude passiva, o olhar dirigido à tela, vão impedindo a utilização de outros mecanismos mentais, como "a introjeção, a sublimação e a reflexão, o que restringe grandemente suas possibilidades de crescimento intelectual" (p. 24).

A paralisação que muitas vezes estão submetidas as crianças em termos de atividades físicas, pela limitação dos espaços que vivem, acabam superdimensionando o tempo dedicado à televisão.

O relato de uma mãe entrevistada, aponta sua preocupação em proporcionar aos seus filhos um contato maior com a natureza e as atividades físicas que acabam ficando em segundo plano na vida da criança urbana.

(...) "Não existe essa coisa, ele gosta até de desenhos japoneses como toda criança, aquela coisa entendeu? Mas eles são umas crianças o seguinte: se existe a opção da brincadeira eles trocam perfeitamente entendeu? O o que eles querem realmente é realmente brincar, estar livre né? Coisa assim, o brincar estar livre essa coisa assim. A gente tem uma casa fora né que a gente viaja quase todo final de semana e lá eles têm a opção de botar o pé no chão, de brincar de pegar peixe no laguinho de ir à praia de... essas coisas então é...é... de viver a natureza de ficar à vontade..." (Denise, 35 anos)

A permanência diante do aparelho de TV, coloca o corpo da criança diante de um estado de "imobilidade" que em termos de desenvolvimento e

crescimento físico e mental é inadequado, não colabora para a organização do intelecto, restringindo outras atividades como a brincadeira, o desenho, a leitura, os esportes, atos motores que "deixam sua marca na memória e constituem fonte da experiência vital, fato este que não se produz com os programas e propagandas que habitualmente a criança vê na televisão" (Soifer, 1991, p. 26).

Paradoxalmente ao relato anterior, em que a busca de um contato maior com a natureza afasta a criança do excesso de TV, é quando não existe outra opção, a não ser ficar em casa, que a televisão deve ser ligada pois senão a criança "acaba subindo pela parede".

"É evidente que se você ficar o dia inteiro com uma criança dentro de casa, vai chegar uma hora que você vai ter que ligar a televisão entendeu, porque não dá, porque a criança daqui a pouco tá subindo pela parede! Ela tá derrubando tudo, ela tá, ela não tem por onde extravasar, então eu acho que chega uma hora que você tem que ligar a televisão que é pra ela, vê se ela se concentra um pouco. Mas eu, quer dizer, como eu saio muito com eles, tá só eu tô na rua, ainda mais de manhã na parte da manhã eu tô na rua, aí chega, toma banho vai pro colégio, quer dizer, ela vê pouco... vê assim: quando ela chega do colégio, as vezes ela chega aí ela vai, liga a televisão, em si, não muito, mas vídeo, vídeo assim da da tipo um série ainha que ela tem que é americana".
(Beatriz, 31 anos)

A televisão em alguns casos, é menos problematizada, faz parte natural da vida dos pais e da vida dos filhos, como no relato abaixo:

"Não, ele gosta muito dos vídeos dele tá, volta e meia ele me pede pra botar, mamãe eu quero

"Bambi" mamãe eu quero agora nós compramos a "Pocahontas" ele pediu anteontem "Pocahontas" ele fica muito nos vídeos que ele gosta, mas ele adora a "Cartoon Network" ele já sabe até os horários dos desenhos que ele gosta e o tal do "Power rangers", e todos esses menininhos aí, estão fascinados com o tal do "Power rangers", e ele já sabe né? Aí chega sábado e domingo que não tem, ele não tem "Power Rangers", né, não hoje não tem, então ele tem lá, ele tem a programação dele, inclusive quando gente pôs a "Net" eu só tinha posto a "Net" no nosso quarto, chegou a um ponto tal que eu quase não podia ver mais a televisão, ele só queria ver a Cartoon botamos a "Net" no quarto dele também pra ele ter a Cartoon. Ele gosta, desde pequenininho, ele vê vídeo, olha ele era nenenzinho já passava e ele já ficava vendo aquelas coisas, aquelas músicas do Walt Disney só que só passava no Walt Disney, né, óbvio! Ele já gostava, então, desde muito cedo ele já gostava de vídeo, agora lá em casa, nós dois, eu e S., a gente adora televisão, filmes, documentários... então, a televisão sistematicamente está ligada é muito difícil não estar, ou quando não está a gente tá ou trabalhando lendo qualquer coisa assim, tá? Então ele tem o espaço dele para isso, gosta e vê igualzinho a gente." (Zélia, 43 anos)

O fascínio que a televisão exerce sobre as crianças tem a ver com o fato de se apresentar para elas como um objeto total, que não frustra, que não se ausenta, e como uma mãe onipotente e onipresente, diminui as tensões internas e vai assim preenchendo as faltas... (Kehl, 1991). No entanto, o espaço para a dúvida, e a angústia, são fatores básicos na construção do eu, e o indivíduo assim vai se estruturando dentro de uma lógica de realização de desejos, que universaliza o imaginário, produzindo desse modo um tal "enlevo", que culmina com a alienação própria da sociedade capitalista consumista.

Numa sociedade massificada, onde os desejos são administrados e

uniformemente ordenados, ser criança, no sentido de ser alguém, que procura, que não sabe, que erra, que se arrisca, se traduz em ser um Outro, desconhecido, cuja "alteridade", não se adequa ao mundo de interesses programados. Mais fácil do que entender e permitir a realização de demandas próprias das crianças é incorporá-las às necessidades e demandas dos adultos. O conceito de progresso, elimina a vivência do presente, e neste sentido a infância tem sido abreviada, passando de um período associado ao descompromisso, para uma etapa de qualificação e "prontidão" em relação aos processos de preparação para a vida produtiva, que chamamos de "profissionalização da infância".

Assim rapidamente, a criança incorpora seus desejos, às possibilidades de realização oferecidas pelo consumo. Crianças vestem-se como adultos em miniaturas, participam de festas infantis programadas, e aos 8 ou 9 anos de idade, são incentivadas à participar de reuniões dançantes, no escuro das "boites", em meio à luzes multicoloridas. Convencida em garantir à criança, o crescimento e o desenvolvimento acelerados, passaporte para o mundo adulto, mundo da produção, da eficiência e dos processos de prazer intermediados pelo mundo da fantasia, a sociedade se solidariza.

Criança profissional se qualifica, e é feliz através das possibilidades de ter, e consumir, num contexto onde a velocidade e o efêmero são constantes. É o tempo dos "Megabytes", onde o acoplamento da fantasia com a realidade, só desencanta quando o controle remoto, ao mudar de canal, lembra da fragmentação da experiência e reflete o silêncio do sujeito, que é, antes de tudo, expectador.

CONCLUSÃO

O trabalho que realizamos procurando conhecer novos aspectos de subjetivação da mulher e da criança ao longo das transformações histórico-culturais de nossa época, possibilitou que chegássemos a algumas conclusões.

Em primeiro lugar, ao discutirmos as questões que envolveram as mudanças culturais e ideológicas da subjetivação da mulher, levando-a à ocupar um novo espaço social, para inclusive, desenvolver seu projeto profissional, nos levou à constatação de que a maternidade e a educação dos filhos, se mantêm sob sua responsabilidade, numa sociedade que parece oferecer poucas alternativas para a conciliação destes papéis.

O conhecimento de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos acerca das questões que envolvem a problemática feminina foram fundamentais. Em que pesem estas contribuições ressaltadas ao longo do trabalho, principalmente as categorias de que nos utilizamos para a análise das entrevistas, nos deparamos com alterações no papel de mãe, e conseqüentemente, com mudanças na concepção de infância. Este fato nos pareceu apontar para uma nova ideologia da maternação, nas camadas médias que pesquisamos, que estaria vinculada à processos mais gerais de modificações na sociedade, onde a ideologia do progresso e as transformações técnico-científicas impõem alterações no cotidiano.

O cotidiano, examinado por Lefebvre (1970), entrou na modernidade e é objeto de uma programação cujo desenrolar é comandado pelo mercado, pelo sistema de equivalências, pelo marketing e pela publicidade, num cenário que pouco possibilita aos sujeitos questionarem este cotidiano e fazer dele objeto de reflexão.

Por outro lado, a mulher enquanto mãe procura adequar sua vida à educação de seus filhos, acreditando que estes, quanto mais cedo forem estimulados pelas técnicas trazidas com a ciência, terão um melhor desenvolvimento, e conseqüentemente, um maior desempenho de suas capacidades intelectuais.

A institucionalização precoce da infância, o desejo de aprimorar desde muito cedo as potencialidades de seu filho, aparece no discurso das mães, dando a impressão de refletir, ao nível dos processos subjetivos, a ideologia de uma sociedade competitiva, onde o desenvolvimento da criança cientificamente estabelecido e buscado nos termos de adequação às normas vigentes, camufla e promove mais um fator de dominação.

Esta posição, representa uma contrapartida à realidade econômica, onde a competitividade assegura o melhor para aqueles que se imbuem do ideal do sucesso e do desempenho. Investindo muito cedo, a esperança pode ser maior, e a ilusão da conquista de sucesso, poder e conseqüentemente de felicidade, parecem se tornar mais próximas.

Perceber este movimento nos alerta para o fato, de que um envolvimento tão profundo por parte das mães neste contexto de

"prosperidade infantil", pode estar encobrindo um vazio, um "não dito", onde o discurso ideológico da "eficiência", e da "super mãe", como a mulher que concilia todos os papéis sem maiores transtornos, acoberta outras questões que se desenvolvem a partir da não problematização do espaço privado.

Como por exemplo, o que se avista é um cenário, onde não surgem alternativas, a nível da estrutura social, que apoiem a maternidade como mais uma expressão da identidade feminina, perpetuando-se a inexistência de divisão das tarefas domésticas entre os cônjuges. As mulheres, parecem estar procurando caminhos de conciliação destes papéis. Entretanto, o que ocorre, é que esses temas devem ser repensados, enquanto problema social mais amplo, e não apenas como problemática exclusiva da mulher.

Ao longo deste trabalho, não nos pareceu que as angústias que esta situação desperta na mulher, estejam referendadas à uma maternidade interiorizada, tendo como ideal o modelo de suas mães, ou mesmo o papel tradicional da mãe na sociedade. As mulheres privilegiam o cunho relacional em suas vidas, desejam a maternidade, cada vez mais vinculada a um projeto, mas têm outras expectativas em relação ao ser mulher e mãe, trazendo com isso "novas roupagens" ao ser mãe na contemporaneidade.

Deste modo, estão preocupadas com a educação dos seus filhos, mas também desejam "seu espaço". Dispondo de poucas parcerias com maridos, companheiros e com a própria estrutura social que já a reconhece enquanto trabalhadora, sem contudo se responsabilizar coletivamente pelo aspecto reprodutivo da mulher, elas tem encontrado nos caminhos da

institucionalização da infância, o arranjo mais imediato para compor suas vidas. A sociedade de consumo e as promessas de bem estar para seus filhos e para si próprias, parecem se encarregar de preencher o vazio social, onde uma programação acelerada enfatiza processos individuais de prazer, auto-descoberta, crescimento pessoal, nas mais diferentes faixas etárias, inclusive na infância.

À medida que procedíamos nesta investigação, nos perguntávamos sobre a possível rigidez de nossos posicionamentos, ou a dificuldade para aceitar as modificações da sociedade e as novas formas de subjetivação dos indivíduos.

No entanto, em meio a tantos conhecimentos, a tantos dispositivos técnicos que se fundamentam em perspectivas preventivas de profilaxia mental, e no reconhecimento precoce dos diversos problemas do desenvolvimento infantil, observamos também muita ansiedade, doenças psicossomáticas, e até "stress". O homem/mulher, enquanto sujeito de uma "nova era" é "avançado", "computadorizado", mas é também o sujeito da experiência, dos limites e das faltas.

Ao lado de tais conclusões, constatamos que no mundo moderno, a sociedade capitalista consumista é o nosso meio. Num discurso mais atual e "ecologicamente" correto, é o nosso meio-ambiente. A qualidade de vida, é pauta do momento. No mundo, pessoas se reúnem, realizam-se conferências e se parece acreditar que algo precisa ser feito. Encontros sobre "Megacidades", "Habitat 1,2,..." e outros mais. Mas será que a problemática

que envolve estas questões está somente referenciada à esfera pública, e os conceitos que envolvem a concepção de desenvolvimento, tão cara ao mundo moderno, não carecem de um maior aprofundamento? Não seria o momento, onde uma problematização mais abrangente da esfera privada, poderia conduzir à transformações na esfera pública, onde a incorporação de questões tais como o aspecto reprodutivo da mulher e o cuidado com a infância, implicariam num novo tipo de ordem social, que restringiria a supressão dos valores da vida privada e a institucionalização quase absoluta do curso de vida. Ou, como ressalta Oliveira (1991), "o futuro do feminino é angustiar a sociedade".

Como parte do objetivo inicial, outro aspecto fundamental, que nos orientou neste trabalho, foi o exame da prática "psi", da atuação dos especialistas das áreas afins e das instituições que trabalham com a primeira infância, e que tem por objetivo melhorar a vida dos indivíduos, promover o bem estar, ouvindo os tantos discursos da "falta". Nesse sentido o que se pretendeu foi levantar suspeitas, e trazer reflexões.

As instituições pré-escolares foram criadas em decorrência da própria demanda da sociedade que se transformou, e na qual os pais precisam de parceiros na tarefa de educar os filhos. Não há dúvida, de que não temos mais praças e parques, ou os que temos, carecem de segurança, da mesma forma que a família extensa e as comunidades de vizinhança, praticamente se extinguiram. Assim, sem a proximidade física de seus companheiros, as crianças, cada vez mais cedo buscam na pré-escola, a companhia desses "outros", dividindo descobertas, partilhando primeiras cumplicidades.

Numa sociedade, marcada pela exuberância da técnica, naturalmente, conforme afirma Greenfield (1988), a educação multi-midiática é a educação do futuro, onde estímulos audio-visuais ilustram e fornecem uma instrução mais condizente com a estimulação a que as crianças estão expostas.

O que se indaga, é com que urgência se buscam tantos estímulos e tão cedo. A serviço do que, a criança tem tido limitados, e administrativamente programados, os espaços para a espontaneidade, o não dirigido, o potencialmente afetivo. O desenvolvimento da criança parece estar sendo atropelado pela ansiedade dos seus pais e dos profissionais que atuam com ela.

Os estudos que vem sendo desenvolvidos sobre a infância podem oferecer alternativas à vida, mas é importante que se estabeleça um posicionamento crítico, que sejam realizadas avaliações desta prática, para que a existência da criança não seja amarrada pelo conhecimento técnico atropelando seu espaço de singularidade e sua busca de sentido.

Estar de posse destas questões é fundamental, para que se possa realizar um trabalho com crianças, (propositalmente não utilizamos para), numa sociedade que se transforma e onde os profissionais que a cercam, se permitam "ouvi-las", esquecendo talvez por um momento toda a eficiência da especialização.

Finalmente, acreditamos, que está no discurso das mães, mulheres hoje envolvidas com a profissão e com os valores de uma sociedade produtiva,

essa busca de sentido à existência de seus filhos, que chamamos de uma "profissionalização da infância".

Nesse sentido, tomamos as palavras de Moraes Filho (1976), que ressalta que "foi sempre destino das mulheres, andar confundida com os menores, em qualquer dos ramos das ciências jurídicas". Paralelamente, a esta avaliação, todo o levantamento histórico que realizamos neste trabalho, nos remeteu a mesma temática, na realidade, mulheres e crianças, sempre juntas.

Feminino e Infância, Mulher e Criança, se por exclusão, alteridade, ausência ou indiferença, em momentos diversos da história, caminharam sempre juntos.

Hoje, o momento histórico-social, pontifica novas verdades, vai incorporando um lugar social para a mulher que vem buscando um espaço de reconhecimento nesta sociedade. Passa, portanto, por um processo de transformação, procura ser reconhecida, e leva os menores com ela.

A lógica do sistema capitalista em cujo contexto a mulher e a família se encontram, se baseia em parâmetros máximos de produção e eficiência. A sociedade vive em ritmo urgente. A vida dos indivíduos vai se caracterizando como verdadeiras linhas de montagem que não podem ser interrompidas.

O "boom" da "qualidade total", já chegou ao berço. Mulheres e menores continuam juntos.

Constatamos em nossa pesquisa, que muito já se modificou na

estruturação da sociedade e da família, mas ainda se observa que o espaço privado, a criação dos filhos, a despeito de tantas transformações, se conforma apenas ao que é possível, não sendo refletido, e não sendo incorporado como responsabilidade coletiva da sociedade.

Acreditamos que este trabalho tenha levantado algumas questões. Como num filme que "passa", tentamos interromper uma "cena", e chamar atenção para ela. Nossas indagações, entretanto prosseguem. Estamos diante de um processo de mudança que é qualitativo? É melhor, é pior, para quem?

Esta dissertação pretendeu definir algumas alternativas aos processos que se instauram e promovem transformações subjetivas, numa sociedade que constantemente se renova e onde reconhecemos nossos limites.

No entanto, acreditamos que mulheres e crianças estão passando por mudanças, reinventando o feminino e a infância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. (1991). *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ALGRANTI, L. M. (1993). *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750 - 1822*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- ALMEIDA, M.I.M. (1987). *Maternidade: um destino inevitável?* Rio de Janeiro: Campus.
- ALMEIDA, M.I.M.. (1996). *Masculino/Feminino: tensão insolúvel. Sociedade brasileira e organização da subjetividade*. Rio de Janeiro: Rocco.
- ALVES, B. e PITANGUY, J. (1984). *O que é Feminismo*. São Paulo: Brasiliense.
- ARIÈS, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- AZEVEDO, F. (1976). *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Editora Melhoramentos.
- BADINTER, E. (1985). *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- BARROSO, C. (1992). *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- BAUDRILLARD, J. (1981). *A Sociedade de Consumo*. São Paulo: Martins Fontes.
- BEAUVOIR, S. (1980). *O Segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BENJAMIN, W. (1987). *Magia e técnica, arte e política*, São Paulo: Brasiliense, v.1. *Obras escolhidas*.
- BENJAMIN, W. (1987). *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, v.2. *Obras escolhidas*.
- BENJAMIN, W. (1987). *Reflexões: A criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus.
- BERMAN, M. (1986). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOLTANSKI, L. (1969). *Prime Éducation et Morale de Classe*. Paris: Mouton.
- BOWLBY, J. (1976). *El Vínculo Afectivo*. Buenos Aires: Paidós.
- BRANDÃO, H. (1995). *Introdução à Análise do Discurso*. São Paulo: Editora da UNICAMP.
- BRUSCHINI, C. (1990). *Mulher, Casa e Família*. São Paulo: Vértice.

- BRUSCHINI, C. Mulher e Trabalho: políticas de recursos humanos em empresas de ponta. *Caderno de Pesquisa*, 95, 13-24.
- CANEVACCI, M. (1982). *Dialética da Família*. São Paulo: Brasiliense.
- CASASSUS, J. (1993). Modernidade Educativa e Modernização Educacional. *Cadernos de Pesquisa*, 89, 5-12.
- CASTRO, L. R. (1992). Desenvolvimento Humano: Uma perspectiva paradigmática sobre a temporalidade. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol 5, n.2.
- CASTRO, L.R. (1996). O Lugar da Infância na Modernidade. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol 9, n.2.
- CASTRO, M. G. e LAVINAS, L. (1992). Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A.O. e BRUSCHINI, C. (orgs). *Uma questão de gênero*, 216-251. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
- CHAMBOREDON, J.-C. e PREVOT, J. (1986). O "ofício de criança" definição social da primeira infância e funções diferenciadas da escola maternal. *Caderno de Pesquisa*, 59, 32-56.
- CHODOROW, N. (1990). *Psicanálise da Maternidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa do Tempos.
- CONNOR, S. (1989). *Cultura pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- COSTA, J. F. (1979). *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal.

- COSTA, J.F. (1986). *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- COUTINHO, A. R. (1985). *Pressupostos da Noção de Subjetividade*.
In: FIGUEIRA, S. A. (org) *Cultura da Psicanálise*, São Paulo: Brasiliense.
- D'AVILA NETO, M. I. (1994). *O Autoritarismo e a mulher*. Rio de Janeiro: Artes e Contos.
- D'AVILA NETO, M.I. (1994). *Mulheres brasileiras, memórias mutiladas*.
EICOS/Série documenta, n.4.
- DEL PRIORE, M. (1993). *Ao Sul do Corpo - Condição Feminina Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- DIAS, M. O. L. S. (1984). *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*.
São Paulo: Brasiliense.
- DOLTO, F. (1977). *Psicanálise e Pediatria*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DONZELOT, J. (1986). *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal.
- FIGUEIRA, S. A. (org). (1987). *Uma nova família? o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FOCAULT. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOCAULT. (1977). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- FREITAS, M. T. (1994) *O Pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil*. São Paulo: Papyrus

- FREITAS, M.T. (1994). *Vygotsky e Bakhtin. Psicologia e Educação: Um Intertexto*. São Paulo: Ática.
- FREUD, S. (1905 [1976]). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, v. VII.
- FREUD, S.. (1914[1976]). *Sobre narcisimos: uma introdução*. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX.
- FREUD, S. (1921[1976]). *Psicologia de grupo e análise do ego*. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII.
- FREYRE, G. (1961). *Casa-grande e senzala* 10 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- FREYRE, G. (1968) *Sobrados e mocambos*. 4ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- GIDDENS, A. (1991). *As consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP.
- GIDDENS, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP.
- GILLIGAN, C. (1982). *In a Different Voice: psychological and women's development*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- GOMES, J. V. (1994). *Socialização Primária: Tarefa Familiar?* *Caderno de Pesquisa*, 91, 54-61.

- GREENFIELD, P. (1988). O Desenvolvimento do Raciocínio na Era da Eletrônica: os efeitos da TV, computadores e video-games. São Paulo: Summus.
- HAHNER, J. (1981). A mulher brasileira e suas lutas sociais e poéticas: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense.
- JOBIM e SOUZA, S. (1994). Infância e Linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamim. São Paulo: Papyrus.
- KEHL, M. R. (1991). Imaginar e Pensar. In: NOVAES, A. (org). *Rede Imaginária: Televisão e Democracia, 60-72*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras.
- KLEIN, M. (1975). *Psicanálise da Criança*. São Paulo: Mestre Jou.
- KRAMER, S. (1987). A Política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce. Rio de Janeiro: Dois Pontos.
- KRAMER, S. (1989). O papel social da pré-escola-1985. In: Rosemberg, F(org) *Creche, 20-27*. São Paulo: Cortez Editora.
- LANGER, M. (1986). *Maternidade e Sexo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- LASCH, C. (1991). *Refúgio num mundo sem coração. A família: Santuário ou Instituição sitiada?* Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LASCH, C. (1995). *A Rebelião das Elites e A Traição da Democracia*. Rio de Janeiro: José Olympio.

- LEFEBVRE, H. (1970). *Du rural à l'urbain*. Paris: anthropos.
- LEITE, M. M. (org) (1984). *A Condição Feminina no Rio de Janeiro - Século XIX*. São Paulo: Hucitec.
- LYOTARD, J.-F. (1993). *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MACFARLANE, A. (1989). *A cultura do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MACHADO, L. Z. (1992). Introdução. In: COSTA, A. O. e BRUSCHINI, C. (orgs). *Uma questão de Gênero*. 9-14. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
- MACHADO, R. et alü (1978). *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal.
- MALDONADO, M. T. (1994). *Comunicação entre pais e filhos. A linguagem do sentir*. São Paulo: Saraiva.
- MARANHÃO, R. M. (1984). *A construção social da mulher: papéis divergentes e conflitos*. *Dissertação de Mestrado*, apresentado ao Departamento de psicologia da PUC/RJ, s.ed.
- MARKET, W. (org) (1994). *Teorias de Educação do Iluminismo, Conceitos de Trabalho e do Sujeito*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MAUSE, L. (1982). *Historia de la infancia*. Madri: Alianza Editorial.
- MEAD, M. (1969). *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva.

- MEAD, M. (1971). A análise científica contemporânea da relação pais-filhos-sociedades/Relatório OMS. In: PITTALUGA, M. *A Crise da Família e o Futuro das Relações entre os Sexos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- MITSCHERLISH, A. (1982). A ausência do pai. In: CANEVACCI, M. *Dialética da Família*. São Paulo: Brasiliense.
- MORAES, M. Q. (1979). A "nova" moral sexual das revistas femininas. In: MANTEGA, G. *Sexo e poder*, 69-83, São Paulo: Brasiliense.
- OLIVEIRA, R.D. (1991). Elogio da diferença — O feminino emergente. São Paulo: Brasiliense.
- ORTIZ, R. (1994). *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- PATEMAN, C. e GROSS, E. (1987). *Feminist Challenges- Social and Political Theory*. Boston: Northeastern University Press.
- PENA, M.V.J. (1981). *Mulheres e Trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PREUSS, M.R.G. (1994). *Emprego Doméstico e Domínio Simbólico. Tese de Doutorado*, apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio, s.ed.
- RAGO, M. (1985). *Do Cabaret ao Lar - A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- (1991). *Os Prazeres da Noite - Prostituição e Códigos da Sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ROCHA-COUTINHO, M.L. (1994). Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco.

SACHS, I., Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo, Vértice. 1986b.

SAFFIOTI, H. (1979). A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade. Petrópolis: Vozes.

SANTOS, M. (1994). Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Ed. HUCITEC

SENNETT, R. (1988). O declínio do homem público: As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras.

SIMMEL, G. (1971). Group Expansion and the development of Individuality. In: Levine, D.N. (1971). The University of Chicago Press.

SORJ, B. (1992). O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, A.O. e BRUSCHINI, C. (orgs). *Uma questão de gênero*, 15-23. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.

SPITZ, R. (1979). O Primeiro Ano de Vida: Um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais. São Paulo: Martins Fontes.

VAITSMAN, J. (1994). Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco.

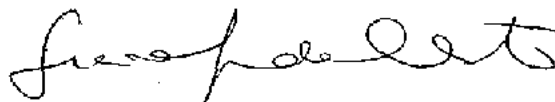
VELHO, G. (1987). Individualismo e Cultura. Rio de Janeiro: Zahar.

VÍRILIO, M. P. (1996). A ARTE DO MOTOR. São Paulo: Editora Estação Liberdade.

———. (1996). Velocidade e Política. São Paulo: Editora Estação Liberdade.

WINNICOTT, D.W. (1978). Textos Seleccionados: Da Pediatria à psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

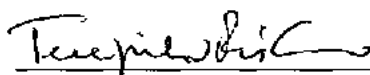
Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pela aluna Angelina de Belli intitulada "*Mulheres Profissionais/ Crianças Profissionais - Um Estudo da Subjetivação da Mulher e da Criança na Contemporaneidade*", e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelas seguintes Professores:



Profª. Lucia Rabello de Castro
Orientadora - PUC-Rio



Profª. Maria Inácia D'Ávila Ncto
UFRJ



Profª. Terezinha Féres-Carneiro
PUC/Rio

Visto e permitida a impressão
Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1996.

Em 19/11/98



Prof. Jurgen Heye
Coordenador dos Programas de Pós-Graduação do
Centro de Teologia e Ciências Humanas